

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS**

“O RACISMO VAI DESFILAR NO CARNAVAL”

O caso Lobato e a Educação das Relações Étnico-Raciais

Nelson Lopes Santiago

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientador:

Prof. Dr. Roberto Carlos da Silva Borges.

Rio de Janeiro

Dezembro 2013

“O RACISMO VAI DESFILAR NO CARNAVAL”**O caso *Lobato* e a Educação das Relações Étnico-Raciais**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Nelson Lopes Santiago

Aprovado pela Banca Examinadora em:

Rio de Janeiro, em 17/12/2013

Presidente – Prof. Dr. Roberto Carlos da Silva Borges (Orientador)

Prof.^a Dra. Tânia Mara Pedroso Müller (UFF – PPRER/CEFET/RJ)

Prof.^a Dra. Maria Elena Viana Souza (UNIRIO)

Rio de Janeiro
Dezembro 2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S235 Santiago, Nelson Lopes
"O racismo vai desfilar no carnaval" : o caso Lobato e a
educação das relações étnico-raciais / Nelson Lopes Santiago.—
2013.

111f. : il.color. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação
Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2013.

Bibliografia : f. 101-111

Orientador : Roberto Carlos da Silva Borges

Inclui apêndice e anexos.

1. Racismo – Brasil. 2. Educação. 3. Ideologia. 4. Racismo na
língua. 5. Racismo na imprensa. I. Borges, Roberto Carlos da
Silva (Orient.). II. Título.

CDD 305.896081

*Aos meus pais Pedro e Deolinda
(in memoriam)*

RESUMO

“O RACISMO VAI DESFILAR NO CARNAVAL”

O caso Lobato e a Educação das Relações Étnico-Raciais

Nelson Lopes Santiago

Orientador: Roberto Carlos da Silva Borges

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Esta dissertação tem como objetivo analisar o episódio midiático que denominamos como “Caso Lobato”. O episódio teve origem em junho de 2010, após uma denúncia do técnico em gestão educacional do Distrito Federal Sr. Antônio Gomes da Costa Neto. O técnico ao analisar o livro infantil *Caçadas de Pedrinho* de Monteiro Lobato verificou que o conteúdo da obra apresentava ideias racistas, sobretudo no trato com a personagem negra Tia Nastácia, chamada no livro, entre outros epítetos, de “macaca de carvão”.

Esta pesquisa é de cunho qualitativo e pretende, pelo viés da semiolinguística de Patrick Charaudeau, analisar os discursos e a produção de sentidos nos textos do jornal O Globo, publicados após a divulgação da charge do cartunista Ziraldo, às vésperas do carnaval de 2011. Para isso analisa a relação da linguagem com as condições de produção dos discursos, e reflete sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua. Revelando a presença do racismo à brasileira e da ideologia racial brasileira nos textos do jornal produzidos naquele contexto.

Palavras-Chave: educação, ideologia e racismo.

Rio de Janeiro

Dezembro 2013

ABSTRACT**“O RACISMO VAI DESFILAR NO CARNAVAL”**

O caso Lobato e a Educação das Relações Étnico-Raciais

Nelson Lopes Santiago

Advisor: Roberto Carlos da Silva Borges

Abstract of dissertation submitted to Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ as partial fulfillment of the requirements for the degree of Master in Relações Étnico-Raciais.

This thesis aims to analyze the media episode we call as “Caso Lobato”. The episode originated in June 2010, after a complaint by the technical education management Federal District Antônio Gomes da Costa Neto. The technician after analyzing the children’s book “Caçadas de Pedrinho” by Monteiro Lobato found that the content of the story had racist ideas, particularly in dealing with the black character Aunt Nastácia, called in the book , among other epithets by “coal monkey”.

This research is a qualitative approach and aims at the “semiolinguística” of Patrick Charaudeau’s theory, analyzing the discourses and the production of meaning in the texts of the newspaper O Globo, published after the release of the charge of the cartoonist Ziraldo, on the eve of Carnival 2011. For that examines the relationship between language and the conditions of discourse production, and reflects on the way language is embodied in the ideology and how ideology manifests itself in language. Revealing the presence of Brazilian racism and Brazilian racial ideology in those newspaper texts produced in that context.

Key words: education, ideology and racism

Rio de Janeiro

December 2013

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Roberto Borges, pelos ensinamentos, pela compreensão e paciência, por suas sugestões e críticas na construção dessa pesquisa. O interesse comum pela educação das relações étnico-raciais foi decisivo para a realização desse trabalho.

Às professoras da banca de qualificação e arguição Maria Elena Viana Souza e Tânia Mara Pedroso Müller, pela leitura atenta, sugestões e críticas. Seus comentários foram muito valiosos e decisivos para a realização dessa pesquisa.

À professora Iolanda de Oliveira pela calorosa acolhida no PENESB e por minha iniciação nos estudos das relações étnico-raciais.

Aos professores Álvaro Senra, Mário Luiz, Sérgio Costa, Carlos Henrique e Fátima Oliveira que com suas aulas instigantes e dinâmicas transformaram minha visão sobre as relações étnico-raciais. A todos os demais professores do programa de mestrado que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram com suas críticas e sugestões.

Aos mestrandos Fernando Senzala, Carlos Nascimento, Renata Penajóia, Ivete Oliveira, Venina dos Santos e Vera Moraes pela amizade e por compartilharem momentos importantes nesses anos. Aos demais companheiros e companheiras da primeira turma do mestrado em relações étnico-raciais do CEFET-RJ, Wilson Prudente, Celiana Santos, Vinícius dos Santos, Alexandre Monteiro, José Ricardo, Bruno Martins, Juliano Gonçalves, Jorge Gomes, Kátia da Silva, Luane Bento, Neidjane Gonçalves e Naiza dos Santos pelas discussões, convívio e constante incentivo.

Aos meus queridos alunos, presentes de alguma forma, em minha pesquisa em Educação das Relações Étnico-Raciais, e na minha luta por uma educação pública e de qualidade para todos.

Aos meus familiares, em especial à minha esposa Silvana, à minha filha Isabelle (Belinha) pela compreensão em minhas ausências e constante incentivo para que essa dissertação fosse realizada.

Ao grande Deus, por me permitir mais esse passo na minha caminhada.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO I – O caso Lobato e a ideologia racial brasileira	
I.1 – Breve conceituação do racismo	24
I.2 – A construção da ideologia racial brasileira	27
I.3 – O racismo em Monteiro Lobato.....	35
CAPÍTULO II – A construção da notícia: o caso Lobato no jornal	
II.1 – A mídia impressa e o racismo no Brasil	45
II.2 – A luta por uma educação antirracista.....	47
II.3 – Multiculturalismo e educação	51
II.4 – Gêneros jornalísticos	54
II.5 – A construção da notícia. O fato e o acontecimento	56
CAPÍTULO III – A análise de discurso do caso Lobato	
III.1 – Referencial teórico-metodológico	62
III.2 – A teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau	71
III.3 – O <i>corpus</i> de análise	77
III.4 – Análise textual-discursiva sob o ponto de vista da Semiolinguística	77
III.5 – O caso Lobato e a educação das relações étnico-raciais.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
ANEXOS	91
APÊNDICE	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
CBL	Câmara Brasileira de Livros
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CESPEB	Curso de Especialização em Saberes e Práticas na Educação Básica
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CP	Conselho Pleno
DOU	Diário Oficial da União
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEC	Núcleo de Estudos do Currículo
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não-Governamental
PL	Projeto de Lei
PENESB	Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
STF	Supremo Tribunal Federal
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília

“O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do ‘preconceito de cor’ é a tendência a considerá-lo algo ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratique) [...] Portanto, o que fica no centro das preocupações, das apreensões e, mesmo, das obsessões é o ‘preconceito de não ter preconceito’”.

Florestan Fernandes, O negro no Mundo dos Brancos, 1972

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação tem como objetivo analisar o episódio que ficou conhecido como “*Caso Lobato*”. O episódio teve origem em junho de 2010, após uma denúncia do técnico em gestão educacional do Distrito Federal Sr. Antônio Gomes da Costa Neto¹. Ao analisar o livro infantil *Caçadas de Pedrinho* de Monteiro Lobato (3ª edição, 1ª reimpressão, de 2009), o técnico verificou que o conteúdo da obra apresentava ideias racistas, sobretudo no trato com a personagem Tia Nastácia.

Além dessa constatação, o técnico observou também que na edição analisada já constava a nova ortografia² e um texto de apresentação alertando aos leitores sobre a proteção dos animais silvestres³, constatando que, em 1933, época em que o livro fora escrito não havia leis como as citadas.

O técnico concluiu então que os editores tiveram o cuidado de adaptar o livro ao novo contexto histórico, em relação à nova ortografia da Língua Portuguesa e quanto aos problemas ambientais, mas negligenciaram os estereótipos raciais presentes na obra, ignorando uma série de pesquisas acadêmicas e análises críticas sobre a representação de pessoas negras na literatura infantil (GOUVEIA, 2005), sobretudo na obra de Monteiro Lobato (LAJOLO, 1998), ignorando também o momento atual em que as políticas públicas para uma educação antirracista tem recebido forte atuação por parte do Ministério da Educação.

Provocado por essa denúncia, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu o parecer nº 15/2010, aprovado por unanimidade, exigindo entre outras medidas, “a inserção no texto de apresentação de uma nota explicativa e de esclarecimento ao leitor sobre os estudos atuais e críticos que discutam a presença de estereótipos raciais na literatura”. O parecer afirmava ainda que “tal procedimento está de acordo com o Parecer CNE/CP nº 3/2004 e a Resolução CNE/CP nº 1/2004, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”.

¹ O técnico em gestão educacional Antônio Gomes da Costa Neto obteve no mesmo ano, o título de mestre em Educação pela UnB com a dissertação intitulada “*Ensino Religioso e as Religiões de Matrizes Africanas no Distrito Federal*”, sob orientação da Prof.ª Dra. Denise Botelho. Seus estudos concentravam-se na área de Gênero, Raça/Etnia e Juventude na linha de pesquisa em Educação das Relações Raciais.

² Decreto nº 6.583/2008.

³ Lei nº 9.605/1998.

Após a divulgação do parecer⁴, os meios de comunicação do país, principalmente jornais, revistas de grande circulação e telejornais, veicularam com grande estardalhaço a decisão do Conselho, noticiando a exigência do parecer que determinava uma nota de contextualização como uma proposta de censura e/ou veto à obra de Monteiro Lobato.

A chamada equivocada da grande mídia deu tanta visibilidade ao caso, que gerou a manifestação de repúdio ao parecer por parte de intelectuais, jornalistas, políticos e entidades importantes como a ABL (Academia Brasileira de Letras), a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a CBL (Câmara Brasileira do Livro).

No decorrer da segunda quinzena do mês de outubro, e durante todo o mês de novembro de 2010, o parecer do CNE foi assunto de várias matérias jornalísticas. As matérias faziam referências principalmente às duas pessoas diretamente envolvidas no caso: o autor da denúncia à SEPPIR, Antônio Gomes da Costa Neto, e a relatora do parecer, a professora Nilma Lino Gomes, acusando-os de promoverem patrulhamento ideológico e de serem “politicamente corretos”, em uma acepção pejorativa da expressão.

O parecer, por força da grande repercussão na mídia, foi devolvido ao CNE para uma nova avaliação. Alguns meses depois, em junho de 2011, um segundo parecer de nº 6, mais detalhado, foi produzido. Ao invés de um recuo por parte do CNE de sua posição inicial, o novo documento parece ter sido uma tentativa de explicar ao público o conteúdo do parecer anterior. No entanto, o novo parecer trazia uma mudança aparentemente simples, porém bastante significativa em relação à nota explicativa: o “exige-se” do primeiro parecer, no novo documento mudou para “recomenda-se” uma nota explicativa.

A repercussão do caso Lobato desde a denúncia em junho de 2010 foi tanta que, no ano seguinte, às vésperas do carnaval de 2011 membros de um tradicional bloco de Ipanema, o Que Merda é Essa?! desfilaram com uma camisa estampada com um desenho do cartunista Ziraldo que satirizava o debate. Ziraldo já havia dito que,

Os americanos odeiam os negros, mas aqui nunca houve uma organização como a Ku Klux Klan. No Brasil, onde branco rico entra, preto rico também entra. Mas, nós somos um povo afetuoso. O nosso racismo não tem a ver com o racismo internacional.. Esse

⁴ O parecer foi aprovado em 1º de setembro de 2010, por unanimidade, mas devido à polêmica nos meios de comunicação, não foi homologado pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad.

pessoal do politicamente correto é muito chato. Fica buscando racismo em tudo⁵.



Charge de Ziraldo

No mesmo dia em que ocorria o desfile pré-carnavalesco do bloco, um grupo organizado protestava ali por perto, distante apenas um quarteirão da concentração. Os integrantes do grupo organizado ligado ao movimento negro vestiam camisetas que diziam “o racismo vai desfilar no carnaval”, e distribuíam cópias do parecer do CNE aos foliões que passavam. O manifestante José Ricardo de Almeida, que panfletava na porta do bar Paz e Amor, onde estavam os integrantes do bloco Que Merda é Essa?! em entrevista a O Globo disse: “ficamos indignados porque o enredo defende Monteiro Lobato. Viemos aqui para esclarecer à população que ele pregou o extermínio do negro”⁶. A letra do samba (*anexo 1*), além da ironia ao caso Lobato, defendia satiricamente todos os direitos da elite branca de dizer e fazer o que quiser, impunemente.

Além desse protesto em Ipanema, na mesma época a escritora Ana Maria Gonçalves, publicou uma “carta aberta ao Ziraldo”, através da qual a autora expunha sua indignação em relação à charge do cartunista e reiterava a presença de alusões racistas na obra de Monteiro Lobato.

Peguei-o para bode expiatório, Ziraldo? Sim, sempre tem que ter algum. E, sem ódio, espero que você não queira que eu morra por te criticar. Você disse que “os americanos odeiam os negros, mas aqui nunca houve uma organização como a Ku Klux Klan”. Se dependesse de Monteiro Lobato, o Brasil teria tido sua Ku Klux Klan, Ziraldo⁷.

O desenho da camisa do bloco “Que Merda é Essa?!” estampava Monteiro Lobato abraçado a uma mulher negra de biquíni, acompanhados por um gato empunhando

⁵ Extraído de Artigonal – Monteiro Lobato e a Educação das Relações Étnico-Raciais de Marlúcia Pontes Gomes de Jesus. Disponível em <http://www.artigonal.com>.

⁶ O Globo em 27 de fevereiro de 2011 (DOMINGO, CADERNO RIO – CARNAVAL 2011).

⁷ Carta aberta ao Ziraldo disponível em www.geledes.com.br.

um porrete de madeira e um vaso com uma rosa⁸. Em entrevista ao site de O Globo, Ziraldo explicou suas motivações em recorrer a Monteiro Lobato no momento de elaborar o desenho:

Para acabar com a polêmica coloquei o Monteiro Lobato sambando com uma mulata. Ele tem um conto sobre uma neguinha que é uma maravilha. Racismo tem ódio. Racismo sem ódio não é racismo. A ideia é acabar com essa brincadeira de achar que a gente é racista. (O Globo, 24/02/2011)

Diante do exposto, e considerando a importância do Art. 26 A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 (lei nº 10.639/2003⁹), e das orientações do Parecer CNE/CP nº 3/2004 e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, **esta pesquisa busca analisar os discursos e a produção de sentidos presentes em textos jornalísticas publicadas no jornal O Globo às vésperas do carnaval 2011**. Os textos revelam tentativas por parte do jornal de carnavalizar o debate e negar a existência do racismo na obra do escritor Monteiro Lobato, reforçando através dos depoimentos de intelectuais e pesquisadores do carnaval aspectos da ideologia racial brasileira ainda muito presentes na nossa sociedade. **Em última instância, esta pesquisa busca responder por que a colocação de uma “simples” nota explicativa sobre a personagem negra Tia Nastácia no livro Caçadas de Pedrinho gerou tanta polêmica e tanta resistência?**

1. O percurso de construção da pesquisa

O contato inicial com a polêmica envolvendo o livro “Caçadas de Pedrinho” de Monteiro Lobato, aconteceu a partir da leitura de uma matéria no jornal O Globo, que dizia em seu título “Conselho de Educação quer banir livro de Monteiro Lobato nas escolas”¹⁰. De início minha reação foi de espanto e surpresa, pois naquele momento ainda desconhecia o teor da discussão.

⁸ O cravo, a rosa e o gato com olho ferido, segurando um pedaço de pau, fazem uma crítica ao que Ziraldo classifica como “politicamente correto”. As versões dessas duas canções populares “atirei o pau no gato” e “o cravo e a rosa” foram modificadas recentemente para “Não atire o pau no gato, porque isso não se faz”, e “o cravo encontrou a rosa, debaixo de uma sacada, o cravo ficou feliz, e a rosa ficou encantada”. As mudanças realizadas nessas cantigas populares foram propostas para combater a violência contra as mulheres e contra os animais.

⁹ Essa lei foi alterada pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008, passando a incorporar também a história e cultura dos povos indígenas.

¹⁰ Reportagem publicada em O Globo no dia 29 de outubro de 2010. A reportagem utilizou o verbo “banir” como recurso jornalístico. No artigo 5º XLVII item “d” da Constituição Federal de 1988 são vedadas as penas de banimento no Brasil.

Depois desse contato inicial, observei que, frequentemente eram publicadas reportagens a respeito da polêmica, mas o que me incomodou bastante, ocorreu às vésperas do carnaval de 2011, quando o cartunista Ziraldo lançou o desenho que estampou a camiseta do bloco “*Que Merda é Essa?*”. Ao ser questionado o cartunista disse se tratar de uma sátira ao parecer do Conselho Nacional de Educação. A indignação que senti ao ver a charge e as tentativas do jornal O Globo de ridicularizar e carnavalesco o debate foi decisiva para a minha escolha por esse tema como pesquisa.

A decisão pelo tema foi corroborada pelo que ocorreu um mês depois quando me deparei com o artigo intitulado “Monteiro Lobato e a Educação das Relações Etnico-Raciais” da professora Marlúcia Pontes Gomes de Jesus¹¹. Nesse artigo a professora faz um levantamento de várias reportagens sobre a polêmica, demonstrando que muitos intelectuais, escritores e jornalistas que apressadamente se posicionaram contrários ao parecer sequer haviam lido o documento, pois muitas das recomendações que faziam iam ao encontro das propostas do parecer.

Após a leitura do artigo da professora Marlúcia, interessei-me em conhecer o que dizia o parecer do Conselho, procurando compreender de fato o que era exigido, em relação à denúncia ao livro de Lobato. Percebi que realmente estava diante de uma grande oportunidade de pesquisa para discutir as questões raciais no Brasil, pois conforme nos ensina Minayo (1993), as escolhas de um pesquisador possuem estreitas relações com o seu lugar social e com o contexto histórico em que vive (MINAYO, 1993, p. 34).

Após a escolha do tema, refleti sobre o desafio, pois discutir o racismo em nosso país não é tarefa simples. As reações vão da indiferença à mudança rápida de assunto, ou mesmo da negação total à afirmação de que somos todos filhos de Deus e não devemos nos preocupar com isso. O sociólogo Antônio Sérgio Guimarães destaca que,

Qualquer estudo sobre o racismo no Brasil deve começar por notar que, aqui, o racismo foi, até recentemente um tabu. De fato, os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional, e serve, no nosso confronto e comparação com outras nações, como prova incontestada de nosso *status* de povo civilizado (GUIMARÃES, 1999, p. 39)

¹¹ Artigo da professora Marlúcia Pontes Gomes de Jesus publicado no sítio Artigonal em 25 de março de 2011. Disponível em www.artigonal.com

Zuenir Ventura, em matéria publicada no jornal *O Globo* intitulada “Brasil: um país com racismo, mas sem racistas”, cita uma pesquisa que chama a atenção para esse paradoxo da questão racial no Brasil, em que 87% das pessoas entrevistadas afirmam haver racismo, mas só 4% se confessaram racistas. Segundo ele,

O sociólogo Florestan Fernandes dizia que o brasileiro tem preconceito de ter preconceito. Em outras palavras, o Brasil seria um país com racismo, mas sem racistas, como revela uma pesquisa em que 87% das pessoas entrevistadas afirmaram haver racismo, mas só 4% se confessaram racistas.

Muitos alegam que se trata de “racismo cordial”, bem diferente do que existe nos EUA, por exemplo. Seria mesmo cordial ou, ao contrário, é velado, camuflado, que quando flagrado se disfarça, alegando engano ou má interpretação?¹²

O escritor Luís Fernando Veríssimo, de forma irônica e de uma maneira bem humorada, também denunciou há mais de três décadas, o preconceito racial existente no Brasil,

-Escuta aqui, ó crioulo...
 - O que foi?
 - Você andou dizendo por aí que no Brasil existe racismo.
 - E não existe?
 - Isso é negrice sua. E eu que sempre te considerei um negro de alma branca... É, não adianta. Negro quando não faz na entrada...
 - Mas aqui existe racismo.
 - Existe nada. Vocês têm toda a liberdade, têm tudo o que gostam. Têm carnaval, têm futebol, têm melancia... E emprego é o que não falta. Lá em casa, por exemplo, estão precisando de empregada. Pra ser lixeiro, pra abrir buraco, ninguém se habilita. Agora, pra uma cachacinha e um baile estão sempre prontos. Raça de safados! E ainda se queixam!
 [...]
 - E digo mais. É por isso que não existe racismo no Brasil. Porque aqui o negro conhece o lugar dele.
 - É, mas...
 - E enquanto o negro conhecer o lugar dele, nunca vai haver racismo no Brasil. Está entendendo? Nunca. Aqui existe o diálogo.
 - Sim, mas...
 - E agora chega, você está ficando impertinente. Bate um samba aí que é isso que tu faz bem.¹³

¹² Texto publicado no jornal *O Globo* do dia 26/01/2013 intitulado “*Brasil: um país com racismo, mas sem racistas*”. Interessante destacar que alguns anos antes (2007-2008) a novela *Duas Caras* da Rede Globo tentou conduzir o debate sobre ações afirmativas no Brasil, mostrando um país sem racismo e com harmonia nas relações raciais entre negros e brancos. A cena mais polêmica trouxe a atriz negra (ex-BBB) Juliana Alves (personagem Gislaine) lendo o livro *Não Somos Racistas* de Ali Kamel então diretor de jornalismo das Organizações Globo, realizando *merchandising* ideológico. A personagem Gislaine, uma negra pobre, se opunha frontalmente às políticas de cotas raciais nas universidades.

¹³ Racismo (1975) de Luís Fernando Veríssimo disponível em (Plano de Aula) www.geledes.com.

A percepção de que o Brasil é um país racista é uma descoberta pessoal dolorosa para muitos negros. Descobrir-se negro, num país, que se pensa, de brancos é um processo muito doloroso e com várias nuances. O escritor Jurandir Freire Costa, no prefácio do livro *Tornar-se Negro* de Neusa Santos Souza, nos diz que “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (SOUZA, 1983, p. 2).

Segundo Munanga assumir a identidade negra é um processo doloroso. Em entrevista concedida a revista *Caros Amigos*, ele diz que:

A identidade do negro, passa pelo corpo, do corpo você vai pela cultura, história e religião. Se a pessoa não assume o próprio corpo é difícil construir a identidade. Muitas pessoas chegaram a isso sofrendo porque não é fácil assumir o corpo, sua história e sua ancestralidade no mundo moderno e é um processo muito doloroso para muitas pessoas¹⁴.

Ainda de acordo com Munanga (1999), a situação do negro é aquela de refém de um sonho de embranquecimento, de um desejo de fazer aquele “*passing*” em direção à cultura branca. Para o autor, o negro teve sua identidade (referindo-se às suas raízes africanas) impedida de se manifestar. A pressão psicológica sobre ele se estabelece no momento em que toma consciência de que sua invisibilidade aumenta em razão da cor de sua pele, da mais clara à mais escura.

2. Relevância (justificativa)

Algumas considerações reforçam a escolha dessa temática, uma delas tem relação com as alterações propostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996 pela lei 10.639/2003. Sancionada em março de 2003, durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei nº 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e isso vem trazendo inúmeros desafios para as práticas curriculares nas escolas e para as políticas de formação de professores. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais destacam que;

É preciso ter clareza que o Art. 26ª acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais que a inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para a

¹⁴ Entrevista concedida à revista *Caros Amigos*. Coleções *Caros Amigos* – Os negros (História dos Negros no Brasil), vol. 12, p. 380.

aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas. (2005, p.17)

A lei nº 10.639/03 completou uma década, e a sua implementação nas escolas, ainda esbarra em uma série de dificuldades e desafios, principalmente devido à crença no mito da democracia racial em nosso país. No meu cotidiano escolar, como professor de História, oriento meus alunos sobre as relações raciais no Brasil. Porém, pesquisas apontam que, apesar da obrigatoriedade da Lei nº 10.639/2003, a atuação individual (raramente a coletiva) de docentes interessados no tema é ainda a ação mais recorrente nas escolas. (Abramovay e Castro, 2006 e Gomes, 2006).

A educação antirracista reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado para a realização de intervenções que possibilitem o conhecimento respeitoso das diferenças raciais, assim como dos indivíduos pertencentes a grupos discriminados (Cavalleiro, 2001). A discriminação racial na escola é assunto complexo e está disseminada sob vários aspectos do cotidiano escolar, inclusive no chamado currículo oculto.

Outra consideração importante que mostra a relevância desta pesquisa tem relação com a importância das políticas públicas antirracistas como um recurso de intervenção na qualidade do ensino com o objetivo de preparar todos os alunos e alunas para a prática da cidadania (Carvalho, 2011). A criação da SEPPIR (Secretaria Especial de Promoções de Políticas da Igualdade Racial), em 2001 e da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), no Ministério da Educação, em 2004, são iniciativas importantes na proposição de políticas públicas antirracistas. Essa pesquisa contribui também com o cumprimento de metas constitucionais (art. 3º, CF 1988) de construir uma sociedade “justa e solidária” que tenha como objetivo “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Apesar de todas essas transformações, as pesquisas sobre o racismo ainda hoje causam um flagrante mal-estar no Brasil (Cavalleiro, 2001), pois mesmo diante das desigualdades raciais, há uma relutância em aceitá-las como resultantes de processos atualizados de exclusão da população negra.

Há em nossa sociedade um intenso debate sobre “raça” (Grin, 2010) e sobre políticas públicas de ações afirmativas (Paiva, 2010) inclusive com ações na justiça,

que chegam ao Supremo Tribunal Federal (STF)¹⁵, e ao mesmo tempo verifica-se uma grande resistência em amplos setores da sociedade, destacando-se o movimento de intelectuais (Fry et al., 2007) e de alguns setores dos meios de comunicações sobre essa questão (Kamel, 2006).

Acreditamos também que esta pesquisa pode contribuir para a desconstrução dos estereótipos relativos à mulher negra na sociedade brasileira. Pois, as discussões sobre o tratamento dispensado à Tia Nastácia na obra de Lobato, abriram discussões e opiniões muito reveladoras a respeito da mulher negra.

Segundo Bernd (1984),

O estereótipo parte de uma generalização apressada: toma-se como verdade universal algo que foi observado em um só indivíduo. Conheci um gordo que era preguiçoso, um judeu desonesto e um negro ignorante, por exemplo, e generalizo, afirmando que “todo gordo é preguiçoso”, “todo judeu é desonesto” e “todos os negros são inferiores aos brancos”. (BERND, 1984, p. 11)

O deputado estadual Átila Nunes em seu programa de rádio “Reclamar Adianta” na rádio Bandeirantes AM 1360 (RJ) foi duríssimo ao criticar o parecer do CNE na edição de seu programa, exibido em novembro de 2010, intitulado “Uma proposta racista ao censurar Lobato”,

Um bobalhão do governo federal fez a proposta, e aí outros bobalhões decidiram analisá-la, porque tem isso né?! Quando um bobalhão faz uma proposta boba, aparece um monte de bobalhões acompanhando aquela proposta idiota. [...] Monteiro Lobato racista!!!, que que é isso? As referências, explicam os bobalhões do governo federal, são a Tia Nastácia, uma empregada negra, e animais como macacos, urubus e feras africanas, talvez até o rinoceronte quindim...

O deputado abriu o programa reproduzindo trechos de músicas tradicionais do cancionário nacional que fazem referências pejorativas à mulher negra: “Nega do cabelo duro”, “Boneca de piche”, “Nega maluca” e “O teu cabelo não nega”. Em seguida, além de exaltar essas composições, apresentando-as como clássicos intocáveis da MPB, em determinado momento o apresentador comenta de forma debochada,

“Nega do cabelo duro qual é o pente que te penteia” poderia talvez se transformar segundo o governo, para que fosse considerada essa música politicamente correta.[...]

¹⁵ No dia 26 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, pela constitucionalidade das cotas raciais. Em 07 de agosto de 2012 o Congresso Nacional aprovou a PL 180/2008 que regulamenta ações afirmativas nas universidades brasileiras.

“Afrodescendente de cabelo com déficit de elasticidade qual é o pente que te penteia”, não é isso? Poderia ser isso.

A imagem estereotipada da mulher negra continua muito presente nas canções brasileiras. Na música “Veja os cabelos dela”(1996), do humorista Tiririca, a mulher negra é ofendida por referências preconceituosas relativas à sua estética. Seu cabelo, afirma Tiririca, “parece Bombril de ariar panela”. Ademais ele diz que “a sua catinga quase me desmaiou, olha eu não aguento, é grande o seu fedor” e se não bastasse ainda diz que “essa nega fede! Fede de lascar. Bicha fedorenta, fede mais que um gambá.”¹⁶

Jacques d’Adesky nos diz que sobre esse assunto, Hamilton Vieira, em artigo publicado no jornal *A Tarde*¹⁷, da cidade de Salvador, já descrevia como a mulher negra, embora alvo de belas composições, é igualmente objeto de estereótipos e alusões racistas. Quando é negra de pele clara, as letras exaltam, observa ele, a figura da mulata sensual, fogosa, detentora de uma supersexualidade¹⁸. Composições como “O teu cabelo não nega”, de Lamartine Babo e dos irmãos Valença (1931), ou “Mulata assanhada”, de Ataulfo Alves (1956), expressam esse tipo de postura, mistura de louvores e de frases racistas e preconceituosas. Quando a mulher é de cor retinta, Hamilton Vieira mostra que o cancionista popular não poupa adjetivos pouco lisonjeiros. Segundo o jornalista, excetuando-se as raras composições em que é tratada dignamente como objeto poético, a negra aparece como maluca, beberrona, feia, suja. As composições “Nega maluca” de Fernando Lobo e Evaldo Rui (1950), “Minha nega na janela”, de Germano Matias e Firmo Jordão (1960), “Nega do cabelo duro”, de David Nasser e Rubens Soares (1942), e Fricote, de Luiz Caldas e Paulinho Camafeu (1987), abusam desse tipo de imagens depreciativas sobre a mulher de pele acentuadamente escura.¹⁹ (D’ADESKY, 2009, p. 99)

Essa questão da mulher negra de pele mais clara (mulata/morena) e de pele mais escura (crioula), sendo esta última a feia, é ainda muito presente na nossa sociedade. A atriz Camila Pitanga, que também já foi vítima do preconceito racial, em entrevista para uma matéria da revista *Veja* (1998) falou sobre sua indignação com o ideal do branqueamento que ainda domina o pensamento de grande parte da população.

Por mais que eu insista em reafirmar minhas raízes negras, as pessoas sempre acham o contrário. [...] É algo bastante

¹⁶ Nas conversas que eu ouvia entre os rapazes na minha adolescência, era muito comum se comentar que as mulheres negras eram quentes, mas tinham nhaca (um gambá entre as pernas).

¹⁷ Hamilton Vieira, “Mulher negra na MPB”, in *A Tarde*, Salvador, 06 de junho de 1993.

¹⁸ Essa é a mulher negra (mulata) que aparece no desenho do Ziraldo.

¹⁹ No livro *Caçadas de Pedrinho*, Tia Nastácia é chamada de “macaca de carvão”.

incômodo e tão terrível quanto o mais puro preconceito. [...] Já me acostumei a ser parada nas ruas por pessoas que estranham o fato da minha pele ser clara, meus traços finos e meu cabelo liso. Perguntam por que insisto em dizer que sou negra, sendo “tão bonitinha”. É um absurdo. [...] Já fiquei muito triste com esse tipo de atitude, mas hoje encaro com mais naturalidade. Não liguei, por exemplo, para os comentários que escutei depois de ter sido capa da revista Raça Brasil. Alguns fãs escreveram e me disseram que não entendiam o fato de eu ter sido entrevistada por uma publicação dirigida para os negros. Repito: eu sou negra. (VEJA, 1998)

D`Adesky afirma que, Regina Célia, citada no artigo de Hamilton Vieira, explica essa dicotomia pelo fato de a imagem da mulata estar associada à sexualidade selvagem e ao resultado “feliz” da mistura das raças difundido por Gilberto Freyre. É bom ser mulata, é mais civilizado. Já às descendentes de africanos não-mestiçadas, o que se reserva é sempre o ridículo. A diferença de tratamento entre a chamada mulata e negra retinta é facilmente detectada. Embora se pareça valorizar a mulata, ambos os tratamentos são altamente racistas, pois coisificam a mulher negra, seja qual for o matiz de sua cor. (D`ADESKY, 2009).

Hamilton Vieira ressalta também que essa maneira preconceituosa de tratar a mulher negra foi se firmando a partir do final dos anos 20 para se atenuar um pouco a partir da década de 60, com o surgimento do feminismo, que reivindicava mais respeito para com a mulher, e mais tarde, já na década de 70, com o Movimento Negro, com sua exigência de consideração à comunidade negra. Em entrevista publicada na mesma página do artigo de Hamilton Vieira, a pedagoga Ana Célia Silva alerta que essas músicas preconceituosas que louvam o forte apelo sexual da mulata e tratam negativamente a mulher negra de pele mais escura expandem um pensamento racista que as pessoas internalizam e reproduzem sem questionamento. Ao mesmo tempo, geram na sociedade o desrespeito para com a mulher negra, instilando nestes sentimentos de inferioridade que levam à perda da autoestima. (D`ADESKY, 2009, p. 99).

Diante do exposto, nossa pesquisa pretende contribuir para esse debate na educação das relações étnico-raciais. Para isso, estruturamos esta pesquisa da seguinte forma:

No primeiro capítulo, apresentamos uma breve conceituação do racismo, tratamos ainda da construção da ideologia racial brasileira e do racismo na obra de Monteiro Lobato.

No segundo capítulo, analisamos a construção da notícia, e tendo esse objetivo em vista apresentamos as diferenças entre o acontecimento, o fato e a notícia. A relação entre a mídia impressa e o racismo é investigada, analisamos também a luta

por uma educação antirracista, discutimos alguns aspectos importantes do multiculturalismo. Os gêneros jornalísticos são discutidos antes de procedermos à análise do discurso propriamente dita.

No terceiro capítulo realizamos a análise do discurso de um editorial e de três matérias do jornal O Globo, publicadas após a divulgação do desenho do Ziraldo às vésperas do carnaval de 2011. São definidos aspectos da teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau, apresentamos o *corpus* de análise e buscamos identificar as marcas da ideologia racial brasileira nos discursos dos textos jornalísticos analisados.

Nas considerações finais, retomaremos as reflexões desenvolvidas na pesquisa e apontaremos os benefícios de uma educação multicultural antirracista, procurando responder sobre as razões que tornaram a inserção de uma nota de rodapé algo tão polêmico.

CAPÍTULO I

O caso lobato e a ideologia racial brasileira

Não reparem ser preta. É preta só por fora, e não de nascença. Foi uma fada que um dia a pretejou, condenando-a a ficar assim até que encontre certo anel na barriga de um certo peixe. Então o encanto se quebrará e ela virará uma linda princesa loura

Monteiro Lobato

Em 01 de setembro de 2010, foi aprovado por unanimidade o parecer nº 15 do Conselho Nacional de Educação. O parecer, dentre outras medidas, exigia a inserção de uma nota explicativa na introdução do livro infantil “Caçadas de Pedrinho” do escritor Monteiro Lobato.

A nota explicativa, exigida pelo parecer, teria relação com a forma que a personagem Tia Nastácia é tratada nessa obra de Lobato. A passagem mais polêmica do livro, citada no texto da denúncia que motivou o parecer diz:

“... Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros.” (LOBATO, 2009, p.39)

A notícia sobre a exigência feita pelo parecer do CNE percorreu os principais jornais do país, mobilizando intenso debate sobre a existência ou não do racismo na obra de Lobato e do racismo na própria sociedade brasileira. Diversos intelectuais, jornalistas, figuras do governo e importantes escritores do cenário nacional se manifestaram sobre a polêmica.

É preciso lembrar que, na edição²⁰ analisada pelo CNE já constavam notas explicativas a respeito da proibição da caçada de animais silvestres²¹ e a respeito da nova ortografia²². Ao comentar a respeito da possibilidade de inserção de uma nota de rodapé no livro, com objetivo de contextualizar o tratamento dispensado a personagem negra Tia Nastácia, a escritora Marisa Lajolo, uma das maiores referências intelectuais em relação à obra de Monteiro Lobato no país comentou:

²⁰ 3ª edição, 1ª reimpressão, de 2009.

²¹ Lei 9.605/98 que protege os animais silvestres.

²² Decreto nº 6583/2008 (Novo Acordo Ortográfico)

“... nessa polêmica atual do Monteiro Lobato, o que nós temos são **propostas de militância política**, de uma espécie de **justiça histórica do passado**, eu acho que é um equívoco, eu acho que a obra literária de Lobato não forma pessoas racistas [...] diz-se que deveria ter uma nota sobre a Tia Nastácia, o que vai se dizer nessa nota? Vai se dizer o quê? **Que o livro representa uma negra antes de haver movimentos negros no Brasil**, acho que não. Mas, voltando a questão da nota e da reedição, eu acho que essa nota é absolutamente desnecessária e ela é um atestado de ignorância ao leitor do livro...”²³ (grifos nosso)

A polêmica incrementou o debate público sobre raça, racismo e ações afirmativas no Brasil. Em artigo intitulado “Monteiro Lobato e o Politicamente Correto”, João Feres Júnior et al utilizam uma base de dados composta de todas as matérias publicadas nos principais jornais e revistas do país, que trataram ou fizeram referência, ao parecer do CNE sobre Monteiro Lobato ou, ainda, que continham alguma referência ao episódio “Caçadas de Pedrinho”.²⁴

Os resultados impressionam, pois, de um total de 84 matérias, 68% apresentam posições contrárias ao parecer, 26% são informativas (neutras) e apenas 6% expressam opiniões favoráveis. Segundo Feres Júnior (2012), se forem descontados os 26% das matérias informativas e forem pensados apenas os contra e a favor, o percentual de opiniões contrárias sobe para 92%. (FERES, 2012, p. 76)

A compreensão desse resultado impressionante, que revela uma maioria de opiniões contrárias às determinações do parecer, exige um olhar mais atento a respeito dessa polêmica. A exigência da nota explicativa no livro “Caçadas de Pedrinho” foi motivado pelo tratamento dispensado à personagem negra Tia Nastácia e com o suposto racismo na obra de Lobato. Nesse sentido, a compreensão desse resultado contrário à inserção da nota explicativa pode revelar aspectos importantes de como se construiu ao longo dos últimos cento e vinte e cinco anos a ideologia racial da sociedade brasileira.

Episódios semelhantes a esse do caso Lobato que questionam obras literárias, letras de músicas, aspectos do nosso folclore e da nossa cultura, até então intocáveis, devem se tornar cada vez mais comuns em nosso país, a despeito da acusação pejorativa de serem ações “politicamente corretas”, por uma razão muito simples: o Brasil mudou. As políticas públicas em prol da diversidade estão sendo postas em

²³ Entrevista concedida à revista *Nossa Escola* disponível no site de vídeos YouTube, publicada em 24 de maio de 2011.

²⁴ Base de dados do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) do IESP-UERJ. Segundo os dados, são 84 matérias que foram publicadas no período de outubro de 2010 a agosto de 2012. Após 29 de agosto de 2011 quando foi homologado o parecer revisor nº 06/2011, as matérias a respeito do caso tornaram-se mais escassas.

prática e os negros estão nas universidades, nas escolas e demandando cada vez mais por inclusão. Os questionamentos a respeito do racismo, presente em diferentes aspectos da sociedade brasileira, são bastante antigos no país, mas não tinham tanta força como em nossos dias porque no passado os lugares sociais já estavam definidos e os negros ocupavam o lugar da desvalorização social. Eles foram estigmatizados em sua cultura, sua música, sua estética, sua cor, seus cabelos, sua religião, suas danças, suas práticas sociais, suas produções literárias e nas demais manifestações culturais.

A produção literária não é mais apenas feita de branco pra branco, os negros estão na escola e vão questionar sim, textos que os inferiorizem. Como ficar indiferente a trechos como o do livro “Reinações de Narizinho” de Monteiro Lobato em que Narizinho após se referir à Tia Nastácia como “negra de estimação”, estabelece o seguinte diálogo com Pedrinho:

Já soara o terceiro sinal e nada de o espetáculo ter começo. O “respeitável público” ia ficando irritado. Narizinho achou que o melhor era começar imediatamente.

- Não posso antes de vovó chegar – alegou Pedrinho. – Está se arrumando ainda. Como as princesas vieram, vovó teve de mudar de vestido e está passando a ferro aquele de gorgorão do tempo do Imperador. Tia Nastácia, não sei se vem. Está com vergonha, coitada, por ser preta.

- Que não seja boba e venha – disse Narizinho. – Eu dou uma explicação ao respeitável público.

Afinal as duas velhas apareceram – Dona Benta no vestido de gorgorão, e Nastácia num que Dona Benta lhe havia emprestado. Narizinho achou conveniente fazer a apresentação de ambas por haver ali muita gente que as desconhecia. Trepou a uma cadeira e disse:

- Respeitável público, tenho a honra de apresentar vovó, Dona Benta de Oliveira, sobrinha do famoso cônego Agapito Encerrabodes de Oliveira, que já morreu. Também apresento a Princesa Anastácia. Não reparem ser preta. É preta só por fora, e não de nascença. Foi uma fada que um dia a pretejou, condenando-a a ficar assim até que encontre um certo anel na barriga de um certo peixe. Então o encanto se quebrará e ela virará uma linda princesa loura (LOBATO, 2009, p. 75).

I.3 – Breve conceituação do racismo

Os debates acerca das questões raciais são antigos no Brasil, e se por um lado há militantes do movimento negro, pesquisadores e cientistas sociais que divulgam pesquisas e notícias que demonstram a existência do racismo e da discriminação na

sociedade brasileira. Temos, por outro lado, aqueles que asseguram a não existência do racismo e da discriminação, afirmando que a origem das desigualdades está na diferença entre as classes sociais.

Para compreendermos as relações raciais no Brasil de nossos dias, é preciso entender a formação do pensamento racial brasileiro, o contexto social, cultural e intelectual a partir de fins do século XIX, no qual as ideias sobre raça emergiram, se desenvolveram e se disseminaram. É preciso destacar que o debate envolvendo o parecer do CNE tem íntima relação não só com esse racismo à brasileira, mas também com a construção da ideologia racial brasileira.

Antes de definirmos o conceito de racismo é preciso pontuar que os militantes e intelectuais que adotam o termo “raça” não o adotam no sentido biológico, pelo contrário, todos sabem e concordam com os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo “raça” atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões históricas e culturais a que este nos remete.

É nesse sentido que Antônio Sérgio Guimarães (1999) entende que,

“Raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se ao contrário, de um conceito que se denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de “raça” permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite. (GUIMARÃES, 1999, p. 9)

A concepção de raça, que associa as diferenças culturais e morais às características biológicas, genóticas e fenóticas, hierarquizando os diversos grupos humanos, é uma construção do pensamento científico europeu e norte-americano. Esse pensamento científico surgiu apenas em meados do século XVIII e se consolidou a partir da segunda metade do século XIX, justamente durante o período em que o imperialismo europeu se fortaleceu. (SCHWARCZ, 1993, BANTON, 1977; POLIAKOV, 1974)

Pensadores europeus como Ernest Renan, Arthur de Gobineau, Gustave Le Bon, Vacher de Lapouge, entre outros, não só se preocuparam com o estabelecimento de um sistema classificatório de caráter científico, como procuraram sempre comprovar a superioridade civilizatória da “raça” branca – com destaque para a de origem “ariana”, conforme pensava Gobineau – e a prática da “mistura” como “fonte de decadência para a raça superior” (WIEVIORKA, 2007, p. 21)

Teorias evolucionistas, como as formulações defendidas por Lapouge, Herbert Spencer e Lewis Morgan, distinguiram a existência de diferentes estágios de evolução da humanidade (selvageria, barbárie e civilização, segundo Morgan), com diagnósticos nada “animadores” sobre o futuro do Brasil: na visão de Lapouge, um país que apresentava “uma imensa nação negra em regressão para a barbárie”. (citado por CARNEIRO, 1995, p. 22)

Segundo Wieviorka (2007), o racismo científico propõe, sob diversas variantes, uma pretensa demonstração da existência de “raças”, cujas características biológicas ou físicas corresponderiam às capacidades psicológicas e intelectuais, ao mesmo tempo coletivas e válidas para cada indivíduo. Esse racismo está carregado de um determinismo que, em certos casos, pretende explicar não apenas os atributos de cada membro de uma suposta raça, mas também o funcionamento das sociedades ou comunidades constituídas de tal ou tal raça. (WIEVIORKA, 2007, p. 24)

As teorias racistas europeias, supostamente científicas, desenvolvidas nos séculos XVIII e XIX, hierarquizaram a humanidade em raças superiores e inferiores, revelando suas posições etnocêntricas em relação aos demais continentes. A partir dessas teorias os europeus se colocaram no topo dessa hierarquia, e as populações dos demais continentes foram colocadas em patamares mais baixos dessa equivocada hierarquia racial.

O nazismo marcou o apogeu desse poderoso movimento de ideias. Ele recorreu largamente a elas, em todos os domínios do saber - na medicina, na biologia, na química, na genética, e também na antropologia, nas ciências jurídicas ou na demografia. Todas mobilizadas para definir, categorizar, balizar e classificar as populações em termos de raça – a começar pelos judeus, mas não apenas -, assegurar seu tratamento científico. Ao mesmo tempo, o nazismo apoia-se nos mesmos conhecimentos para afirmar a superioridade da raça ariana e dotar-se de uma legitimidade histórica, cultural e natural. O fim da Segunda Guerra Mundial e a tomada de consciência daquilo que foi a barbárie nazista significaram senão o

desaparecimento do racismo científico, ao menos sua deslegitimação. (WIEVIORKA, 2007, p. 25)

As definições de racismo atualmente são variadas e não há consenso sobre essa questão conceitual. O Programa Nacional de Direitos Humanos considera o racismo “uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos”. (PNH, 1998, p. 12).

Para Munanga, o racismo seria teoricamente,

Uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (MUNANGA, 2004, p. 24)

Na concepção de Joel Rufino dos Santos, o racismo

É a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização bio-genética de fenômenos puramente sociais e culturais. E também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspiradas nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê. (SANTOS, 1990, p. 12)

O racismo, portanto é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.

I.4 - A construção da ideologia racial brasileira

No Brasil, a proclamação da república em 1889, um ano após a abolição da escravidão, criou para os pensadores brasileiros o desafio de construir uma nação e uma identidade nacional. De acordo com Munanga (2008), a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX - foi buscar seus quadros de pensamento na ciência europeia ocidental, tida como desenvolvida, para poder não apenas teorizar e explicar

a situação racial do Brasil, mas também, e sobretudo, propor caminhos para a construção da nacionalidade, tida como problemática por causa da mistura racial. (MUNANGA, 2008, p. 47)

As teorias racista, importadas principalmente da Europa ocidental, tiveram inúmeros adeptos na elite intelectual brasileira. Segundo Giralda Seyferth (1996),

Guardadas as diferenças de interpretação, todas elas tinham em comum o dogma de que a diversidade humana, anatômica e cultural, era produzida pela desigualdade das raças; a partir deste dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezando na base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias. (SEYFERTH, 1996, p.43)

Maria Elena Viana Souza nos diz que, nessa época, a intelectualidade brasileira vivia um momento confuso, pois, ao mesmo tempo em que suas ideias moldavam-se pelas tradições culturais e jesuíticas vindas de Portugal, modificavam-se pela cultura francesa, iluminista e laica, e pelas concepções liberais trazidas da Inglaterra e dos Estados Unidos. (SOUZA, 2006, p. 229)

Uma matriz colonial que influenciou decisivamente no pensamento social brasileiro foi a de origem francesa. Tzvetan Todorov (1993), no livro *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana* é esclarecedor nesse sentido. Todorov aborda a época da produção teórica do racismo e do racialismo pretensamente científico no contexto intelectual francês do início do século XVIII ao início do século XX. Destaca inicialmente que, a partir das grandes navegações europeias no século XV, aparecem as embrionárias elaborações eurocêntricas. Essas dão início à justificação ideológica do colonialismo nas Américas, na África e na Ásia. (TODOROV, 1993).

Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1993), em seu livro *o Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil*, essas concepções francesas foram fundamentais para pensar a nação brasileira e a questão racial no final do século XIX e início do XX. Ao destacar os cientistas, as instituições e a questão racial no Brasil, a autora tem como objetivo entender a relevância e as variações na utilização desse tipo de teoria no período que vai de 1870 a 1930. Schwarcz analisa o contexto no qual surgiram as primeiras instituições científicas no país, a partir do início do século XIX e em 1870. A conjugação de instituições e ideias teria provocado o aparecimento de quadros intelectuais ligados a instituições científicas que, de acordo com a autora, iniciaram um processo de distanciamento das vinculações sociais e políticas mais

imediatas com os setores dominantes ligados ao mundo rural. Apesar do “cientificismo retórico” pautado em “ideário cientificista difuso”, os “homens de *sciencia*”, munidos de modelos evolucionistas e darwinistas sociais, procuraram responder a questionamentos acerca da viabilidade de uma nação miscigenada como o Brasil, nascida e condenada ao atraso face aos postulados “raciológicos” estrangeiros. (SCHWARCZ, 1993).

Schwarcz (1993) analisa também os centros de produção de ideias e teorias, como museus etnográficos, institutos históricos e geográficos, faculdades de direito e de medicina e sobre os quais apresenta uma breve História institucional, um detalhamento acerca de instituições específicas e, particularmente, no tocante aos intelectuais de maior peso, as suas produções científicas em periódicos a elas vinculados. O que Lilia Schwarcz realiza é a explicitação de que o argumento racial foi política e historicamente construído neste período e amplamente assumido entre juristas, médicos, historiadores etc., de forma quase consensual, para responder a uma questão permanentemente levantada: que país é este?

Ao partir do pressuposto de que a ideologia racial brasileira foi elaborada por uma elite intelectual, Skidmore (1976), em seu livro *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, estudou as obras dessa elite entre 1870 e 1930. Observou que, antes de 1888, pouca atenção havia sido dada ao problema das relações de raça como fenômeno social e suas consequências para o futuro da nação. Skidmore diz que, ao entrar em contato com as principais correntes intelectuais da época, viu-se envolvido em uma “análise minuciosa do pensamento racial” então corrente no país. (SKIDMORE, 1976, p. 11)

No final da escravatura, descreve o autor, parece que uma amnésia tomou conta do Brasil. Era preciso extirpar da História aquilo que era considerado uma pecha prejudicial à nova imagem do Brasil, então um país cada vez mais europeu devido ao crescente incentivo à migração branca em substituição à força de trabalho escrava. O Brasil não podia ficar de fora da nova moda científica europeia. Textos de Darwin e Spencer eram popularizados, sobretudo na imprensa paulista, representante de uma cidade progressista, “científica e laboriosa”, as teses desses autores impregnavam nossa emergente literatura naturalista. Mas não se tratava apenas de importação equivocada e descontextualizada como pareceu para muitos estudiosos.

Sem possibilidade de deter a nova conjuntura econômica, e prevendo que teriam que empregar a antiga mão de obra escrava, os fazendeiros, articulados com o Estado, resolveram investir na importação de trabalhadores estrangeiros para o

campo. Naquele momento, setores intelectuais produziam estudos (Nina Rodrigues, Silvio Romero, Oliveira Viana, entre outros) demonstrando a inferioridade do negro em relação aos brancos. Havia o temor de que a sociedade brasileira se tornasse mais negra do que já era. Por isso, europeus eram vistos como racialmente superiores, mais qualificados e capazes de “branquear” a sociedade brasileira. (SKIDMORE, 1976, p. 81)

Para Skidmore (1976), o campo intelectual brasileiro do final do século XIX e início do XX, embora se inspirasse nas teorias racistas de então, não podia nem negar o alto grau de miscigenação do povo brasileiro nem pregar uma segregação institucionalizada como fizeram os EUA. (SKIDMORE).

O Brasil apresentava-se como um caso atípico de miscigenação racial. Por outro lado, a introdução dessas teorias raciais foi bastante conveniente para a mesma elite brasileira que demonstrava inquietação sobre o assunto. Primeiro porque a isentavam da responsabilidade pelo atraso social e econômico do país, ao culparem a miscigenação; e depois, por poderem incentivar a imigração europeia, sanando assim a suposta falta de mão de obra e contribuindo para o processo de branqueamento da população brasileira.

A proposta brasileira para a solução de seu problema racial foi o branqueamento. Essa saída não só contestava a teoria da degenerescência, como também defendia a tese de que a miscigenação produzia uma população mestiça sadia que se tornava, a cada geração, mais branca. Em um esforço para acelerar o branqueamento, surge a proposta de uma política imigratória. Foi incentivada, assim, a entrada de imigrantes europeus e restringida a de asiáticos e africanos.²⁵

São vários os estudiosos brasileiros que defendem a ideia de que a questão racial estava no centro e na gênese do pensamento social e histórico brasileiro (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993, CHAUI, 2000; VAINER, 1990; AZEVEDO, 2004; SEYFERTH, 2005).

Skidmore (1976) parte do pressuposto de que a ideologia racial brasileira foi elaborada por uma elite intelectual (SKIDMORE). A questão da raça era o foco das

²⁵ Vainer (1990) cita o Decreto nº 528, de 28/06/1890, dois anos após a Abolição que autoriza a entrada de imigrantes “válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos a ação criminal de seu país” (VAINER, 1990, p. 106), mas restringia a entrada de asiáticos e africanos. Foi dessa forma que o Estado tratou a questão racial, tentando subordinar em projetos de lei futuros a razão racial e eugênica visando interdições imigratórias não apenas de africanos, mas todos de cor preta, para impedir a entrada de negros americanos e das Antilhas.

questões de identidade nacional entre as elites intelectuais e acadêmicas do início do século XX, e a obra de um intelectual importante com vasta cultura como foi Monteiro Lobato não ficaria indiferente a essas ideias que circulavam na época.

A eugenia foi outro desdobramento nefasto das teorias racistas que embriagaram o pensamento da intelectualidade brasileira da época. A frase de Renato Kehl em 1929, principal expoente da eugenia do Brasil, é bastante significativa: “a nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano”. Monteiro Lobato, amigo de Renato Kehl, foi um grande entusiasta do movimento eugênico no Brasil. (DIWAN, 2007, p. 87)

O sociólogo Edward Telles (2003), em seu livro *Racismo à brasileira*, afirma que:

No Brasil, o eugenismo desenvolveu-se na virada do século e nas primeiras décadas do século XX, com grandes efeitos na ideologia e na política social. Os eugenistas norte-americanos adotaram à risca a eugenia mendeliana, que seguia estritamente a herança genética e suas implicações raciais. Já a maioria dos eugenistas brasileiros seguiu a linha neo-lamarckiana, que era a visão dominante entre os franceses, com os quais mantinham fortes ligações intelectuais. O neo-lamarckianismo argumentava que as deficiências genéticas poderiam ser superadas em uma única geração. Apesar de ter tido uma vida curta, a predominância desta linha de pensamento entre os eugenistas brasileiros na virada do século teve implicações enormes na interpretação da ideia de raça nas décadas seguintes. (TELLES, 2003, p. 45).

A tese do branqueamento seguiu ganhando força no Brasil do início do século XX, como já dissemos, na época, houve grande estímulo à vinda de imigrantes estrangeiros que contavam com grande incentivo do governo brasileiro de então. Como ressaltou Skidmore (1976), a ideia principal era apagar a “mancha” negra herdada por três séculos de escravidão, que trouxe ao país milhões de negros africanos escravizados. Maria Aparecida Bento (2002) afirma que se criou uma política de imigração europeia “cuja consequência foi trazer para o Brasil 3,99 milhões de imigrantes europeus, em cerca de 40 anos, um número equivalente ao de africanos (cerca de quatro milhões) que haviam sido trazidos ao longo de três séculos” (BENTO, p. 32)

Segundo Amílcar Araújo Pereira (2013), entre os intelectuais que debatiam o branqueamento, havia os que tinham uma visão otimista e os que tinham uma visão pessimista em relação ao processo de branqueamento. Entre os otimistas destacam-se João Batista de Lacerda (1846-1915), Sylvio Romero (1851-1914) e Oliveira Vianna

(1883-1951). Já entre os pessimistas destaca-se Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). (PEREIRA, 2013, p. 69)

Thomas Skidmore (1976) afirma que, “os anos de 20 e 30 no Brasil viram a consolidação do ideal de branqueamento e sua aceitação implícita pelos formuladores da doutrina e pelos críticos sociais”. Segundo ele,

As dúvidas quanto à raça, expressas pela elite em anos passados, haviam perdido, entretantes, qualquer acento de convicção. Curiosamente, os escritores não se arriscariam mais a afirmar sem subterfúgios que a raça não fazia diferença e que se podia deixar de lado a questão. Diziam, ao invés, que o Brasil branqueava a olhos vistos – e que, em consequência, o problema caminhava para uma solução. (SKIDMORE, 1976, p. 192)

Por essa época, afirma Skidmore (1976), alguns cientistas já viam as coisas do ponto de vista do meio ambiente. Alguns escritores passavam a tratar a herança africana com entusiasmo. Foi nesse período, por exemplo, que Gilberto Freyre fez sua reputação com uma reinterpretação otimista do caráter nacional. Firmava-a na interpretação positiva da história da miscigenação no Brasil. (p. 192)

Para Kabengele Munanga (2008), a grande contribuição de Freyre foi ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente o estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo.

A mestiçagem, que no pensamento de Nina, e de outros causava dano irreparável ao Brasil, era vista por ele como uma vantagem imensa. Em outras palavras, ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, o autor de Casa Grande e Senzala permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia. (MUNANGA, 2008, p. 76)

Hasenbalg, em “Relações raciais no Brasil Contemporâneo” (1992), afirma que

Os anos de 1930 nos oferecem, pela pena de Gilberto Freyre, a versão acadêmica do que hoje chamamos de mito da democracia racial brasileira. Durante algumas décadas essa concepção mítica prestou inestimáveis serviços à retórica oficial e até mesmo à diplomacia brasileira. Ao forjar uma nova auto-imagem do país, essa concepção acenava para duas das raças fundadoras , negros e índios, bem como a seus descendentes miscigenados, com a sua incorporação simbólica à nação. Seduzia simultaneamente os brasileiros brancos com a ideia da igualdade de oportunidades existente entre

peças de todas as cores, isentando-os de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos não-brancos. (HASENBALG, 1992, p. 140).

Vinte anos após Gilberto Freyre, outra geração de cientistas sociais chegaria a conclusões diferentes das dele, contribuindo para a denúncia do mito da democracia racial. Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em que o mundo, se viu ameaçado pelo nazifascismo e conheceu o holocausto dos judeus, a Europa e os EUA voltaram seus olhos para o Brasil que teria conseguido estabelecer a harmonia das raças, um exemplo a ser seguido pela civilização ocidental. A ONU, nascida nesse contexto pós Segunda Guerra, e a UNESCO – órgão das Nações Unidas para o desenvolvimento dos países da América Latina – criada em 1949, financia um grande projeto para o estudo das relações raciais estabelecendo o Brasil como modelo.

É assim que, durante os primeiros anos da década de 50, um grupo de pesquisadores estrangeiros chega ao país para realizar o primeiro grande estudo sobre a questão racial associando-se a pesquisadores nacionais interessados na mesma tarefa. O projeto sediado na USP fez uma extensa pesquisa de norte a sul do país, em áreas urbanas e no meio rural. Um dos resultados mais importantes desse estudo da UNESCO foi demonstrar a existência do preconceito racial entre nós.

Florestan Fernandes, que despontou no cenário nacional como um importante intelectual da área das ciências sociais, justamente em função de seu trabalho de pesquisa realizado no âmbito do projeto Unesco, tornou-se o principal expoente do grupo de intelectuais que primeiro denunciou a existência de desigualdades raciais no Brasil, opondo-se ao “mito da democracia racial”.

Segundo Oracy Nogueira (1985), que foi um dos responsáveis pelo projeto Unesco

A principal tendência que chama a atenção, nos estudos patrocinados pela Unesco, é a de reconhecerem seus autores a existência de preconceito racial no Brasil. Assim, pela primeira vez, o depoimento de cientistas sociais vem, francamente, de encontro e em reforço ao que, com base em sua própria experiência, já proclamavam, de um modo geral, os brasileiros de cor. (NOGUEIRA, 1985, p. 77)

A partir desses estudos patrocinados pela UNESCO, vários outros se seguiram na mesma linha, no sentido de desnaturalizar tanto a antiga ideia da democracia racial brasileira e quanto a crença de que o Brasil não teria nenhum problema racial relevante. Os anos 60 e 70, sobretudo em São Paulo, com os trabalhos de Florestan

Fernandes e Octávio Ianni, e na Bahia com Thales de Azevedo, marcaram o pensamento sobre as relações raciais no Brasil construindo uma nova base de pressupostos.

Nos anos seguintes, mas principalmente na década de 1990 e início do novo milênio, presenciamos vários estudos e sondagens estatísticas semelhantes como, TURRA E VENTURI (1995), PAIXÃO E SANTANA (1997), HENRIQUES (2001), PAIXÃO E CARVALHO (2008), SANTOS E SILVA (2005), RIBEIRO (2006) e THEODORO (2008). Todos esses estudos acadêmicos e chancelados pelo Estado brasileiro passavam pela reflexão sobre desigualdades sociais e raça, fundamentados em pesquisas estatísticas e análises de censos demográficos, além das análises sobre os índices de desenvolvimento humano (IDH). Eles tendem a confirmar que as discriminações raciais no Brasil, sob vários aspectos, são condicionantes da estratificação racial e exclusão dos negros brasileiros durante toda a História do desenvolvimento econômico e social do país. (OLIVEIRA, 2012, p. 90)

Em 1996, o Estado brasileiro reconheceu publicamente a existência do racismo na sociedade brasileira. As declarações do então presidente Fernando Henrique Cardoso, viabilizando a modificação e a divulgação do Plano Nacional de Direitos Humanos, possibilitaram uma mudança nas formulações e representações sociais sobre as relações raciais no Brasil. Foi nesse contexto que ocorreu o seminário internacional sobre “Multiculturalismo e Racismo e o papel da Ação Afirmativa nos Estados Modernos e Democráticos” organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça em 1996. (SOUZA, 1997).

Desde a realização desse seminário e com a publicação de diversos estudos e pesquisas, a questão das relações raciais vem tomando dimensões acadêmicas inéditas, aprofundando polêmicas no campo educacional e produzindo cisões agudas no debate acadêmico atual. (GRIN, 2010)

Nas diversas concepções sobre as relações raciais surgidas ao longo do século XX, percebe-se que há uma forte relação com as movimentações das elites brasileiras e dos movimentos sociais. Ao seu tempo, com suas próprias limitações históricas, algumas concepções se afirmaram e outras abriram uma alternativa de interpretação da realidade brasileira. Segundo Luiz Fernandes de Oliveira, não há dúvida de que os trabalhos de Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg abriram uma ruptura epistemológica relevante para as atuais reflexões políticas e educacionais. (OLIVEIRA, 2012, p. 92). Entretanto, a racialização e a ideologia do branqueamento não deixaram

de existir em função das concepções formuladas a partir das décadas de 1960 e 1970. Por outro lado, o mito da democracia racial, enquanto categoria de análise das relações raciais brasileiras, ainda é forte, mas está perdendo sua força nos últimos anos. A novidade que se apresenta nesse cenário de reflexão é a capacidade dos movimentos sociais negros de interferirem nesse debate. (PEREIRA, 2006).

A ideia de que o Brasil é um país democrático racialmente constitui-se num dos aspectos da ideologia racial brasileira e como tal faz parte de nossa cultura. A polêmica sobre racismo, no trato com a personagem Tia Nastácia, investigada nessa dissertação esbarra nesse conjunto de crenças muito arraigadas na nossa sociedade, de que “não somos racistas” (KAMEL, 2006) e vivemos em uma democracia racial que se questionada pode gerar “divisões perigosas”. (FRY, 2007).

I.5 - O racismo em Monteiro Lobato

Monteiro Lobato (1882-1948) escreveu sua obra monumental num período de transição da história brasileira, a de transição da monarquia para a república e do trabalho escravo para o livre. O nome de Monteiro Lobato é muito associado a sua obra literária infantil, mas além dessa que ocupa praticamente a metade de seus escritos, ele escreveu também outros textos como *Urupês*, *a Barca de Gleyre*, *o Escândalo do Petróleo* e *O Choque das Raças*.

Investigar o racismo na obra de Lobato não pressupõe cometer o anacronismo de se julgar um escritor olhando-o de fora de seu tempo, nem pressupõe uma visão histórica determinista de achar que o escritor era um homem do seu tempo e, portanto seu racismo está justificado e explicado.

O objetivo de investigar o racismo em Lobato é possibilitar o avanço das políticas públicas antirracistas e compreender as razões da negação de seu racismo na atualidade, pois apesar de todas as evidências, o escritor recebeu, durante o auge da polêmica, defesas apaixonadas. O jornalista e escritor Ruy Castro, por exemplo, foi veemente,

“As pessoas que acusam Monteiro Lobato de racismo e de querer “extinguir a raça negra” certamente nunca leram uma linha do que ele escreveu. Trata-se de uma atitude “politicamente correta de galinheiro” como diria Nelson Rodrigues” (Revista Bravo, nº 165)

A edição nº 165 da *Revista Bravo* de maio de 2011, no entanto, divulgou cartas íntimas que reforçam o envolvimento de Monteiro Lobato com a eugenia, “ciência” que

ajudou a embalar o nazismo e o holocausto. Na sessão *Carta dos Leitores* da revista, também aparecem defesas apaixonadas dos que se negam a discutir o racismo em Lobato,

Não admito que falem mal do Monteiro Lobato, e por quê? Sua figura me fez querer ser escritor, e essas cartas são pessoais demais para serem lidas. Quando o negro não gosta de branco ninguém fala nada. [...] O racismo estava em voga naquele tempo, ok? Quase cem por cento odiava negros, e porque implicam com ele? [...] Bem, não vou argumentar mais pois me irrita ver um herói da minha infância ser tratado como um demônio.²⁶

As políticas públicas antirracistas têm como objetivo combater o racismo no tempo presente, porém o caso Lobato, realimentou a discussão do racismo em sua obra. As defesas apaixonadas de Monteiro Lobato feitas por escritores e jornalistas importantes tornam necessários um olhar mais atento sobre aspectos raciais importantes na vida e obra desse celebrado escritor infantil.

No início dos anos 80, David Brookshaw (1983), em seu livro “Raça e Cor na Literatura Brasileira”, já apontava o ataque duplamente cortante na obra de Monteiro Lobato ao negro, considerando-o de um lado um animal selvagem e, de outro, possuidor de certas qualidades infinita e convenientemente resignadas, não subversivas. (BROOKSHAW).

É essa dualidade, no tratamento dado aos negros na obra de Lobato, que faz com que a leitura de sua obra, de certo modo, possibilite posições polarizadas que neguem ou afirmem o racismo em sua literatura. Brookshaw salienta que,

Em seu conto *Bocatória* tem-se a descrição de um negro fantasma e ladrão de sepulturas em termos satânicos, ao passo que em *O jardineiro Timóteo*, o velho jardineiro simboliza a sensibilidade e, na verdade, os velhos valores coloniais do tempo do Império. (BROOKSHAW, 1983, p. 68)

Marisa Lajolo nos mostra que, discutir a representação do negro na obra de Monteiro Lobato, além de contribuir para maior compreensão desse importante autor, pode possibilitar novos olhares na compreensão da complexa relação que entrelaça literatura e sociedade, história e literatura, literatura e política, binômios que tentam dar conta do que, na literatura, fica “entre seu aquém e seu além”. (LAJOLO, 1998).

Embora a polêmica recente do caso Lobato gire em torno da personagem negra Tia Nastácia, chamada, entre outros epítetos, de “macaca de carvão”, outros

²⁶ Comentário do leitor Renato Zuque. Revista Bravo, edição nº 165 de maio de 2011.

personagens, como o personagem negro de pele “craquenta” Bocatorra, do conto *Urupês*, escrito em 1915, também chama atenção pelo aspecto repulsivo com que é descrito, como um verdadeiro monstro. Nesse conto, a filha do fazendeiro morre ao por os olhos nele. Esse aspecto desumanizado de Bocatorra aparece na descrição do personagem,

Bocatorra excedeu a toda pintura. A hediondez personificara-se nele, avultando, sobretudo, na monstruosa deformação da boca. Não tinha beijos e as gengivas largas, violáceas, com raros cotos de dentes bestiais fincados às tortas, mostravam-se cruas, como enorme chaga viva. E torta, posta de viés na cara, num esgar diabólico, resumindo o que o feio pode compor de horripilante. (LOBATO, 2007, p. 126)

A descrição do personagem Bocatorra revela aspectos da complexa relação entre literatura e sociedade apontada por Marisa Lajolo. Permite novos olhares sobre aspectos do racismo de Lobato, principalmente, se contrastadas com sua opinião sobre os negros, como em carta dirigida a Godofredo Rangel, onde descreve uma cena típica das ruas do Rio:

Dizem que a mestiçagem liquefaz essa cristalização racial que é o caráter e dá uns produtos instáveis. Isso no moral – e no físico, que feiúra! Num desfile, à tarde, pela horrível Rua Marechal Floriano, da gente que volta para os subúrbios, que perpassam todas as degenerescências, todas as formas e má formas humanas – todas menos a normal. Os negros da África, caçados a tiro e trazidos à força para a escravidão, vingaram-se do português de maneira mais terrível – amulatando-o e liquefazendo-o, dando aquela coisa residual que vem dos subúrbios pela manhã e reflui para os subúrbios à tarde.²⁷

A literatura infantil de Lobato é permeada de palavras no mínimo duvidosas em relação aos negros. Em *Caçadas de Pedrinho*, de 1933, Tia Nastácia é tratada pejorativamente em vários trechos, como, por exemplo: “a pobre preta”, “negra beijuda”, “resmungou a preta, pendurando o beijo”, “tornou a preta” e como tendo “olhos arregalados do tamanho de xícaras de chá”.

No livro *Reinações de Narizinho*, escrito em 1931, a personagem Tia Nastácia é apresentada como “negra de estimação”, e, em diversos trechos, Lobato se refere a ela como “a negra” ao invés de chamá-la pelo seu nome. O chamamento de “a negra” é acompanhado de outros termos pejorativos, como “beijos”, “beijaria”, ou fazendo referência ao tamanho de sua boca, “a maior boca do mundo”.

²⁷ Carta a Godofredo Rangel incluída na primeira edição do livro “A Barca de Gleyre”, em 1944.

Em *História de Tia Nastácia*, publicada em 1937, a boneca Emília zomba e ridiculariza a personagem principal Tia Nastácia várias vezes, e chama suas histórias de “irracionais” e “mal articuladas. Diz a boneca: “tudo bobagem de negra velha” (p. 31), “o que vale é que você mesma confessa não ter culpa das idiotices da história, senão eu cortava um pedaço desse beijo...”(p. 31). Após ouvir a história do pássaro preto, disse Emília:

Só aturo essas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não tem humorismo. Parecem-me muito grosseiras e bárbaras, coisa mesmo de negra beijuda como Tia Nastácia. Não gosto, não gosto e não gosto... (LOBATO, 2009, p. 28)

Após Tia Nastácia contar a história de João e Maria, Emília disse: “Eu já li essa história em Andersen, e agora estou vendo bem claro como o nosso povo faz nela os seus arranjos. Foi Andersen quem a inventou”(p. 54). Na conversa que segue, Dona Benta diz que “essas histórias são velhíssimas” e Andersen fez as “modificações que quis”, Pedrinho e Narizinho completam,

- Na versão de Andersen – disse Narizinho -, não há negro nenhum, nem nada de três cães. O povo aqui no Brasil misturou a velha história de Joãozinho e Maria com outra qualquer, formando uma coisa diferente. A versão de Andersen é muito mais delicada e chama-se *Hensel e Gretel*.

- O tal negro entrou aí – disse Pedrinho – porque no Brasil as histórias são contadas pelas negras que gostam de enxertar personagens pretos como elas. Lá na Dinamarca Andersen nunca se lembraria de enxertar um preto porque não há pretos. Tudo gente loura. (LOBATO, 2009, p. 54)

Brookshaw (1983) nos diz que a negrofobia de Monteiro Lobato deve ser atribuída, pelo menos em parte, ao fato de que ele era de São Paulo, uma cidade onde os negros eram minoria, e onde o racismo nos anos posteriores à Abolição era mais manifesto do que em qualquer outro lugar.

Foi certamente como um paulista que ele viu o perigo de uma invasão de negros das áreas pobres do país e imaginou a mistura das raças que resultaria. Como muitos de seus contemporâneos, Lobato não defendia a miscigenação, na verdade ele a atacava abertamente, imputando o subdesenvolvimento industrial brasileiro à inferioridade racial e ao mulatismo[...] O receio da miscigenação levou-o a apoiar de forma relutante o sistema norte-americano de rígidas barreiras raciais. (BROOKSHAW, p. 69).

Segundo João Feres Júnior (2012), há evidências suficientes para afirmar que de fato Monteiro Lobato era racista e eugenista (FERES JÚNIOR, 2012). O escritor foi membro da Sociedade Eugênica de São Paulo e amigo de expoentes da eugenia no Brasil, como os médicos Renato Kehl e Arthur Neiva. Em seu livro *O choque das raças ou o presidente negro*, o escritor criou uma trama futurista num tempo regido pela eugenia, no qual é eleito o primeiro presidente negro dos Estados Unidos, no ano de 2228. A partir desse enredo, Lobato faz a defesa dos ideais eugênicos. O entusiasmo com a doutrina aparece também em carta escrita a seu amigo, o médico Renato Kehl:

“Renato, tu és o pai da eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar meu Choque, grito de guerra pró-eugenia. Vejo que errei não te pondo lá no frontispício, mas perdoai a este estropeado amigo. (...) Precisamos lançar, vulgarizar estas idéias. A humanidade precisa de uma coisa só: poda. É como a vinha. Lobato.” (Diwan, 2007, p. 106)

A escritora Ana Maria Gonçalves, em carta aberta ao cartunista Ziraldo, revelou aspectos desconcertantes da ligação de Lobato com a eugenia. Em uma das cartas publicadas no livro *A barca de Gleyre* dirigidas ao seu amigo Godofredo Rangel, Lobato confessou que sabia que a escrita “ é um processo indireto de fazer eugenia, e os processos indiretos, no Brasil, “work” muito mais eficientemente”²⁸

A Eugenia chegou ao Brasil por intermédio dos livros e artigos produzidos em numerosa quantidade nos EUA e na Europa. Por aqui, encontrou solo fértil. Interagiu com universo variado de ideias. Algumas delas existiam, pelo menos desde a metade do século XIX e tentavam explicar a experiência histórica em torno das populações escravas. Outras, desenvolvidas após 1870, almejavam construir um mundo moderno e científico, colocando o Brasil nos trilhos do progresso. Certamente, um dos motivos mais importantes para o desenvolvimento do eugenismo nas três primeiras décadas do século XX estava na preocupação com o controle da população de ex-escravos que estavam em processo de proletarização.

Como principal nome do eugenismo nacional, Kehl dedicou-se à divulgação e, principalmente, à organização do movimento eugenista, mas é possível afirmar que, muito antes dele, o racismo e a teoria degeneracionista já faziam sucesso entre intelectuais e médicos brasileiros. Essas teorias foram trazidas ao país pelas viagens dos filhos da elite republicana à Europa e pelas expedições científicas que vieram ao

²⁸ Carta disponível em *Geledés Instituto da Mulher Negra*. A carta foi escrita e divulgada após o cartunista Ziraldo criar uma charge para o bloco de carnaval “Que Merda é Essa?”

Brasil, das quais participavam cientistas, antropólogos e intelectuais europeus. Tais teorias justificavam a impossibilidade de progresso do Brasil, dos países tropicais e da África, dada tamanha promiscuidade racial de seus povos. (DIWAN, 2007).

Gustave Le Bon, Arthur de Gobineau e Louis Agassiz foram alguns dos viajantes que descreveram a situação promíscua em que viviam negros e mestiços, que se ocupavam da vadiagem; Segundo Lilia Schwarcz para esses homens de ciência, nossa terra produziu tais elementos degenerados e instáveis que por sua vez eram incapazes de acompanhar o desenvolvimento progressivo do país. (SCHWARCZ, 1993). Nessas análises, a mestiçagem representava o atraso, pois o progresso estava restrito às sociedades “puras”. A miscigenação seria, portanto, um fator antievolutivo, subvertendo as ideias do biólogo Charles Darwin. Para eles, a hibridização resultava sempre na permanência do gene mais fraco, menos apto e na potencialização dos defeitos e imperfeições, gerações após gerações. (DIWAN, 2007)

Nas primeiras duas décadas do século XX, o sucesso das campanhas de saneamento e prevenção de diversas doenças levadas a cabo por Oswaldo Cruz gerou uma aproximação entre a classe médica (e dos profissionais de orientação científica de modo geral) e o Estado. Uma integração ou consultoria que repercutiu na orientação das políticas públicas, tendo a saúde paulatinamente se tornado parte integrante dos objetivos políticos.

Monteiro Lobato vai expressar um grande alívio ao “descobrir” que a doença era o principal problema do País e o maior obstáculo à civilização. O movimento pelo saneamento do Brasil concentrou esforços na rejeição do determinismo racial e climático e na reivindicação da remoção dos principais obstáculos à redenção do povo brasileiro: as doenças.

Apesar de farta documentação que demonstra incontestavelmente o racismo de Monteiro Lobato e sua relação íntima e intensa com o pensamento eugênico no Brasil, o racismo do autor de *Caçadas de Pedrinho* é negado, até mesmo de forma passional por importantes intelectuais, escritores e jornalistas.

Finalizamos este capítulo, lembrando que, em cada período histórico surgem tendências para a conservação ou para a mudança. Como vimos, Mannheim defende que as ideologias se destinam a justificar a situação social existente, enquanto as utopias pretendem, ao contrário, buscar uma desejada modificação da estrutura social. Assim os defensores da ordem social vigente procuram desqualificar e até mesmo ridicularizar as políticas públicas antirracistas que contestam autores clássicos, como

Monteiro Lobato, que formaram gerações de brasileiros. Os defensores do *status quo*, baseados na ideologia racial brasileira procuram manter autores como Monteiro Lobato intocáveis, como uma espécie de ídolo religioso, mas negligenciam que os ídolos, muitas das vezes, têm os pés de barro.

CAPÍTULO II

A construção da notícia: o caso lobato no jornal

A minha convicção profunda é que, sim, a mídia é racista, porque o país é racista. A mídia sempre reflete o país. E nós optamos pela pior forma de racismo, o da invisibilidade.

Miriam Leitão

Nas sociedades de hoje, a mídia preenche diversas funções: ela serve para divulgar as notícias, veicular a publicidade, “alienar” e também para educar e distrair a população. O extraordinário desenvolvimento das técnicas e formas de comunicação é uma das principais características de nossos dias que viu crescer ainda mais a mídia de massa como a mídia impressa, o rádio, e a televisão. Os veículos de comunicação são capazes de atingir praticamente todos os segmentos sociais, tendo em vista os amplos e flexíveis meios de linguagem utilizados na propagação de ideias, valores e conhecimentos.

Os meios de informação e comunicação são recursos usados pelas instituições culturais e movimentos sociais para exercerem um tipo de poder denominado simbólico, ou seja, aquele que “nasce da atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p. 24). Os indivíduos são envolvidos constantemente na comunicação um com o outro, na troca de informações de conteúdo simbólico. Para fazer isso, utilizam-se de vários recursos (meios de informação e comunicação) com os quais realizam ações que possam intervir no curso dos acontecimentos: são as chamadas por Thompson de “ações simbólicas”, as quais segundo o autor, “podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descreer” (p. 24). O “poder simbólico”, assim, é essa capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, portanto, a mídia é um espaço de hegemonias, mas também de contra-hegemonias.

Por isso cada vez mais a sociedade tem transformado as lutas por reconhecimento em lutas pela visibilidade. Conforme o autor,

“o desenvolvimento dos movimentos sociais [...] fornece amplo testemunho de que as reivindicações de grupos até então subordinados ou marginalizados só se conquistam

através de lutas pela visibilidade na mídia (THOMPSON, 1998, p. 24)

No que diz respeito ao pluralismo étnico-racial na mídia, Jacques d'Adesky nos diz que,

convém interrogar a realidade do acesso dos grupos ditos minoritários, em termos de visibilidade de imagens, mas também em relação ao conteúdo dos programas de TV, às matérias da imprensa escrita etc. A resposta a tais perguntas esclarece sem sombra de dúvidas, a relação de força que impera nos centros decisórios da mídia. Em particular, pode revelar qual é o grupo étnico – ou os grupos étnicos – que realmente detém o poder da informação, e em que medida as programações da TV ou o perfil editorial seguem uma linha que dá primazia ou não à cultura dominante, reforçam o monopólio de fato dessa cultura, visando a homogeneização cultural total, ou preferem seguir uma política multicultural, em que cada cultura e cada etnia encontram espaço para se expandir e se posicionar sem entrave ou subterfúgio por parte da etnia dominante. (D'ADESKY, 2009, p. 87)

Portanto, a mídia, nessa perspectiva, aparece também como espaço de disputa na dinâmica das relações étnico-raciais, suscetível de orientar atitudes e de provocar mudanças de mentalidade no interior das sociedades. Nesse sentido, a mídia tem papel muito importante na formação da identidade, na medida em que é o vetor de informações e de imagens que podem ser valorizadas ou manipuladas segundo os interesses em jogo.

A expressão “quarto poder”, uma alusão aos três poderes típicos do Estado democrático (Legislativo, Executivo e Judiciário), tem sido usada para qualificar o poder da mídia ou do jornalismo sobre a sociedade. Esse poder refere-se a capacidade que a mídia tem de manipular a opinião pública, ditando regras de comportamento e influenciando nas escolhas dos indivíduos e na própria constituição de padrões sociais.

O jornalismo, em geral, costuma propagar ao grande público que mostra a realidade de modo neutro e imparcial. Mas seria esse objetivo algo possível de ser atingido? Eni Orlandi (2005), em seu livro “Análise de Discurso: princípios e procedimentos”, diz que “devemos ter uma relação menos ingênua com a linguagem” e perceber que os discursos estão “comprometidos com os sentidos e com o político”

que “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos”²⁹ (ORLANDI, 2005, p. 9).

As grandes empresas jornalísticas sabem disso e lutam para manter algum critério de “objetividade” na produção da notícia. O “Manual de Redação da Folha de São Paulo”, assim se coloca em relação à objetividade:

“Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse.” (FOLHA, 1992, p.19)

No documento “Princípios Editoriais das Organizações Globo” é dito que

Isenção é a palavra chave em jornalismo. E tão problemática quanto “verdade”. Sem isenção a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade. Diante, porém, da pergunta eterna – é possível ter 100% de isenção? – a resposta é um simples não. Assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente de seu subjetivismo. (Organizações Globo, 2011, p. 5)

A condição da linguagem é a incompletude, e a informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo (CHARAUDEAU, 2012). Comunicar algo é escolher, entre as inúmeras possibilidades (de assunto, de enfoque, etc...) uma forma de retratar uma notícia. E isso é marcado por intenções (a de quem fala, a de quem elabora o discurso ou a de uma coletividade de vozes sociais expressa por um de seus membros).

O jornalismo estabelece critérios de seleção e hierarquização dos fatos que tem acesso. Além disso, são inúmeras as possibilidades de abordar os fatos, e isso pode gerar diferentes interpretações da realidade e, conseqüentemente, diferentes maneiras de expor determinado episódio em um texto. O texto, portanto, é quase uma obra de “ficção”, já que se trata de um dos possíveis olhares sobre determinado fato, interpretado a partir de uma série de “filtros” interpretativos (que vão do conselho editorial até as concepções ideológicas e dos interesses de mercado a concretização do produto a ser vendido).

²⁹ Adiante abordaremos conceitos importantes para a Análise do Discurso, como: linguagem, sentido, sujeito, discurso, signo e ideologia.

Patrick Charaudeau (2012), em *Discurso das Mídias*, tenta mostrar que as mídias, ao relatarem um acontecimento, constroem uma representação que toma lugar da realidade. A construção de sentido só é possível através da utilização da linguagem em situação de troca social, porque o sentido não é algo preestabelecido ele nasce justamente na interação social. (CHARAUDEAU, 2012)

O discurso, então, pode ser entendido como lugar onde saber e poder se articulam. Charaudeau (2012) descortina as relações de poder, as intencionalidades e a construção da notícia, partindo da ideia de que quando há a captura da realidade isso não acontece sem que haja um filtro particular do que se quer captar. (CHARAUDEAU, 2012)

É ilusória a ideia de que a mídia mostra a realidade social. Na verdade tenta impor a “verdade que constrói” (CHARAUDEAU, 2012, p.19). Os processos de construção da notícia envolvem escolhas e construção de sentidos. A notícia é construída a partir de um ponto de vista, seja do jornalista, do editor, do colunista, ou de outros envolvidos na produção do jornal, o que faz com que a realidade seja apresentada de acordo com interesses particulares.

II.1 – A mídia impressa e o racismo no Brasil

A mídia impressa é um lugar de circulação e produção de sentidos. No caso Lobato a produção de sentidos na mídia impressa durante o episódio deu-se de inúmeras formas. No dia 24 de fevereiro de 2011, por exemplo, às vésperas do carnaval, uma reportagem do jornal *O Globo* a respeito do bloco de carnaval “*Que Merda é Essa*” trazia uma charge do cartunista Ziraldo que se tornou alvo de muita polêmica. A charge mostrava Monteiro Lobato abraçado a uma negra de biquíni e fazia uma crítica ao que o cartunista considerava como “politicamente correto”³⁰. Em entrevista ao site de *O Globo*, Ziraldo explicou porque decidira recorrer a Monteiro Lobato:

Para acabar com a polêmica, coloquei o Monteiro Lobato sambando com uma mulata. Ele tem um conto sobre uma neguinha que é uma maravilha. Racismo sem ódio não é

³⁰ O cravo, a rosa e o gato com olho ferido, segurando um pedaço de pau, fazem uma crítica ao que Ziraldo classifica como “politicamente correto”. As versões dessas duas canções populares “atirei o pau no gato” e “o cravo e a rosa” foram modificadas recentemente para “Não atire o pau no gato, porque isso não se faz”, e “o cravo encontrou a rosa, debaixo de uma sacada, o cravo ficou feliz, e a rosa ficou encantada”. As mudanças nessas cantigas populares foram propostas para combater o machismo e a violência contra os animais.

racismo. A ideia é acabar com essa brincadeira de achar que a gente é racista³¹.

Sabemos que a polêmica na grande mídia sobre as considerações do parecer do Conselho Nacional de Educação a respeito do suposto racismo, presente no livro de Monteiro Lobato³², teve início alguns meses antes. A charge do Ziraldo divulgada às vésperas do carnaval não conseguiu, como ele supôs, por fim à polêmica, mas ela produziu sentidos.

Apesar dessa polêmica, ter repercutido em todos os seguimentos da grande mídia, foi na mídia impressa, especialmente no jornal, que o episódio ganhou maior destaque. As características mais reflexivas e profundas do jornalismo impresso, mais atento ao debate público e às grandes questões nacionais, fizeram desse espaço midiático um lugar privilegiado para a polêmica.

Jacques D'Adesky ao analisar dados da imprensa escrita, relata que segundo o *Anuário Brasileiro de Mídias (1993-94)*, circulam no Brasil 46 jornais diários. Os jornais de grande circulação são, segundo D'Adesky, indiferenciados do ponto de vista étnico-racial. Ao privilegiar a indiferenciação étnico-racial, poderíamos pensar, que a imprensa escrita parte do pressuposto de que a etnicidade não é um fator relevante que possa levar à segmentação do público leitor. (D'ADESKY, 2009, p. 95)

Porém, ainda de acordo com D'Adesky (2009), uma simples análise do consumo de jornais pela população urbana, mostra que a situação não é bem assim. De fato, os dados estatísticos da Marplan, publicados no anuário referido, nos mostram que o público-alvo é diferenciado de modo implícito. Pois, o público a que essa mídia (jornal) se dirige pertence preferencialmente às classes A e B.

As percentagens de consumo revelaram que,

para uma população de 10,878 milhões de homens, 61% consumiam jornais e 54% revistas. Nas classes A e B as percentagens eram de 82% para os jornais e 80% para as revistas. No que diz respeito à população de 11,791 milhões de mulheres, 42% consumiam jornais e 59% revistas, enquanto que essas percentagens eram respectivamente de 75% e 85% para as classes A e B. Enfim, para a população de 6,647 milhões de donas-de-casa, os dados mostravam que 74% de donas-de-casa das classes A e B e 35% das classes C, D e E consumiam revistas. (D'ADESKY, 2009, p. 96)

³¹ Jornal *O Globo* (Caderno Rio Carnaval 2011) de quinta-feira dia 24 de fevereiro de 2011.

³² Parecer nº 15/2010 e o parecer revisor nº 06/2011 ambos da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Assim, diz D`Adesky, esses dados permitem dizer que o público preferencial da mídia escrita se encontra bem distante da realidade dos negros brasileiros, na sua grande maioria pertencentes às classes C, D e E, e, que, conseqüentemente, não se interessaria muito por informações, artigos e matérias analíticas que porventura tratassem do cotidiano dessas classes desfavorecidas. (D`ADESKY, 2009)

A mídia impressa, especialmente o jornal, obviamente não possui o mesmo alcance dos telejornais ou da internet, principalmente os jornais impressos que aqui temos interesse em analisar, dirigidos às classes A e B, e que englobam a elite formadora de opinião em nosso país, principalmente do eixo Rio - São Paulo.

Proprietários de jornais e revistas afirmam que seus produtos são para a “elite”, os chamados formadores de opinião (HERNANDES, 2012, p. 183). O diretor de redação da Folha de S. Paulo, Otávio Frias Filho, afirmou que

O consumidor da mercadoria jornal é um indivíduo que tem certas expectativas e certas exigências em termos intelectuais, que estão num patamar um pouco acima da sociedade como um todo. É um fato, não há o que discutir, que já se cristalizou há 50 anos entre aquele que é o veículo de informação de massa, a televisão, e o veículo de informação do conjunto das elites, que é o jornal.³³

Segundo Silvia Ramos (2007),

discutir as dinâmicas da mídia frente às questões de raça e etnicidade é, em grande medida, discutir as matrizes do racismo no Brasil. Os meios de comunicação são, por assim dizer, um caso-modelo de reprodução da nossas relações raciais. (RAMOS, 2007, p. 8)

De acordo com Ramos (2007), o racismo não se reproduz na mídia através da afirmação aberta da inferioridade e da superioridade, através da marca da racialização, ou de mecanismos explícitos de segregação. As dinâmicas de exclusão, invisibilização e silenciamento são complexas, híbridas e sutis, ainda que sejam decididamente racistas. (RAMOS, 2007, p. 9)

II.2 - A luta por uma educação antirracista

Episódios como o caso Lobato evidenciam que a ideologia racial brasileira interfere diretamente nas políticas públicas educacionais antirracistas em pleno século

³³ Trecho da entrevista “Uma porta de entrada para novos leitores de jornal”. Citação extraída de Hernandes, Nilton. *A mídia e seus truques*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 184.

XXI. A educação antirracista tem uma longa história em nosso país e não podemos deixar de destacar o protagonismo do movimento negro nessa trajetória de lutas.

Desde o final do século XIX, diversas organizações negras já denunciavam o preconceito racial no Brasil. No entanto, Petrônio Domingues afirma que antes de 1930 as organizações negras eram desprovidas de um caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo³⁴. (DOMINGUES, 2007).

De acordo com Antônio Sérgio Guimarães, o povo brasileiro, tal como hoje o concebemos, é uma construção modernista nascida com a Revolução de 1930,

Foi apenas a partir de 1930, principalmente com o Estado Novo (1937-1945) e a segunda República (1945-1964), que o Brasil ganhou definitivamente um “povo”, ou seja, inventou para si uma tradição e uma origem. (GUIMARÃES, 2001, p. 123)

A Frente Negra Brasileira (FNB) fundada em 1931 nasceu nesse contexto histórico modernista, e de acordo com Márcio Barbosa ela é reconhecida como uma das primeiras organizações do movimento negro no país,

A Frente Negra Brasileira ofereceu à população negra marginalizada possibilidades de organização, educação e ajuda no combate à discriminação racial[...] Foi, sem dúvidas, conservadora, expressava aspirações de negros de classe média e teve concepções políticas limitadas, mas tentou dar aos afro-brasileiros, condições de se integrarem à sociedade capitalista e conseguiu resposta popular, como prova o grande número de filiais que estabeleceu e de associados que conquistou. (BARBOSA, 1998, p.12).

Segundo Luiz Alberto e Petronilha Beatriz,

Na Frente Negra Brasileira, a educação dos afrodescendentes de ambos os sexos não se reduzia exclusivamente à escolarização, embora esse tenha sido o *leitmotiv* da reforma educacional proposta pelos líderes fretenegrinos. Pesa de forma exemplar a ideia de que, para efetuar uma mudança significativa no comportamento das negras e dos negros brasileiros, seria necessário promover junto à escolarização, um curso de formação política. Séculos de escravidão haviam deformado a própria imagem dos negros, afetado profundamente sua auto-imagem. (GONÇALVES E SILVA, 2000, p. 144)

³⁴ Entre clubes, grêmios e associações negras desse período, podemos destacar em São Paulo o *Clube 28 de Setembro* (1897), o *Club 13 de Maio* (1902), a *Sociedade União Cívica dos Homens de Cor* (1915); no Rio de Janeiro o *Centro da Federação dos Homens de Cor* (1914); em Pelotas(RG) a *Sociedade Progresso da Raça Africana* (1891). Na Imprensa Negra, entre inúmeras publicações, podemos destacar em São Paulo os jornais *A Pátria* (1899), *O Combate* (1912), *A Sentinela* (1920); em Campinas *O Baluarte* (1903) e em Curitiba/PR *O Exemplo* (1892) entre outros.

No plano educacional, o final dos anos 40 e os anos 50 são marcados por intensos debates sobre a escola pública e, ao mesmo tempo por uma intensa ação política do movimento negro. Clóvis Moura (1988) nomeia esse período de “Renascimento Negro” devido o surgimento de grupos de discussão e ação contra a discriminação racial e o racismo, esse Renascimento ocorreu em razão da crise do Estado Novo e do fim da ditadura Vargas.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, onde o mundo se viu ameaçado pelo nazifascismo e conheceu o holocausto dos judeus, a Europa e os EUA voltaram seus olhos para o Brasil, que supostamente havia conseguido estabelecer a harmonia entre as diferentes raças. A Organização das Nações Unidas, por intermédio da UNESCO, apoia, então, um vasto estudo sobre relações raciais em várias partes do mundo, com destaque para o Brasil.

Um dos resultados mais importantes desse estudo da UNESCO foi demonstrar a existência do preconceito racial entre nós. Em termos jurídicos, a Lei Afonso Arinos, de 1952, reconheceu a existência de preconceito racial no país, punindo-o como contravenção legal, ainda que a sua prática continuasse disseminada e sem coibição. (PAULA, 2009)

Oracy Nogueira (1955) estabeleceu a primeira análise teórica sobre o tipo de preconceito que praticamos contra os negros no Brasil, um preconceito referente à aparência dos indivíduos (preconceito de marca) e não de origem como ocorre nos Estados Unidos.

Nos anos 60 e 70, organizações negras cobravam respostas do Estado para as questões de ordem nacional e educacional, reivindicavam garantia do direito da população negra à escola pública. Participavam também de um movimento mundial de posicionamento contra o racismo desencadeado pelas lutas pelos direitos civis dos negros norte-americanos e pelo processo de descolonização dos países africanos.

Nesse período, o golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária na luta política dos negros. Petrônio Domingues nos diz que o golpe

“... desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil”. (DOMINGUES, 2007, p. 111)

Com o fim da ditadura e a partir dos anos 80, emergiu outro perfil de organização negra que atuou de forma mais incisiva na denúncia ao racismo presente na estrutura social, política, econômica e educacional brasileira. O movimento negro denunciou

publicamente o racismo e o mito da democracia racial e a sua presença na estrutura do Estado e na realidade escolar.

Nesse contexto, lideranças do movimento negro focaram suas críticas na estrutura dos currículos escolares que silenciavam a respeito de Palmares, de Zumbi e da história da África, deram ênfase também à forma estereotipada e preconceituosa como os negros eram apresentados nos livros didáticos.

Na década de 90 muitos pontos das reivindicações dos movimentos sociais negros foram atendidos pelo governo brasileiro, como por exemplo, a revisão de livros didáticos ou a eliminação daqueles em que os negros apareciam de forma estereotipada ou eram representados de modo subserviente e racialmente inferiorizados. A busca por políticas de promoção da igualdade racial no país ganhou relevância a partir de 1995. Neste ano, as principais lideranças e entidades do movimento negro passaram a assumir, abertamente, a reivindicação por políticas para a promoção da igualdade racial.

Em novembro daquele ano, mais precisamente em 20 de novembro de 1995, os principais jornais do país registravam a maior manifestação contemporânea de rua organizada pelo Movimento Negro Brasileiro. A “Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”, que reuniu cerca de trinta mil pessoas em Brasília, ocasião na qual os coordenadores do evento reuniram-se com o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, entregando-lhe um documento pactuado entre as principais organizações e lideranças negras do país intitulado Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, que continha várias propostas antirracistas.

Em 2003, com a promulgação da lei nº 10.639, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) passou a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira”. No campo institucional tivemos a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), além das coordenadorias de Promoção da Igualdade Racial que também atuam no campo político-organizacional e no apoio às causas raciais.

Enfim, são inúmeras as iniciativas do movimento negro na promoção de uma educação antirracista. A denúncia a respeito das ideias racistas de Monteiro Lobato, feita à ouvidoria da Seppir, pelo técnico em assuntos educacionais Antônio Gomes da Costa Neto, insere-se nesse conjunto de iniciativas. A resistência oferecida por amplos

setores da sociedade brasileira nos mostra a permanência e atualidade do mito da democracia racial e da crença de que não há racismo no Brasil. (KAMEL, 2006, p. 17)

II.3 – Multiculturalismo e educação

A promoção de uma educação antirracista tem íntima relação com o multiculturalismo. Nas democracias pluralistas, assistimos a um movimento generalizado de incremento das identidades particulares. Minorias, populações autóctones, grupos de migrantes e imigrantes manifestam seu desejo de reconhecimento cultural.

Segundo a historiadora Mary Del Priore, o termo “multiculturalismo” designa tanto um fato (sociedades são compostas de grupos culturalmente distintos) quanto uma política (colocada em funcionamento em níveis diferentes) visando à coexistência pacífica entre grupos étnica e culturalmente diferentes. (PRIORE, 2010)

Priore defende que aproximadamente há trinta anos, as primeiras políticas de inspiração multiculturalista foram colocadas em ação na América do Norte (Canadá e EUA). “Lá, a indiferença frente à cor da pele foi substituída pelo princípio da consciência da cor”. O debate sobre multiculturalismo foi crescendo de intensidade e, a partir dos anos 90, difundiu-se na Europa e na América do Sul.

A doutrina multiculturalista avança essencialmente a ideia de que as culturas minoritárias são discriminadas e devem merecer reconhecimento público. Para se realizarem ou consolidarem, singularidades culturais devem ser amparadas e protegidas pela lei. É o direito que vai permitir colocar em movimento as condições de uma sociedade multicultural. (PRIORE, 2010, p. 1)

Para Tomaz Tadeu da Silva, o multiculturalismo transfere para o terreno político uma compreensão da diversidade cultural que esteve restrita, durante muito tempo, a campos especializados como o da Antropologia. Embora a própria Antropologia não deixasse de criar suas próprias relações de saber-poder, ela contribuiu para tornar aceitável a ideia de que não se pode estabelecer uma hierarquia entre as culturas humanas, de que todas as culturas são epistemológica e antropologicamente equivalentes. Não é possível estabelecer nenhum critério transcendente pelo qual uma determinada cultura possa ser julgada superior a outra. (SILVA, 2005, p.86)

O projeto multicultural insere-se em uma visão pós-moderna da sociedade em que a diversidade, a descontinuidade e a diferença são percebidas como categorias centrais. Da mesma maneira, contrapondo-se à percepção moderna e iluminista da

identidade como uma essência, estável e fixa, o multiculturalismo percebe-se como descentrada, múltipla e em processo permanente de construção e reconstrução.

A corrente multicultural não se constitui de forma homogênea. Nela se encontram diversos matizes representados por autores basilares, conforme aponta Stuart Hall: assim como há distintas sociedades multiculturais, assim também há “multiculturalismos” bastante diversos. O multiculturalismo conservador segue Hume (Goldberg, 1994) ao insistir na assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria. O multiculturalismo liberal busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao *mainstream*, ou sociedade majoritária, baseado em uma cidadania individual universal, tolerando certas práticas culturais particularistas apenas no domínio privado. O multiculturalismo pluralista, por sua vez, avaliza diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupo distintos e diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária ou mais comunal. O multiculturalismo comercial pressupõe que, se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas da diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição de poder e dos recursos. O multiculturalismo corporativo (público ou privado) busca “administrar” as diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro. O multiculturalismo crítico ou “revolucionário” enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência (McLaren, 1997). Procura ser “insurgente, polivocal, heteroglossa e antifundacional” (Goldberg, 1994). (HALL, 2006, p. 51)

Hall explicita ainda que o multiculturalismo tem sido utilizado como forma de revelar um problema social que ocorre em formações sociais específicas, nas quais convivem, em sua constituição, comunidades distintas entre si. Esse multiculturalismo, diz o autor, é qualitativo e também substantivo:

“Multicultural” é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade “original”. Em contrapartida, o termo “multiculturalismo” é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. [...] Na verdade, o multiculturalismo não é uma única doutrina, não caracteriza uma estratégia política e não representa um estado de coisas já alcançado. Não é uma forma disfarçada de endossar algum estado ideal ou utópico. (HALL, 2006, p. 50)

Após nos depararmos com diversas correntes, destacamos o multiculturalismo crítico, que, ao questionar as diferenças na sua formação social, econômica e educacional, critica a exclusão social e política diante dos privilégios de algumas hierarquias existentes na nossa sociedade.

Segundo seus teóricos, o multiculturalismo crítico apoia-se nos movimentos de resistência e de rebelião dos dominados. Podemos observar essa visão multiculturalista por meio da leitura dos escritos de Peter MacLaren, nos quais ele destaca que o multiculturalismo crítico tem um papel fundamental na construção das políticas educacionais. Essa concepção abre, assim, um campo de pesquisa e discussão para que educadores e pensadores da educação avaliem seus posicionamentos no cotidiano escolar. (MACLAREN, 1997).

Assim, o multiculturalismo crítico nos ensina a reconhecer as diferenças existentes em cada indivíduo ou grupo, ao mesmo tempo em que nos coloca diante da igualdade de direitos. Considerando que convivemos em uma sociedade democrática, a aceitação dessas diferenças compõe sua totalidade heterogênea, estabelecendo sobre essa base uma orientação educacional, uma vez que o processo de dominação e a formação do aluno “moldado” começam na educação infantil, continuando no ensino superior e seguindo até a sua formação profissional. O multiculturalismo crítico proporciona uma orientação crítica à educação, mostrando aos educadores a necessidade de atuarem conscientes de que a negação das diferenças com intuito de impor uma única cultura está enraizada no cotidiano da nossa sociedade.

Segundo d'Adesky, a política de promover o multiculturalismo como forma de abertura ao outro, criando condições possibilitadoras ao estabelecimento de um diálogo intercultural respeitoso da diferença, é recente no Brasil. Data dos anos 80, precisamente na Constituição de 1988, que reconhece a realidade de uma sociedade pluricultural, cujas diversas manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras devem ser protegidas. Não é aleatório o destaque dado na Constituição ao pluralismo cultural, visto como patrimônio comum da nação. Responde à luta dos índios, bem como as reivindicações do movimento negro para que seja reconhecida a igual dignidade dos grupos e garantido o respeito às culturas de origem africana. (D'ADESKY, 2002, p 125)

É diante dessas fortes demandas dos movimentos sociais, em especial o movimento negro, que o governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), passa a adotar, a partir de 2003, um conjunto de ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania no

sistema educacional brasileiro. Essas ações partem do diagnóstico de que o Brasil, ao longo de sua história, adotou modelos de desenvolvimento excludentes, os quais impediram que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nessa permanecessem.

Entre essas ações, destaca-se a Lei Federal nº 10.639, promulgada em 9 de janeiro de 2003, a qual faz incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira. Apesar da existência da lei, a sua implementação efetiva ainda está por ser resolvida. É visível a falta de informação dos professores e até dos meios acadêmicos sobre a importância e implicações de sua implementação. A inclusão de um conteúdo programático como o proposto por essa lei, tanto no que se refere a formação de professores como no tocante ao cotidiano escolar, tem como objetivo não apenas inserir um conteúdo a mais na formação escolar, mas, fundamentalmente, ao reconhecer que a nossa cultura e a nossa formação social têm uma dimensão complexa e multicultural, combater o racismo e a discriminação.

II.4 – Gêneros jornalísticos

Segundo Bakhtin (2003), todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem, e cada esfera produz seus repertórios de discursos relativamente estáveis (os gêneros do discurso). Ou seja, cada um de nós, ao longo de nosso dia-a-dia, através de nosso cotidiano, deparamo-nos com uma infinidade de tipos de discursos, ou seja, com tipos de textos. Conforme Bakhtin,

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 2003, p. 262)

Dessa forma, podemos perceber que o enunciado ou discurso não é um ato isolado e solitário, tanto na oralidade como na escrita. O discurso diz respeito aos usos coletivos da língua que são sempre institucionalizados, isto é, legitimados por alguma instância da atividade humana socialmente organizada (MARCUSCHI, 2006).

De acordo com Bonini, o estudo dos gêneros jornalísticos apresenta uma grande relevância social, pois

As pesquisas desse tipo trazem subsídios não só para a formação e a atuação profissional (de jornalistas e professores de línguas, por exemplo) como também para a educação e a formação do cidadão crítico e habilidoso no manejo de tais manifestações, já que toda a sociedade é afetada por elas. (BONINI, 2004, p. 57)

O jornal tem como característica comportar uma variedade de gêneros. Quando se lê o jornal passa-se de um gênero a outro indistintamente, como, por exemplo, a primeira página do jornal, que pode ser considerada um gênero textual, devido seu formato e sua combinação de textos, e a carta dos leitores, que são emissões de opiniões dos que leem aquele jornal.

Os diversos gêneros jornalísticos podem servir também para integrar um diálogo entre o jornal e o leitor. Uma das características do jornal é a liberdade que o leitor tem de escolher suas leituras. Ele elege os cadernos que satisfaçam suas necessidades de leitor e para isso tem um amplo leque de escolhas. Entre os diversos gêneros jornalísticos de que dispõe o leitor podemos citar a primeira página, o editorial, a notícia, a reportagem, a carta do leitor, a crônica, o artigo, o fotojornalismo, a resenha, a entrevista, o caderno especial, a charge, entre outros.

A carta do leitor é a seção do jornal disponível para seus leitores, nela constam as opiniões dessas pessoas sobre temas de seu interesse. Alguns assuntos ou problemas que afetam o cidadão no seu cotidiano podem ser utilizados para a produção de cartas. O editorial é a consciência da empresa jornalística, pois influencia pessoas, comove grupos e mobiliza comunidades em face das contradições da sociedade, é um tipo de texto que tem como objetivo informar, mas sem obrigação de ser neutro ou indiferente. Um texto mais opinativo que informativo.

O *artigo* é, em essência, a opinião de alguém sobre determinado tema. Diferentes dos textos noticiosos, os artigos são escritos pelos articulistas e colunistas. Não é a divulgação de um fato, mas uma resposta opinativa e assinada a algo que já foi veiculado a respeito do assunto.

O objetivo da *coluna* é fornecer ao leitor o máximo de informações curtas, objetivas e possíveis em uma página. Ela contém notícias “secundárias”, mas merecem ser divulgadas, mesmo que em um espaço menor. A *charge* é palavra de origem francesa e significa “exagero” ou “atacar”. Possui um caráter crítico e exagerado; geralmente é um só desenho, que se refere a uma situação específica no âmbito social, cultural ou político.

A *notícia* é o resumo de um acontecimento ou de um assunto. Os responsáveis pelas redações das notícias necessitam desenvolver um permanente exercício de autocrítica, levantando questionamentos a respeito da criatividade de suas pautas, da profundidade das matérias, da correção e da confiabilidade das informações. Se estão conseguindo surpreender o leitor, se o consumidor vê nos assuntos de seu jornal produtos de qualidade e que apresentam atrativos.

A *reportagem* deve oferecer um aprofundamento maior dos fatos, uma maior abrangência. A reportagem deve demonstrar capacidade intelectual, criatividade, sensibilidade quanto aos fatos e uma escrita coerente, que dinamiza a leitura e a torna fluente.

A polêmica envolvendo a obra de Lobato foi publicada principalmente em editoriais, em notícias, em colunas de destacados jornalistas e em artigos de intelectuais importantes. Ou seja, em um tipos de gêneros jornalísticos voltados para a elite intelectual e formadora de opinião no país, e um espaço privilegiado do debate público, pois dialoga com os governos nas formulações das políticas públicas e influencia o debate político nacional.

II.5 - A construção da notícia. O fato e o acontecimento.

Até o momento, tratamos de fatos, acontecimentos e notícias sem o devido rigor conceitual, mas esses termos são muito discutidos pelos teóricos da área de comunicação (SODRÉ, 2009; HERNANDES, 2012; CHARAUDEAU, 2012). Para Juarez Bahia, a notícia é a base do jornalismo, seu objeto e seu fim. O fato de que o jornalismo tem por finalidade primária informar tão amplamente quanto possível dá à notícia uma função tão social quanto à da mídia. (BAHIA, 1990, p. 35).

No livro “A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento”, Muniz Sodré, discute os conceitos do “fato”, do “acontecimento” e da “notícia” buscando compreender aspectos envolvidos na narrativa jornalística. Na introdução do livro ele diz:

Ainda que o jornal não se limite à veiculação de notícias no sentido estrito da palavra, essa forma comunicativa, tem lastreado nos últimos dois séculos a ideia moderna de jornalismo, na medida em que dá margem à construção e manutenção de toda a mitologia da neutralidade que se atribui a uma mercadoria e que, portanto, sustenta os coeficientes de confiabilidade pública nos relatos. (SODRÉ, 2009, p. 14).

O autor destaca a inexistência de um conceito para o gênero jornalístico conhecido como notícia. Para confirmar sua afirmação Muniz Sodré recorre à frase de Mário Erbolato: “ninguém conseguiu defini-la satisfatoriamente. Os teóricos dizem como ela deve ser, mas não como realmente é” (SODRÉ, 2009, p. 20).

Por ser um conceito “consensualmente difícil” Sodré destaca que é natural a comunidade jornalística ter dificuldade de definir o que seria notícia. Como saída para esse problema, ele cita a célebre frase do jornalista norte-americano Amos Cummings: “se um cachorro morde um homem, não é notícia, mas, se um homem morde um cachorro, é notícia” (p. 20).

Isso nos permite dizer o que é uma notícia? Para Muniz Sodré (2009),

Se partirmos daqueles critérios, consultando ao acaso um manual de jornalismo, encontraremos definições correntes de notícia no mundo do jornalismo: “Notícia é tudo que o leitor precisa saber”, “Notícia é tudo aquilo de que o público quer falar, quanto mais comentários provocar, mais valor tem”. “A melhor notícia é a que interessa ao maior número de leitores” (SODRÉ, 2009, p. 22).

São precárias as três definições. Na realidade não são propriamente definições, mas descrições de uma prática profissional. A imprecisão conceitual instiga o pesquisador a buscar uma definição precisa, longe da justificativa pragmática de faro, instinto e “arbítrio profissional”(p. 23).

Na tentativa de trazer alguma luz para o assunto, Sodré procura traçar uma delimitação clara, que permita aos estudos posteriores utilizar categorias conceituais bem fundamentadas na compreensão dos aspectos envolvidos na narrativa jornalística como: fato, acontecimento e notícia.

É a partir da filosofia Kantiana que Muniz Sodré fundamenta seu entendimento sobre o termo fato:

“Os objetos para conceitos cuja realidade objetiva pode ser provada (seja mediante pura razão, seja por experiência e, no primeiro caso, a partir dos dados teóricos ou práticos da razão, mas em todos os casos por meio de uma intuição que lhes corresponda) são fatos” (Muniz Sodré, 2009, p. 28).

Acrescenta ainda que

“O mundo dos fatos – a que podemos também chamar de “estado de coisas” – é o mundo da experiência empírica, isto é, de relações contingentes, do fenômeno que pode acontecer ou não, fora de qualquer ordem necessária” (SODRÉ, 2009, p. 28)

Ou seja, o termo “fato” é pensado por Muniz Sodré, como aquilo que pela realidade objetiva pode ser provado, é a experiência empírica. Dessa forma, incorporando a definição kantiana de fato como conceito para objetos cuja realidade pode ser provada, o autor acha que é possível encontrar o outro termo para representação social do fato, em especial para a informação jornalística concretizada na notícia: o *acontecimento*.

Para explicar o que seria *acontecimento*, o autor resgatada a definição didática de Mouillaud: “A hipótese que sustentamos é a de que o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema de informação, o conceito de fato” (p. 33). Essa “sombra” responde à alguns critérios: singularidade, improbabilidade, acidentalidade, proeminência, aos quais pode ser acrescentada a percepção de uma modificação do estado das coisas.

O acontecimento, nas palavras do autor, é considerado um desdobramento do fato, que aborda um conjunto de normas e convenções discursivas, como um enredo e o enquadramento. É ele que garante a transformação em notícia para alguns fatos sociais na pauta jornalística.

A “notícia” é o sinônimo da prática profissional jornalística. Podemos dizer então que, para Sodré (2009), a narrativa jornalística tem origem no “fato”, este se transforma em “acontecimento”, que por meio da interpretação implica a “notícia” jornalística. Para o autor não há objetividade jornalística absoluta e a formulação da notícia é uma construção, é um gênero discursivo, e por produzir sentido, a notícia é ideológica (SODRÉ, 2009).

Segundo Hernandez (2012) a primeira ingenuidade que a análise dos noticiários elimina é a de que a ideologia se encontra apenas na parte dos editoriais. A segunda é a possibilidade de um jornalismo “isento”. Qualquer jornalista, por mais cuidadoso que seja, submetido ou não aos valores da empresa onde trabalha, não consegue deixar de eleger um acontecimento a partir de uma ideologia, de inseri-lo numa escala de valores para transformá-lo em fato e em unidade noticiosa. (HERNANDES, 2012, p. 25)

Hernandes (2012) diferencia o fato da realidade, o fato trata da primeira escolha e da apropriação que um determinado jornal faz de certos acontecimentos selecionados. O acontecimento é qualquer fenômeno que passa a ter significado para o jornalista. Selecionar um fato aponta a existência de uma visão de mundo. Segundo o autor, a notícia é a hierarquização de fatos, também fruto de escolhas e de uma

visão de mundo, dentro de um objetivo de despertar curiosidade, crenças, valores e desejo de consumo (HERNANDES, 2012, p. 23).

Dessa forma, segundo o autor,

Não há acesso aos acontecimentos “concretos” nem compreensão das experiências, portanto, fora dos quadros de uma linguagem e de uma categorização que acontece com base em um sistema de valores. Além de determinar o que é importante saber e de dar presença a certos aspectos da realidade e não a outros, a função do jornalismo também é a de apresentar conceitos sobre situações, atos e seus personagens, no sentido de tentar impor uma versão sobre certos acontecimentos. Um jornal pode ser entendido como um texto que materializa e congela, numa coordenada espaço-temporal específica, o recorte da realidade que um grupo social faz e julga mais conveniente legitimar para uma camada social mais ampla (HERNANDES, 2012, p 29).

Charaudeau (2012) trata o acontecimento como todo e qualquer fenômeno que se produza no mundo, ou ainda, de maneira restritiva, como todo e qualquer fato fora da ordem habitual³⁵ (CHARAUDEAU, 2012, p. 95). Vale dizer que, o autor entende acontecimento como algo que não foi previsto ou programado, e que pode alterar a rotina do dia-a-dia ou mais claramente ainda: “o que se produz pelo surgimento de um elemento perturbador da ordem estabelecida e que tem, para um dado sujeito, um caráter insólito” (p. 101).

Partindo dessa premissa, cabe ao jornalista selecionar os acontecimentos, tratá-los e transmiti-los, não criá-los. Mas essa seleção é regulada pelo potencial de atualidade, de sociabilidade e imprevisibilidade do acontecimento. Se ele, o acontecimento, não se enquadrar nessas três categorias, não merecerá ser informado ao público. Em decorrência disso temos o acontecimento midiático.

Acrescente-se que para Charaudeau (2012), a veiculação desses acontecimentos acontece nos três grandes suportes da mídia, que são “o rádio, a televisão e a imprensa escrita, segundo as características que lhe são próprias” (CHARAUDEAU, 2012, p. 106). Cada um desses suportes possui dispositivos de encenação, necessários para atrair o público. Charaudeau (2012) afirma que, “a instância midiática acha-se, então, “condenada” a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida” (CHARAUDEAU, 2012, p. 92).

³⁵ Charaudeau não estabelece distinção entre fato e acontecimento. Mas se forçado a fazê-lo diria que o fato é uma configuração concreta particular do acontecimento. (CHARAUDEAU, 2012, p. 95)

CAPÍTULO III

A análise de discurso do caso Lobato

Quem aquela macaca de carvão beijuda da Tia Nastácia pensa que é pra colocar uma tarja e um aviso nas obras de Monteiro Lobato? Nós não somos racistas!

Alex Castro

João Feres Júnior et al em artigo intitulado “Monteiro Lobato e o Politicamente Correto”, utilizam uma base de dados composta de todas as matérias publicadas nos principais jornais e revistas do país, que trataram ou fizeram referência, ao parecer do CNE sobre Monteiro Lobato ou, ainda, que continham alguma referência ao caso “*Caçadas de Pedrinho*”.³⁶ Os resultados impressionam, pois, de um total de 84 matérias, 68% apresentam posições contrárias, 26% são informativas (neutras) e apenas 6% expressam opiniões favoráveis. Se forem descontados os 26% das matérias informativas e forem pensados apenas os contra e a favor, o percentual de opiniões contrárias sobe para 92%.

As opiniões contrárias eram contundentes, muita das vezes usavam recursos linguísticos fortes. O jornal *O Globo* de 29 de outubro de 2010 publicou matéria com o título “Conselho de Educação quer banir livro de Monteiro Lobato nas escolas”. O fato do título da matéria recorrer ao verbo banir chama a atenção, porque essa penalidade é proibida em nossa Constituição Federal.³⁷ Nelson Motta em “Estupidamente incorreto” no jornal *O Estado de São Paulo*, diz em seu primeiro parágrafo do texto que “A estupidez humana não conhece limites, principalmente quando acredita estar agindo em nome de Deus ou “fazendo o bem”. Além de tentar controlar e censurar a liberdade de opinião, o politicamente correto agora quer reescrever a História”.

As acusações de prática de censura ou de ser politicamente correto é uma constante nos artigos pesquisados. Para exemplificar podemos citar mais alguns textos que surgiram em outros jornais e revistas naquele período - no jornal *A Gazeta*

³⁶ Base de dados do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) do IESP-UERJ. As 84 matérias foram colhidas entre outubro de 2010 e agosto de 2012. Nossa pesquisa pretende analisar as matérias publicadas no jornal *O Globo* às vésperas do carnaval de 2011.

³⁷ No artigo 5º XLVII item “d” da Constituição Federal de 1988 são vedadas as penas de banimento no Brasil.

foi publicada a matéria que indagava “Monteiro Lobato Racista?”³⁸, “vira e mexe aparece alguém querendo destruir a imagem de símbolos e ícones do passado, da história, da literatura, por ignorância, falta do que fazer, excesso de zelo do “politicamente correto” ou espírito de porco”. No correio Braziliense³⁹ a escritora Ruth Rocha afirmou “Acho ridícula essa moda do politicamente correto. É uma boa intenção, mas macaqueada dos americanos. Querem que eu chame anão de “pessoa verticalmente prejudicada”. É ridículo!”.

Outras matérias contrárias ao parecer, foram publicadas em várias regiões do país: no jornal da Tarde (São Paulo) “Educadora sai em defesa de Monteiro Lobato”⁴⁰; no Jornal da Imprensa (Goiânia) “Monteiro Lobato: veto do CNE é censura velada, diz especialista”⁴¹; no Correio do Brasil (Rio de Janeiro) “Veto a livro de Monteiro Lobato nas escolas é censura”⁴²; no correio Braziliense (Brasília) “Escritores manifestam repúdio a veto do CNE em livro de Monteiro Lobato”⁴³.

O artigo da escritora Lya Luft, publicado na revista Veja nº 45, de 10 de novembro de 2010, adverte

Que não comece entre nós, banindo um livro infantil de Monteiro Lobato, o mais brasileiro de nossos escritores: será uma onda do mal, uma nova caça às bruxas, marca da vergonha para nós. Não combina conosco. Não combina com um dos lugares nesta conflitada e complicada Terra onde as etnias ainda convivem melhor, apesar dos problemas – devidos em geral à desinformação e à imaturidade: Brasil.

Algumas poucas vozes, no entanto, se manifestaram em apoio ao parecer, foi o caso do texto de Sérgio Leo⁴⁴ intitulado “O equivocado ataque ao MEC por causa de Monteiro Lobato”. Porém, as vozes que foram na contramão do linchamento do CNE, não encontraram espaço na grande mídia, e tiveram que publicar seus textos em revistas alternativas, blogs e sites. Foi o caso do artigo “Lobato e a caçada ao racismo verde-amarelo” de Heloísa Pires Lima, publicado na página *amai-vos* da USP.

I.1 – Referencial teórico-metodológico

A ideologia racial brasileira interfere ainda hoje, em pleno século XXI, nas propostas educacionais antirracistas, e o caso Lobato é bastante representativo,

³⁸ A Gazeta de 16 de novembro de 2011.

³⁹ O Correio Braziliense de 28 de novembro de 2010.

⁴⁰ Jornal da Tarde de 05 de novembro de 2010.

⁴¹ Jornal da Imprensa de 09 de novembro de 2010.

⁴² Correio do Brasil de 04 de novembro de 2010.

⁴³ Correio Braziliense de 06 de novembro de 2010.

⁴⁴ Publicado em sua página em 30 de outubro de 2010.

porque a discussão em torno das exigências feitas pelo parecer do CNE revelaram a presença da ideologia racial brasileira nos textos que apareceram nos jornais durante o episódio.

A opção teórico-metodológica dessa pesquisa pela Análise do Discurso Francesa (ADF) reside no fato de esta ser uma ferramenta especializada em analisar construções ideológicas presentes em um texto. Podemos dizer que a ADF parte da ideia, de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Portanto a escolha teórico-metodológica se deve ao fato da ADF trabalhar com a relação entre a língua, o discurso e a ideologia. (ORLANDI, 2010)

Na história da construção teórica da ADF ocorreram vários deslocamentos teóricos. De acordo com Mussalim, há mais de um tipo de Análise do Discurso,

[...] não há apenas uma Análise do Discurso[...], em decorrência dessa fronteira instável sobre a qual ele privilegia o contato, surgem diferentes “Análises do Discurso”. Classicamente considera-se que, se uma delas mantém uma relação privilegiada com a História, com os textos de arquivo, que emanam as instâncias institucionais, enquanto uma outra privilegia a relação com a Sociologia, interessando-se por exemplo, têm-se duas “Análises do Discurso” diferentes: a Análise do Discurso de origem francesa, que privilegia o contato com a História, e a Análise do Discurso anglo-saxã, área bastante produtiva no Brasil, que privilegia o contato com a Sociologia (MUSSALIM, 2003, p. 113).

Ainda na obra de Mussalim, a autora nos mostra a diferença entre essas duas “Análises do Discurso”,

O que diferencia a Análise do Discurso de origem francesa da Análise do Discurso anglo-saxã, ou comumente chamada de americana, é que esta última considera a intenção dos sujeitos numa interação verbal como um dos pilares que a sustenta, enquanto a Análise do Discurso francesa considera como determinante essa intenção do sujeito, considera que esses sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia que predetermina o que poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais (MUSSALIM, 2003, p. 113).

Nessa pesquisa, são utilizados reflexões da ADF, a partir dos conceitos chaves de sujeito, discurso e ideologia. Essa orientação teórica defende a tese de que a linguagem possui uma relação com a exterioridade, esta entendida não como algo fora da linguagem, mas como condições de produção do discurso que intervêm materialmente na textualidade, como interdiscurso, entendendo que todo discurso produz sentidos a partir de outros discursos.

Segundo Eni Orlandi (2010), a primeira coisa a se observar é que a Análise de Discurso não trabalha com a língua, enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade (ORLANDI, 2010, p. 15)

A linguagem enquanto discurso não constitui um sistema de signos utilizados apenas para a comunicação ou pensamento, ela é interação, um modo de produção social, é um lugar apropriado para a manifestação da ideologia. A linguagem é um lugar de conflito, de confronto ideológico, em que seus processos constitutivos são histórico-sociais, não podendo ser estudada fora da sociedade e nem de suas condições de produção.

Dentre os conceitos-chaves como os de sujeito, discurso e ideologia citados acima, analisemos primeiramente o de ideologia, pois a compreensão desse conceito esbarra logo de início, no aspecto polissêmico da palavra. Na introdução do livro “A questão da Ideologia”, Leandro Konder cita o pensador marxista Michael Löwy que já havia chamado a atenção para a polissemia do conceito de ideologia,

Existem poucos conceitos na história da ciência social moderna que sejam tão enigmáticos e polissêmicos como esse de ideologia. Ao longo dos últimos dois séculos ele se tornou objeto de uma acumulação incrível, até mesmo fabulosa, de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contra-sensos e equívocos. (KONDER, 2002, p. 9)

Para Brandão (1995), a palavra “ideologia” é ainda hoje uma noção confusa e controversa (BRANDÃO, 1995). De maneira geral, podemos pensar a ideologia como um conjunto de ideias ou pensamentos de uma pessoa ou de um grupo de indivíduos, que podem estar ligados aos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e/ou raciais. Essa concepção de ideologia, identificada como conjunto de crenças e valores, que norteia uma sociedade é bastante antiga. Embora essa perspectiva geral da ideologia tenha sido pensada desde os gregos, foi a partir de Marx que o conceito foi mais elaborado, pois de acordo com o pensador alemão a ideologia é um mascaramento da realidade social que permite a legitimação da exploração e da dominação. (CHAUÍ, 2001)

A ideologia, como definiu Marilena Chauí (1999), teria várias funções:

Pode servir para ocultar ou distorcer a realidade, pode, consciente ou inconscientemente, servir para uma classe reforçar sua posição de domínio sobre outra; pode servir para a reprodução de condições econômicas, políticas e sociais, com todas as suas distorções; pode dar um significado a fenômenos com aparência de neutros, como as imagens; pode fazer parte de mensagens religiosas, artísticas, científicas; mas também pode funcionar como um conjunto de ideias capaz de unir os membros de uma sociedade (CHAUÍ, 1999, p. 155)

Karl Mannheim (1986), em seu livro “Ideologia e Utopia”, destacou a relação entre conhecimento e existência. O conhecimento tem sua base precisamente em condicionantes sociais e históricos; é, portanto, um elemento que não se pode tomar de modo desvinculado da esfera social na qual emerge nem de seus produtores.

É necessário ressaltar que, para Mannheim, a análise de uma ideia individual sociologicamente relevante tem de passar pela observação de sua origem social. Na perspectiva desse autor, a base de todo conhecimento produzido tem como ponto de partida o grupo social específico daquele que produz o conhecimento. Desta forma Mannheim, procura romper com o método de análise da história das ideias descolado do processo social, o qual fornece sentido e substância. (MANNHEIM, 1986)

A partir da relação entre pensamento e realidade histórico-social, Mannheim desenvolveu o seu conceito de ideologia

“O conceito de ideologia” reflete uma das descobertas emergentes do conflito político, que é a de que os grupos dominantes podem, em seu pensar, tornar-se tão intensamente ligados por interesses a uma situação que simplesmente não são mais capazes de ver certos fatos que iriam solapar seu senso de dominação. Está implícita na palavra “ideologia” a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a portanto. (MANNHEIM, 1976, p. 66)

Em cada período histórico surgem tendências para a conservação ou para a mudança. A conservação produz ideologia e a mudança leva às utopias. De acordo com Mannheim as ideologias se destinam a justificar a situação social existente, enquanto as utopias pretendem, ao contrário, justificar uma desejada modificação da estrutura social. Essa concepção de ideologia é interessante porque a sociedade brasileira é uma sociedade hierarquizada onde as relações de poder e dominação se mostram não somente pela subordinação econômica de um grupo a outro, mas, também por uma relativa subordinação cultural e racial. (SOUZA, 2006, p. 228).

Na perspectiva de Gramsci (1942), a ideologia se manifesta na concepção de mundo em geral e em todos os setores da vida (econômico, artístico, cultural, social, etc), tanto individual, quanto coletivamente. Dessa forma, ideologia está relacionada à capacidade de inspirar atitudes concretas e provocar a ação. (GRAMSCI, 1942).

Segundo Maria Elena Viana Souza (2006), o conceito de ideologia de Gramsci está intimamente ligado ao conceito de hegemonia que representa a capacidade da classe dominante em dirigir e dominar, intelectual e moralmente, a outra classe. A direção se daria através da persuasão e o domínio através do poder, convencimento e da coerção. A adesão da classe dominada se daria, então, por meios ideológicos e/ou pelo uso da força. Mas na sociedade civil – igreja, escolas, sindicatos, meios de comunicação de massa – também circulam ideologias contrárias a esse domínio, são as chamadas contra-hegemonias. A função hegemônica da classe dominante só estaria plenamente realizada quando conseguisse dar o direcionamento moral e intelectual ou ético-político à sociedade, tornando-se classe dirigente. Daí a necessidade de a classe oprimida estabelecer uma estratégia política cujo objetivo seria o de consolidar uma contra-hegemonia. (SOUZA, 2006, p. 228).

A perspectiva da ADF ressignifica a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem. A ideologia não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. A ideologia é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos. Citando Michel Pêcheux, a pesquisadora Eni Orlandi (2010) afirma que “não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”.(ORLANDI, 2010, p. 17)

A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como um conjunto de representações, como visão de mundo, ou como ocultação da realidade. Não há aliás realidade sem ideologia. Enquanto prática insignificante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. São assim as imagens que permitem que as palavras “colem” com as coisas. Por outro lado, como dissemos, é também a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. Por seu lado, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a

ilusão da transparência da linguagem. No entanto nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente. (ORLANDI, 2010, p. 48)

De acordo com Moura (2012), a origem da ADF tem relação com dois importantes intelectuais, Jean Dubois, lexicólogo, e Michel Pêcheux, filósofo atuante em debates em torno do marxismo, da psicanálise e da epistemologia (MOURA, 2012, p. 863). Segundo Mussalim (2003, p. 102), “ambos são tomados pelo espaço do marxismo e da política, partilhando convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social”. Por conseguinte, pode-se inferir, de acordo com Mussalim (2003), que o projeto da análise do discurso está inscrito em um objetivo político, e a Linguística nesse contexto, fornece os meios para abordar a política.

Para compreendermos o papel da linguística no projeto da ADF, é imprescindível abordarmos o projeto de Althusser (1970), o qual parte do pressuposto de que as ideologias têm uma existência material, isto é, “devem ser estudadas não como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção” (MUSSALIM, 2003, p.103). Esse pressuposto refere-se ao materialismo histórico que, conforme Pêcheux,

Objeto real (tanto no domínio das ciências da natureza como no da história) existe independentemente do fato de que ele seja conhecido ou não, isto é, independentemente da produção ou não produção do objeto do conhecimento que lhe corresponde (PÊCHEUX, 1988, p. 74).

Althusser (1970) utiliza a metáfora marxista do edifício social que propõe que a base econômica é chamada de infraestrutura. As instâncias políticas, jurídicas e ideológicas chamadas de superestrutura, com a finalidade de demonstrar que a infraestrutura determina a superestrutura (materialismo histórico), em outras palavras, a base econômica determina o funcionamento das instâncias políticas, jurídicas e ideológicas de uma sociedade. Mussalim (2003) salienta ainda que a ideologia

Parte da superestrutura do edifício, portanto, só pode ser concebida como uma reprodução do modo de produção, uma vez que é por ele determinada. Ao mesmo tempo, por uma ação “ação de retorno” da superestrutura sobre a infraestrutura, a ideologia acaba por perpetuar a base econômica que a sustenta. (MUSSALIM, 2003, p. 104)

Por esse viés, podem-se reconhecer os pilares da base estruturalista na teoria de Althusser (1970), na medida em que a infraestrutura e superestruturas estão

imbricadas em uma estrutura interna de um sistema fechado sobre si mesmo. (MOURA, 2012, p. 863)

Nessa conjuntura, a linguística desempenha um papel central para o projeto althusseriano, já que a ideologia deve ser analisada em sua materialidade, sendo assim, a linguagem apresenta-se nas palavras de Mussalim (2003), “como o lugar privilegiado em que a ideologia materializa-se”. E ressalta que a linguagem coloca-se “como uma via por meio da qual se pode depreender o funcionamento da ideologia”(MUSSALIM, 2003, p. 104). Não obstante, nota-se que a linguística na perspectiva de Saussure, não seria suficiente para compreender os componentes linguísticos e socioideológicos que perpassam as instâncias políticas, jurídicas e ideológicas. (MOURA, 2012, p. 864)

Segundo Moura (2012), é, neste momento, que surge o projeto de análise de discurso de Michel Pêcheux (p. 864). De acordo com Mussalim (2003), Pêcheux estava apoiado em uma formação filosófica a qual lhe possibilita desenvolver um questionamento crítico acerca da linguística, uma vez que propõe uma ruptura epistemológica, colocando o estudo do discurso em outro terreno onde se entrelaçam questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. Assim, pode-se depreender, segundo Malidier (1994 *apud* MUSSALIM 2003) que “o objeto do discurso de que se ocupa Pêcheux em seu empreendimento não é uma simples superação da Linguística saussuriana” (MUSSALIM, 2003, p. 104). Segundo Moura,

Pode-se corroborar essa assertiva, por meio de pressuposto teórico de Pêcheux que postula que a significação não é sistematicamente compreendida por ser da ordem fala e, por conseguinte, do sujeito, e não da ordem da língua, em virtude de sofrer alterações conforme as posições ocupadas pelos sujeitos que enunciam, uma vez que, inscreve os processos de significação como históricos e ideológicos que possibilitam que haja uma convergência entre os componentes linguísticos e socioideológicos. (MOURA, 2012, p. 864)

Além desses dois elementos (marxismo e linguística) constituintes do quadro epistemológico do surgimento da análise, devemos mencionar o terceiro elemento: a psicanálise lacaniana a qual exerce um papel fundamental neste momento de estágio inicial de fundação da análise do discurso. Lacan parte da premissa que o inconsciente estrutura-se como uma linguagem, como uma cadeia de significantes que se entrelaçam e interferem no discursivo efetivo, “como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do outro, do inconsciente” (MUSSALIM, 2003, p. 107). E salienta que o inconsciente apresenta uma estrutura discursiva, regida por leis, de acordo com Mussalim (2003),

essa proposta engendrou implicações ao estudo da psicanálise. A autora evidencia que dentre as implicações a que mais interessa ao estudo da análise do discurso diz respeito ao conceito de sujeito o qual é definido em função da maneira pela qual se estrutura a partir da relação que mantém com o inconsciente, como a linguagem, uma vez que para Lacan “a linguagem é condição do inconsciente”.

Segundo Moura,

Pode-se dizer, em um primeiro momento, que Lacan recorre ao estruturalismo (particularmente a Saussure e a Jakobson), contudo, observam-se pontos em que há discordância entre a trajetória do estruturalismo de Lacan. A primeira divergência está relacionada à inserção do sujeito na estrutura; a segunda, a maneira como é concebida a relação do sujeito com o outro. A inserção do sujeito afeta a estrutura porque o sujeito é definido por meio da palavra do outro, em outras palavras, um significante do outro, no entanto, por ser um sujeito clivado entre consciente e inconsciente, inscreve-se na estrutura – constituída por relações binárias entre seus elementos – como uma descontinuidade, visto que vem à tona no ínterim existente entre os dois significantes, vem à tona sob as palavras e sob o discurso. Pode-se depreender que Lacan não assume o pressuposto básico do estruturalismo já que o sujeito é descontinuidade na cadeia significante, desorganizando o conjunto dos significantes. (MOURA, 2012, p. 865)

Ademais, Lacan rompe com os pressupostos de Jakobson ao refutar a premissa de simetria entre os interlocutores, uma vez que o Outro, de acordo com Lacan, ocupa uma posição dominante em detrimento ao sujeito. E pondera que “é uma ordem anterior e exterior a ele, em relação a qual o sujeito se define, ganha identidade” (MUSSALIM, 2003, p. 109).

Segundo Mussalim (2003), o sujeito lacaniano clivado, porém estruturado a partir da linguagem “fornecia para a Análise do Discurso uma teoria de sujeito condizente com um de seus interesses centrais, o de conhecer os textos como produtos de um trabalho ideológico não consciente” (MUSSALIM, 2003, p. 110). Dessa forma, o sujeito do discurso não decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas de seu discurso, no entanto, “ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, seu discurso sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras” (MUSSALIM, 2003, p. 110).

Mussalim (2003) pondera que “o sentido de uma formação discursiva depende da relação que ela estabelece com as formações discursivas no interior do espaço do interdiscursivo”, lócus em que diversos discursos perpassam a formação discursiva e formam-se de maneira regulada no interior do interdiscurso”. E se de um lado

menciona que a heterogeneidade constitutiva do discurso impossibilita a formação de um espaço estável e homogêneo, por outro lado, segundo Mussalim (2003),

Não o redime de estar inserido em um espaço controlado, demarcado pelas possibilidades de sentido que a formação ideológica pela qual é governado lhe concebe. Uma formação discursiva, apesar de heterogênea, sofre coerções da formação ideológica em que está inserida. Sendo assim, as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito já estão previstas, porque o espaço interdiscursivo se caracteriza pela defasagem entre uma formação discursiva. (MUSSALIM, 2003, p. 131)

E ressalta que “para a análise do discurso, o que está em questão não é o sujeito em si; o que importa é o lugar ideológico de onde enunciam os sujeitos” (MUSSALIM, 2003, p. 131). O conceito de sujeito em AD pode ser observado nas respectivas fases: primeira, segunda e terceira. O sujeito, na primeira fase da AD, é concebido como sendo assujeitado, visto que está subjugado às regras específicas que delimitam o discurso que enuncia. De acordo com essa concepção quem fala conforme Possenti *apud* Mussalim (2003) “é uma instituição ou uma teoria, ou uma ideologia” (p. 133); na segunda fase, o sujeito desempenha múltiplos papéis em conformidade com as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo, ou seja,

O sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social (o lugar do professor, do político, por exemplo), que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali (MUSSALIM, 2003, p. 133).

Pode-se depreender que, nesta segunda fase, o sujeito é dominado por uma determinada formação ideológica que pré-determina as possibilidades de sentido de seu discurso. Na terceira fase, o sujeito é heterogêneo, clivado, dividido, em virtude de um discurso com a rubrica da heterogeneidade, deve-se enfatizar que o eu perde sua centralidade, deixando de ser o senhor de si, uma vez que o desconhecido – o outro/inconsciente – passa a fazer parte de sua identidade. Sendo assim, nas palavras de Mussalim (2003), “o sujeito é um sujeito descentrado, que se define agora como sendo a relação entre o eu e outro” (MUSSALIM, 2003, p. 134).

Authier-Revuz (1982 *apud* MUSSALIM, 2003) argumenta que

A heterogeneidade mostrada é uma tentativa do sujeito de explicitar a presença do outro no fio discursivo, uma tentativa de harmonizar as diferentes vozes que atravessam o seu discurso, numa busca pela unidade, mesma que ilusória (MUSSALIM, 2003, p. 134)

Nota-se, após a apresentação do conceito de sujeito nas respectivas fases da análise do discurso, que há um fator comum entre elas: o sujeito não é o senhor de

seu destino de sua vontade, já que temos um sujeito que sofre as coerções de uma formação ideológica e discursiva ou temos um sujeito subjugado a sua própria natureza inconsciente.

A partir dos conceitos apresentados, passaremos a tratar da “Nova Análise do Discurso”, de Patrick Charaudeau (1996), ferramenta a ser utilizada neste trabalho.

I.2 – A Teoria Semi linguística de Patrick Charaudeau

A proposta de análise do discurso de Patrick Charaudeau define-se em função de um desafio básico: articular as dimensões psicológicas e sociais envolvidas num ato de linguagem – especialmente a identidade e os papéis sociais dos interlocutores, as relações sociais em que estão inseridos, os objetivos, as representações e as expectativas dos parceiros – com as dimensões propriamente linguísticas ou languageiras que o caracterizam, ou seja, com as propriedades formais e semânticas do discurso em questão. (NOGUEIRA, 2004, p. 3)

Charaudeau se afasta e se distingue das demais alternativas de análise de discurso. Essas alternativas não são caracterizadas por ele como ilegítimas ou desprezíveis, mas apenas definidas como parciais, limitadas, incapazes de abordar os fatos da linguagem nas suas múltiplas dimensões. Segundo o linguista, cada uma dessas perspectivas “descreve os fatos da linguagem como se fossem portadores de um só jogo de significação da parte de um só sujeito falante” sendo que, ao contrário, esses fatos “são portadores de vários jogos e eles testemunham um sujeito complexo, na verdade, dividido”. (CHARAUDEAU, 1996, p. 20)

Ao propor uma “nova análise do discurso” Charaudeau explica que,

Se já existe uma análise do discurso (na verdade existem várias), originária de uma escola dita francesa representada inicialmente por um grupo de pesquisadores da universidade de Rouen, depois por uma corrente de pesquisa que integrou as proposições teóricas de M. Pêcheux, por que propor uma nova corrente?

É exatamente para situar-nos entre esses diferentes pólos, num projeto global que tenta ligar os fatos da linguagem entre si segundo sua dimensão linguística, psicológica e sociológica, sem por isso deixar de ser estritamente linguista, psicológico ou sociológico, que nós propomos este qualificativo de “nova” análise do discurso. (CHARAUDEAU, 1996, p. 5)

A teoria semi linguística de Patrick Charaudeau fundamenta-se “em bases comunicacional e interativa, segundo as quais o sentido é resultante de operações

enunciativo-discursivas de entidades subjetivas no discurso, a partir de uma situação social bem determinada”. (PAULIUKONIS, 2012, p. 54).

De acordo com Machado(2007), trata-se de uma análise discursiva que “vê a linguagem como veículo social de comunicação”. A autora afirma que,

Charaudeau propõe uma análise em AD que ele mesmo denomina “representacional e interpretativa” e cujo objeto de estudo pode ser definido através de hipóteses sobre a existência de representações sociodiscursivas dominantes em uma dada sociedade e nesse ou naquele grupo social desta sociedade.

Esta teoria, dita “antropofágica” por seu próprio criador, reúne saberes e estratégias da Psicologia Social, da Antropologia, da História, da Etnologia, sendo que esse coerente amálgama é amparado por uma sólida base linguística; isso lhe oferece um instrumental teórico bem estruturado e aplicável para a análise de diferentes corpora, desde que estes sejam vistos como integrantes de discursos produzidos em uma situação de comunicação. (MACHADO, 2007, p. 115)

Segundo Oliveira (2003),

“A análise semiolinguística do discurso é semiótica (daí semio), é linguística e é do discurso.

É semiótica porque não se limita ao valor semântico (no sentido restrito) das formas linguísticas, interessando-se também pelo valor semiótico: 1) da informação veiculada através do significado strictu sensu; 2) de dados extralinguísticos, extraídos da situação comunicativa, como perfil do falante/escritor e do ouvinte/leitor, a conjuntura histórica, o gênero textual, etc

[...]

É linguística, porque o ponto de partida da interpretação de um texto é a descodificação de seus signos verbais.

E é do discurso, porque é preciso analisar o texto em seu contexto discursivo, do qual fazem parte outros textos pré-existentes a ele, que circulam na sociedade em geral (passagens bíblicas, contos de fadas, poemas, letras de música, provérbios, etc) ou num dado grupo social (“casos” que fazem parte da memória de uma família, empresa, universidade, etc., por exemplo).

O texto é produto e o discurso, sem cujo conhecimento não se analisam textos, é o processo.” (OLIVEIRA, 2003, p. 24)

O modelo de AD de Patrick Charaudeau possui basicamente quatro preocupações teóricas: articulação entre os planos situacional e linguístico; integração entre os planos macro e microssocial; as interações sociais e a intencionalidade dos sujeitos envolvidos nos atos de linguagem. (NOGUEIRA, 2004)

Segundo Charaudeau (2012) todo discurso depende, para a construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca na qual ele surge. De acordo com o autor “como poderiam trocar palavras, influenciar-se, agredir-se, seduzir-se, se não existisse um quadro de referência?”(CHARAUDEAU, 2012, p. 67).

A “situação de comunicação” (idem) é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico. As restrições se estabelecem por um jogo de regulação das práticas sócias, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos “discursos de representação”, produzidos para justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las. Ainda segundo o linguista, assim se constroem as convenções e as normas dos comportamentos languageiros, sem as quais não seria possível a comunicação humana. (CHARAUDEAU, 2012)

De acordo com Borges (2007), Charaudeau opta por uma abordagem do discurso na qual o insere (o discurso) numa problemática que busca relacionar os fatos da linguagem à ação e à influência, que são fenômenos ligados ao psicológico e ao social. Dessa forma, sua abordagem torna-se um processo de semiotização do mundo, que, por intermédio da ação de um sujeito, nada mais é do que o fenômeno da construção psico-sócio-languageira do sentido. (BORGES, 2007, p. 101)

A semiotização do mundo, de acordo com Charaudeau, se dá por meio de um duplo processo. O primeiro seria um processo de transformação, que, partindo de um “mundo a significar”, transforma este em um “mundo significado”, por meio da ação de um sujeito falante; o outro um processo de transação, que faz desse mundo significado um objeto de troca com outro sujeito falante que faz o papel do destinatário (CHARAUDEAU, 1995, p. 98)

Interessante destacar o que Charaudeau chama de possibilidade da “troca languageira” que se realiza num quadro de “cointencionalidade”, que para que ocorra é necessário o reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca languageira que o leva a dizer que estes estão ligados por uma “espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência” é o chamado “contrato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2012, p. 68).

A noção de “contrato de comunicação” possui íntima relação com a articulação entre o plano situacional e linguístico. Conforme Charaudeau, “o contrato é um quadro de reconhecimento no qual se inscrevem os parceiros para que se estabeleça a troca e a intercompreensão, sendo, portanto, da ordem do imaginário social”

(CHARAUDEAU, 1996b, p. 6). A ideia é que os sujeitos que compartilham um mesmo universo cultural possuiriam um entendimento mais ou menos próximo sobre os vários tipos possíveis de encontro linguageiro (tipos de contrato). Expectativas sobre as identidades típicas dos sujeitos envolvidos, seus prováveis objetivos, os assuntos que eles devem abordar e as maneiras de falar mais prováveis em cada caso (NOGUEIRA, 2012). Os sujeitos esperam, em princípio, que todos esses elementos variem conforme o encontro linguageiro em questão possa ser definido como uma entrevista, um discurso político, uma propaganda de algum produto, um debate informal entre amigos e etc.

Conforme Nogueira,

Um contrato de comunicação é uma definição socialmente estabelecida de quais as condições (identidade dos sujeitos, objetivos legítimos, saberes pertinentes, circunstâncias materiais) apropriadas para se produzir cada tipo de discurso (narrativo, argumentativo, persuasivo, descritivo, com um conjunto ou outro de recursos estilísticos, mais ou menos formal, etc.) e, inversamente, que tipo de discurso é adequado para que condições. Trata-se, assim, de uma noção fundamental dentro do objetivo de Charaudeau de articulação entre os componentes linguístico e situacional. (NOGUEIRA, 2004, p. 3)

A noção de contrato assenta-se no pressuposto de que seres sociais pertencentes a um mesmo corpo social estabelecem uma relação de “convivência” e de cumplicidade quanto ao uso dos elementos de sua comunicação, por isso lançam mão de estratégias que permitirão colocar em cena suas intenções.

Nas palavras de Charaudeau (2008),

A noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência linguageira de reconhecimento análoga à sua. Nessa perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma proposição que o EU faz ao TU e da qual espera uma contrapartida da convivência. (CHARAUDEAU, 2008, p. 56)

Para que esse contrato se estabeleça, é necessário, antes de mais nada, que o sujeito comunicante tenha seu direito de fala reconhecido pelo sujeito interpretante, ou seja, que ele seja considerado um sujeito normal, não alienado, alguém digno de ser escutado. Esse reconhecimento é conquistado pelo sujeito comunicante na medida em que ele consegue apresentar sua identidade, o tema de sua fala e sua motivação para falar de uma forma que seja considerada pertinente – no sentido de adequada em

relação às representações que o sujeito destinatário faz do mundo – e legítima – no sentido de que o tema e a motivação de sua fala são vistos como adequados em relação a sua identidade individual e coletiva.

Charaudeau (1996) define três condições que fundamentam o direito à fala: o reconhecimento “do saber”, “do poder” e “do saber fazer”. Em primeiro lugar, o sujeito comunicante precisa demonstrar que seu discurso refere-se, apropriadamente, a um conjunto de significados ou representações aceitos de uma forma supostamente consensual pelos membros da comunidade da qual faz parte o sujeito destinatário. Em segundo lugar, o sujeito comunicante precisa se fazer reconhecer como possuindo determinadas identidades sociais que o legitimam para proferir o discurso em questão. Finalmente, em terceiro lugar, o direito à fala depende ainda do “saber fazer”, da capacidade do sujeito comunicante de conquistar a credibilidade dos sujeitos destinatários ao demonstrar que a sua legitimidade derivada do reconhecimento do saber e do poder, se traduz numa competência específica, ou seja, o sujeito comunicante precisa estar apto para se desempenhar no interior do ato de linguagem de uma forma que confirme as expectativas que se fazem sobre ele. (CHARAUDEAU, 1996, p. 26)

Ao conceber o processo efetivo de realização de um contrato de comunicação, Charaudeau procura evitar uma articulação mecânica e determinista entre os planos macro e microssocial. As identidades sociais dos parceiros, sua posição nas estruturas macrossociais de poder e prestígio não garantiriam, a priori, o reconhecimento da pertinência e legitimidade de seus discursos. A autoridade conferida pela posição do sujeito na estrutura social não seria algo válido, indiscriminadamente, em qualquer situação de comunicação e nem legitimaria qualquer projeto de fala. (NOGUEIRA, 2004)

O curso do intercâmbio linguageiro não é visto por Charaudeau como predeterminado em relação ao momento da interação entre os participantes. Os sujeitos reagem constantemente às estratégias de fala uns dos outros, avaliam e reavaliam as identidades e as intenções dos interlocutores, definem e redefinem a natureza do contrato no qual estão inseridos, e a partir de tudo isso, constroem conjuntamente o ato de linguagem. Trata-se, portanto, de um modelo dinâmico. É no jogo socialmente condicionado – mas não previamente determinado – da busca do reconhecimento do direito à fala que o discurso se define. É dessa forma que Charaudeau entende a dimensão da interação social.

Quanto ao sujeito, Charaudeau evita tanto as concepções que enfatizam, unilateralmente, a dimensão da autonomia e liberdade do sujeito quanto as que acentuam a subordinação da consciência individual em relação aos determinantes sociais. O linguista confere aos sujeitos uma dimensão ativa e estratégica.

O contrato de comunicação reserva a esse sujeito uma margem de manobra dentro da qual ele pode escolher, com uma certa liberdade, as estratégias de fala (as formas de organização dos discursos) que ele julgue mais apropriadas para influenciar adequadamente os interlocutores. O sujeito para Charaudeau encontra-se preso a uma série de constrangimentos relativos às características do contrato e às condições de sua realização. Esses constrangimentos não eliminam, no entanto, uma margem de escolha dentro da qual o sujeito pode agir estrategicamente. (CHARAUDEAU, 1996, p. 100)

De acordo com a teoria semiolinguística, o ato de comunicação é um fenômeno que combina o dizer e o fazer, articulados num duplo circuito comunicativo – circuito externo (lugar do fazer) e circuito interno (lugar do dizer) – indissociáveis um do outro. (PAULIUKONIS, 2012, p. 58)

Dessa forma, a Semiolinguística considera o ato de comunicação como um “jogo”, ou seja, o ato de comunicação se mantém em uma constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas (restrições) de um dado discurso e a margem de manobras permitida pelo mesmo discurso.

Nessa perspectiva, todos os atos de comunicação são considerados como “encenações”, que resultam da combinação de uma determinada situação de comunicação com uma determinada organização discursiva e com um determinado emprego de marcas linguísticas. Isso mostra a necessidade de uma competência de produção/interpretação, que ultrapassa o simples conhecimento das palavras e suas regras de combinação, que requer um saber bem mais global, sobre as operações discursivas realizadas e que compreende os elementos contextuais próprios da interação social. (PAULIUKONIS, 2012, p. 59)

Outros aspectos teóricos do enorme edifício da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau serão apresentados conforme se fizer necessário, quando procedermos à análise do discurso do caso Lobato mais adiante.

III.1 – O corpus de análise

O *corpus* de nossa análise se constituirá de um editorial e três matérias, publicadas no jornal O Globo às vésperas do carnaval de 2011. A análise será qualitativa e buscará identificar discursos relacionados à ideologia racial brasileira. É importante destacar que a análise não é de cunho estatístico-quantitativo, e tem como objetivo selecionar apenas alguns textos para identificar discursos que revelem a permanência do mito da democracia racial brasileira.

O período analisado é o compreendido na semana que antecede o carnaval de 2011, quando foi divulgado o desenho do cartunista Ziraldo que estampava a camiseta do bloco “Que Merda É Essa?!” A escolha do jornal *O Globo* possui algumas razões - a Rede Globo de Televisão foi divulgadora da obra de Monteiro Lobato por todo país nas décadas de 1970 e 1980, através da exibição do Sítio do Pica Pau Amarelo, influenciando toda uma geração. Outro motivo da escolha é o fato do diretor de jornalismo das Organizações Globo, Ali Kamel ter publicado um livro manifesto contrário às ações afirmativas no país, intitulado “Não Somos Racistas”. Além disso, podemos destacar também que a Editora Globo é a detentora dos direitos autorais de toda a obra de Monteiro Lobato, além de ser a editora que distribui o livro “Caçadas de Pedrinho” para o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) tendo, portanto, fortes interesses econômicos na discussão. Importante destacar também que alguns intelectuais que se destacaram no debate público no combate às ações afirmativas e às políticas de cotas raciais, posteriormente assumiram importantes papéis no jornalismo das Organizações Globo, é o caso de Yvonne Maggie, que prefaciou o livro de Ali Kamel e passou a escrever artigos na página do G1 do Globo, e Demétrio Magnoli, comentarista do Jornal das Dez da GloboNews.

A análise a seguir buscará identificar as conotações e metáforas que revelam a permanência do mito da democracia racial, a partir dessa identificação pretendemos proceder à contextualização histórica e social, identificando nos discursos a ideologia racial brasileira.

III.2 – Análise textual-discursiva sob o ponto de vista da Semiologia

Considerando-se a Teoria Semiológica do Discurso, de Patrick Charaudeau, e os principais conceitos propostos por ele – e já apresentados na parte teórica desta pesquisa -, faremos a seguir, a análise de um editorial e três matérias jornalísticas,

publicada no jornal *O Globo*⁴⁵. A teoria Semiolinguística, associa a linguagem ao mundo social, e esperamos que nossa análise, possa identificar aspectos da ideologia racial brasileira no contexto histórico e social que estamos analisando.

Antes de procedermos à análise, é importante destacar que, para Charaudeau, há uma distinção entre análise de texto e análise de discurso. Para ele,

A primeira se dirige ao texto; consiste em analisar um texto (qualquer que seja sua configuração) – que é o resultado de uma combinação (o produto) de certas condições de produção com as operações de discursivação -, em seu desenvolvimento linear, de modo simultaneamente progressivo e recorrente. A segunda se dirige a um *corpus* de textos semelhantes em nome de um tipo de situação (contrato) que as sobredetermina, e das quais estudamos as constantes (para definir um gênero) e as variantes (para definir uma tipologia de estratégias possíveis). Frequentemente se diz análise de discurso de um texto; convém, então, precisar se o texto constitui um fim em si ou se se trata de um simples pretexto. (CHARAUDEAU, 1996, p. 40)

Começaremos pelo editorial que é a opinião da empresa jornalística e marca a posição do jornal, influenciando as pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades em face das contradições presentes na sociedade. O editorial é importante por ser interpretativo, opinativo, engajado e pelo papel que exerce na formação da opinião pública. O editor trabalha com ideias, um produto de natureza política e cultural. Os processos de ler, coletar e interpretar as informações são ações intelectuais; sendo assim o editorial exige um leitor qualificado.

Veja-se o editorial:

ABAIXO O CARNAVAL (?!)

E não é que a patrulha racalista ataca no carnaval?! Isso porque a camiseta do bloco “Que merda é essa?!”, desenhada por Ziraldo, traz um estilizado Monteiro Lobato abraçado a uma mulata.

Por considerar Lobato racista(?!) esta turma critica Ziraldo e o bloco. Não surpreende, devido a visão estreita da sociedade brasileira derivada da ideologia racalista.

Ela se sustenta na filosofia do “politicamente correto”, maneira mal humorada de se viver a vida. Um dia, comissários vigiarão as ruas para reprimir fantasias de índio, referências a “negões” e “neguinhas”, cortar letras de samba e marchas irônicas e debochadas.

⁴⁵ As matérias do jornal *O Globo*, a letra do samba do bloco “Que Merda É Essa?!” e a entrevista com o militante do movimento negro José Ricardo de Almeida, estão nos anexos, disponibilizados após as considerações finais.

Será apenas o começo. Por fim, suprimirão o próprio carnaval, por “desrespeito às minorias”, “racismo” etc (O GLOBO 25/02/2011)

O editorial “Abaixo o carnaval” foi publicado após a manifestação de integrantes do movimento negro que criticaram o desenho estampado na camiseta do bloco “Que Merda É Essa?!”. O cartunista Ziraldo faz no desenho uma crítica ao que chama de “politicamente correto”, colocando Monteiro Lobato abraçado a uma mulata sensual, além disso, o desenho mostra um gato segurando um porrete e com o olho ferido, a imagem é ladeada por um cravo e uma rosa. O autor satiriza dessa forma três discussões muito presentes nos movimentos sociais e grupos progressistas, o racismo, a violência contra a mulher e a violência contra os animais. Na perspectiva de Ziraldo o “politicamente correto” exagera demais nas discussões querendo passar a história a limpo cometendo excessos de zelo que na sua ótica não devem nem ser levadas a sério.

Nossa análise deve se iniciar pelo título do editorial: “**Abaixo o carnaval**”. Há nesse título uma proposta de quebra de um contrato de comunicação estabelecido em nossa sociedade, qual seja: não se imagina o ano do calendário sem o carnaval, não há reivindicações sociais ou manifestações no país que reivindiquem o fim do carnaval. O título remete também a um slogan clássico na história recente do país, durante a ditadura civil-militar, que mobilizou estudantes, políticos e grande parte da sociedade brasileira na busca por liberdade de opinião que foi o slogan “abaixo a ditadura”.

Chama atenção nesse editorial o uso de metáforas. Segundo o Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras, organizado por Evanildo Bechara (2011),

“**Metáfora** – figura de linguagem que consiste em designar alguma coisa, mediante uma palavra cujo significado tem uma relação de semelhança ou analogia” (p. 853).

O texto explora essa relação entre contexto liberal-democrático atual e o contexto da ditadura no Brasil (1964-1985), porém imputa a ação de censura, repressão e patrulha ideológica ao movimento negro, chamando-o de “patrulha racista”. Apontando o “fundamentalismo” dos integrantes, o texto satiriza o “radicalismo” insinuando que um “abraço” não pode gerar tal reação furiosa. Segundo o editorial o “pequeno” grupo de manifestantes possui uma visão “estreita” da sociedade brasileira vinculada à ideologia racista.

Interessante destacar também, que o movimento negro, e as suas intervenções políticas na sociedade e na educação, que já apontamos anteriormente, desembocaram em conquistas e promulgação de legislações que tem incomodado bastante os setores mais conservadores da nossa sociedade. Foi o caso do debate público sobre ações afirmativas e as políticas de cotas raciais nas universidades públicas que encontraram fortes resistências com ações até mesmo no Supremo Tribunal Federal.

De acordo com o editorial “Abaixo o carnaval?!” essa reação intolerante possui íntima relação com a filosofia do “politicamente correto” forma “mal humorada” de viver a vida. Interessante destacar o trocadilho entre a alegria do “carnaval” e a forma “mal humorada” dos manifestantes, até porque como diz o título do editorial o movimento propõe o fim da alegria e irreverência do carnaval.

Além de debochar do debate sobre racismo no país, o editorial critica as iniciativas que propõe rediscutir a ideologia racial brasileira, e prevê que - “um dia comissários vigiarão as ruas para reprimir fantasias de índio, referências a “negões” e “neguinhas”, cortar letras de samba e marchas irônicas e debochadas”, ou seja, na visão do jornal, a irreverência, independente de a quem atinge ou ao que se refere, tem o direito de desfilar livremente no carnaval sem ser incomodado. Não podemos nos esquecer do livro do diretor de jornalismo da Rede Globo Ali Kamel intitulado “Não Somos Racistas”, que foi amplamente divulgado, inclusive em novela, objetivando negar o racismo e reafirmar a democracia racial brasileira.

O editorial ao final sugere que se nada for feito para deter os “radicais”, o cenário será dos piores, podendo ocorrer a supressão do carnaval. O texto deixa transparecer que a consequência seria a supressão da cultura nacional, da formação história e da identidade do brasileiro. Um verdadeiro atentado ao país e à democracia.

O sujeito produtor do ato de comunicação no editorial “Abaixo o carnaval?!” e nas demais matérias analisadas é o jornal O Globo, e o sujeito receptor desse ato é o leitor do editorial e das matérias. Ambos se reconhecem, na medida em que partilham saberes, o que, aliás, torna possível o primeiro escrever para o segundo, e o segundo interpretar o primeiro, esse é o princípio da alteridade. Este princípio define que todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros (quer estejam diante um do outro ou não) que devem se reconhecer como semelhantes – pois compartilham saberes e partilham finalidades comuns – e como diferentes – cada um desempenha um papel particular: de sujeito emissor/produtor do ato de comunicação (o sujeito comunicante) e de sujeito receptor desse ato de comunicação (o sujeito

interpretante). Segundo Charaudeau, este princípio “é o fundamento do aspecto contratual de todo ato de comunicação, pois implica um reconhecimento e uma legitimação recíprocos dos parceiros entre si. (CHARAUDEAU, 2007, p. 15)

O princípio da identidade, para Charaudeau, porém, é mais complexo, pois há em cada sujeito duas identidades, uma identidade social e outra discursiva. A identidade social do jornal O Globo, por exemplo, está relacionada à empresa jornalística, ao fato de ser um importante veículo de comunicação. A identidade discursiva está relacionada à sua credibilidade e influência, um jornal que mobiliza a opinião pública, tem poder de influenciar e usa esse poder para criar ou manter visões de mundo e de sociedade de acordo com seus interesses. É importante destacar que para Charaudeau, uma identidade é determinada pela outra: o jornal O Globo tem grande influência por ser uma importante empresa jornalística, e por ser um importante veículo de comunicação influencia a opinião pública.

A matéria intitulada “Monteiro Lobato abraça mulata e causa polêmica” (anexo 1) foi a que deu ampla divulgação à charge do Ziraldo, não que a charge fosse desconhecida, mas ainda não tinha ampla divulgação. O título da matéria localizada no Caderno Rio-Carnaval 2011 já é provocativo, pois, insinua com ironia o fato de um abraço criar polêmica. O desenho explora o imaginário nacional sobre a mulata, uma mulher quente, ferosa e sempre pronta para realizar os desejos sexuais masculinos.

A letra de samba do bloco “Que Merda É Essa?!” (anexo 4) faz uma crítica generalizada ao que é denominado pelo cartunista de “politicamente correto”, o samba em tom de ironia-lamento diz que a história mudou - “o cravo e a rosa não podem brigar”, não se pode mais dizer “que o Bambi é veado” porque dá cadeia. O samba segue no deboche aos movimentos sociais, fazendo crítica ao movimento negro dizendo que “A cara do boi ficou “negra”” e ironiza a respeito do racismo na obra do Lobato afirmando que “pirlimpimpim virou produto do Alemão”. Ironizando o governo Lula e o PT o samba afirma que “nunca na história desse país”, “o saci foi proibido de fumar” e satiriza invertendo os papéis na obra de Lobato “Tia Nastácia, sai da cozinha! Vem sambar! Pra ser destaque em Ipanema, a Dona Benta acende o fogo em seu lugar”. A letra do samba do bloco “Que Merda É Essa?!” composta por Machado, Paulinho Bandolim, Renan Brandão, Deivid Domênico, Rodrigão, Fernando e Boca “atira para todos os lados” e debocha dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro.

O samba e a charge debocham do parecer do CNE que considerou algumas passagens do livro de Lobato racistas. Em tom de deboche a matéria afirma que “as

peripécias do CNE, acabaram rendendo samba”. Floriano Marques Torres, autointitulado “ministro” do bloco, afirmou na época que nem leu o livro de Monteiro Lobato, mas que cada um tem o direito de interpretar o livro da maneira que quiser. E disse que “o que não pode é proibir”. A presença das metáforas também carece de uma análise semiótica, em seu subtítulo é dito que o bloco foi “alvo” de protestos indicando que os que protestavam estavam armados e dispostos a atirar num Lobato desarmado cuja transgressão foi apenas “abraçar” uma mulata.

No texto “Em meio a folia dos blocos, protesto antirracismo” (anexo 2), as oposições folia/protesto, Simpatia/Que Merda, animaram/protestaram destacam o movimento negro como um grupo “fora do lugar”, “deslocado”, revoltados em meio a alegria, protestando em meio a animação, braços em punho com palavras de ordem em meio a sorrisos irreverentes, ou seja, o texto insinua que não há espaço em meio a folia para o mau humor dos integrantes do movimento negro.

O próprio diretor do bloco disse que os manifestantes mostravam “uma seriedade não compatível com o clima do carnaval”, ou seja de acordo com o secretário municipal de turismo a manifestação foi “uma besteira”. O secretário também apontou a oposição alegria, irreverência/ conflito, argumentando que o protesto era incompatível com o “clima” do carnaval.

Na matéria “Protesto contra enredo fere espírito da folia” (anexo 3), intelectuais, pesquisadores e profissionais ligados ao carnaval são unânimes ao afirmarem que “censura é descabida” um pequeno Box destaca que “até o ministro foi contra veto”. As metáforas reaparecem dizendo que protestos “ferem espírito” da folia. Os manifestantes são apresentados como “pequeno grupo” do movimento negro, e a atitude desse pequeno grupo, composta de “pouco mais de 20 pessoas” é descrita por intelectuais, pesquisadores e profissionais do carnaval como uma atitude “boba”, “insensata” e “mal humorada”.

O escritor e pesquisador Ricardo Cravo Albin ficou “incomodado com a incapacidade de quem protesta de entender que a forma como Monteiro Lobato se refere aos seus personagens retrata o costume de uma época”. Ele diz,

Isso é patrulha ideológica. Cresci lendo Lobato e acho injusto dizer que ele era racista. Em seus livros, ele sempre tratou com dignidade e correção qualquer personagem. Se usa alguns termos em seus livros ou constrói seus personagens de um jeito ou de outro, é porque na época em que os escreveu era assim que a sociedade entendia aquelas figuras. É uma idiosincrasia mal humorada e extemporânea.

A associação entre mau humor e protesto é recorrente nos textos publicados no jornal. O contraste entre o mau humor e a folia, a irreverência e a alegria é bastante destacado. Albin ainda questiona que se esse grupo de mal humorados começarem a questionar músicas como “O teu cabelo não nega mulata” ou “Samba do crioulo doido” como vai ficar o carnaval sem elas?

Para o escritor Ruy Castro, qualquer censura em desfile de carnaval é ignorância. Ele diz que o tipo de protesto feito contra o enredo do Que Merda É Essa?! é uma espécie de fundamentalismo de esquerda. Segundo ele:

É lamentável que a imprensa, a superficialidade e a ignorância contamine o carnaval. As pessoas que acusam Monteiro Lobato de racismo e de querer “extinguir a raça negra” certamente nunca leram uma linha do que ele escreveu. Trata-se de uma atitude “politicamente correta de galinheiro”, como diria Nelson Rodrigues. (O GLOBO 28/02/2011)

Dessa forma, podemos entender que para o jornal O Globo, tanto o CNE quanto os integrantes do movimento negro propuseram a censura respectivamente ao livro de Lobato, e ao desfile do bloco “Que Merda É Essa?!” A ideologia racial brasileira não admite questionamento, instalada no pensamento de parte da elite brasileira, esses setores exigem o direito de poder falar e proceder da mesma maneira de antes sem serem incomodados.

Desfrutando da hegemonia branca, garantidos nas posições de poder, preferem negar o racismo no Brasil e preservar esse imaginário do mito de país miscigenado e sem problemas raciais. Precisamos construir uma pedagogia multirracial que nos ajude a preparar o Brasil para a igualdade racial. A sociedade brasileira só se desenvolverá quando combater as desigualdades raciais e promover efetivamente uma educação inclusiva que combata o racismo e promova a igualdade racial.

III.3 – O caso Lobato e a educação das relações étnico-raciais

A análise de discurso do caso Lobato que acabamos de realizar, revelaram os contornos da ideologia racial brasileira e a permanência do mito da democracia racial. O racismo é inequívoco no Brasil, mas sua discussão frequentemente reverte para explicações baseadas em classe social e desigualdades socioeconômicas. De acordo com Kabengele Munanga, o racismo é uma ideologia,

A ideologia só pode ser reproduzida se as próprias vítimas aceitam, a introjetam, naturalizam essa ideologia. Além das próprias vítimas, outros cidadãos também, que discriminam e acham que são superiores aos outros, que têm direito de ocupar os melhores lugares na sociedade. Se não reunir

essas duas condições, o racismo não pode ser reproduzido como ideologia, mas toda educação que nós recebemos é para poder reproduzi-la.⁴⁶

A ideologia racial brasileira fica mais evidente quando são propostas políticas públicas ou ações que beneficiem diretamente a população negra. Como disse o Senador Paulo Paim (PT-RS), “tudo para o negro é mais complicado”⁴⁷, mas, além de complicado geram muitas polêmicas, questionamentos e resistências, fazendo-se muita das vezes apelos ao universal.⁴⁸ Há cotas para deficientes em concursos públicos e para mulheres nas disputas eleitorais, mas as cotas raciais para negros só foram resolvidas no Supremo Tribunal Federal⁴⁹. Há feriados religiosos, sendo o Brasil um país laico, há também feriados regionais e/ou nacionais, mas o feriado da consciência negra está sendo questionado em diversas cidades importantes do país, como em São Paulo e no Paraná, e as inúmeras ações sobre o “20 de Novembro” também já chegaram ao Supremo⁵⁰.

Como já dissemos, o caso Lobato tem origem numa polêmica: a inserção de uma “nota de rodapé”. Há inúmeras notas de rodapé presentes nos milhares de livros editados no Brasil todos os anos. Mas, a solicitação de uma nota de rodapé, no livro de Lobato referente à personagem negra Tia Nastácia, mesmo já tendo esse livro outras notas de rodapé, também geraram ações no Supremo. Então é preciso retomar a pergunta principal que motivou esta pesquisa: **por que a colocação de uma “simples” nota explicativa, sobre a personagem negra Tia Nastácia, no livro “Caçadas de Pedrinho” gerou tanta polêmica e tanta resistência?**

Discutir o racismo no Brasil mexe com o mito fundador da identidade nacional, com “o poder branco que, mediado pelo elogio à mestiçagem, oculta a sua hegemonia e as hierarquias sociais que estabelece” (SOVIK, 2009). O apelo universalista ao “gênero humano” como estratégia para impedir a discussão racial e frear a valorização da identidade negra tem fortes motivações ideológicas, políticas e econômicas. Embora a “identidade negra” seja uma construção social, histórica e cultural (MUNANGA,1999) a valorização dessa identidade se constitui no que Hall chamou de

⁴⁶ Revista Forum – Entrevista “Nosso racismo é um crime perfeito” publicada em 09 de fevereiro de 2012.

⁴⁷ Pronunciamento do Senador Paulo Paim (PT-RS) realizado em 17 de junho de 2005, no qual evidencia fatos concretos de preconceito racial em nosso país.

⁴⁸ No dia 20 de novembro, dia nacional da consciência negra, é muito comum, nas redes sociais, slogans com a frase: “Não precisamos de um dia de consciência negra, branca, parda, albina [...] Precisamos de 365 dias de consciência humana”.

⁴⁹ Jornal O Globo de 26/04/2012 – STF aprova cotas raciais nas universidades públicas.

⁵⁰ Página G1 (O Globo) em 13/11/2013 – Câmara de Curitiba vai ao STF para garantir feriado da consciência negra.

possibilidade para “deslocar as disposições do poder” (HALL, 2006) e enfrentar históricas condições de desigualdades. As identidades são afirmadas, em muitos casos, como resistência social diante do poder da cultura hegemônica do etnocentrismo ocidental globalizado, herdeiro do colonialismo (MCLAREN, 1997).

A branquitude é um lugar de poder no Brasil (SOVIK, 2009). Muniz Sodré, entende a branquitude como critério de estética social, como “modelo identitário das elites nacionais” (SODRÉ, 1999). Este poder branco tem compromisso com a ordem atual e com a permanência do mito da democracia racial, sustentada pela ideologia racial brasileira. Segundo Marilena Chauí (1980), uma ideologia se torna hegemônica na sociedade quando não precisa mostrar-se, quando não necessita de signos visíveis para se impor. É hegemônica quando, de maneira espontânea, flui como verdade igualmente aceita por todos (CHAUÍ, 1980).

A educação das relações étnico-raciais pode muito contribuir para reverter essa ideologia racista, neste sentido, a lei 10.639/2003 pode se configurar como uma ferramenta importante. O ensino de história e cultura afro-brasileira pode contribuir para romper construções ideológicas que estruturam a consciência da sociedade brasileira, apontando contradições abertas no processo de formação do país.

Como importante resultado de históricas lutas, denúncias e proposições dos grupos e entidades dos movimentos sociais negros brasileiros e de pesquisadores acadêmicos que tratam do tema, foi promulgada em janeiro de 2003, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a lei 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei nº. 9.394/86, de 20 de dezembro de 1996. A lei 9.394/96 passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”."

Esta mudança na LDB vem trazendo inúmeros desafios para as práticas curriculares nas escolas e para as políticas de formação de professores. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais destacam que;

É preciso ter clareza que o Art. 26^a acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais que a inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas. (DCN ERER, 2004, p.17)

Os pequenos reflexos no ambiente escolar das iniciativas tomadas pelo poder público em todo o país em direção a efetivação da Lei 10.639/03 têm preocupado o movimento social negro, intelectuais, educadores e gestores envolvidos com o tema negro e educação. (ABRAMOVAY, CASTRO, 2006; GOMES, 2003; CAVALEIRO, 2001; OLIVEIRA, 2006; COELHO, 2006)

Algumas razões têm sido apresentadas pelos educadores para justificar as dificuldades para a alteração da abordagem dada ao negro no currículo escolar (OLIVEIRA, 2005 e 2007; SOUZA, CROSSO, 2007; OLIVEIRA, LINS, 2008). Entre elas, a ausência dos conteúdos previstos na Lei 10.639/03 nos currículos de formação inicial dos professores, o investimento ainda insuficiente na formação continuada dos educadores, a pequena disponibilidade de livros e materiais didáticos sobre a temática nas escolas, e a falta de atuação da maioria dos agentes públicos da educação brasileira. No entanto, apesar das dificuldades apresentadas, uma das principais dificuldades a ser superada para a efetivação da Lei 10.639/03 é o fato de as construções ideológicas sustentadoras do racismo brasileiro estarem presentes, ainda hoje, nos educadores, nos gestores educacionais e no conjunto da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de discurso do editorial e das três matérias jornalísticas publicadas no jornal O Globo às vésperas do carnaval 2011 revelam nos discursos a presença do mito da democracia racial e da ideologia racial brasileira. As tentativas de debochar e carnavalizar o debate em torno do parecer do CNE e da discussão sobre o racismo na obra de Lobato revelam uma mídia comprometida com o *status quo*, e que não está disposta a considerar seriamente a discussão racial no Brasil.

A democracia racial, na contemporaneidade, é posta em xeque, no entanto, existe uma ampla defesa a seu favor. Rousseau e Reese (2009) argumentam “que a ideia da democracia racial está tão arraigada na cultura brasileira que muitos simplesmente desprezam o fato de que o racismo existe” (ROUSSEAU & REESE, 2009, p. 122). Tais pessoas optam por simplesmente assumir a capa da invisibilidade, esta possibilita ao cidadão esconder inclusive de si mesmo a sua real condição no gradiente racial de cores.

A democracia racial respaldada pela ideologia racial brasileira, “tornou-se a fachada de uma cegueira articulada nacional em relação às diferenças raciais no Brasil”. (ROUSSEAU & REESE, 2009, p. 122/123). Esse contexto implicou aos negros brasileiros a ausência de visibilidade, de reconhecimento de sua condição em relação à nacionalidade brasileira, uma vez que os negros sofrem os antagonismos de um racismo escamoteado (racismo à brasileira), à medida que são motivados/estimulados a refutar, a desprezar e a não reconhecer sua origem e seu pertencimento étnico-racial, ao mesmo tempo em que sofrem o racismo. Juntamente a essa construção ideológica da democracia racial, o Brasil, ao pretender substituir a identidade racial por uma cultura nacional, “falhou em erradicar o racismo e logrou envergonhar, corromper e oprimir a cultura afro-brasileira”. (ROUSSEAU & REESE, 2009, p. 135)

Além disso, o mito da democracia racial, conforme Munanga (2004, p.28), bloqueou, durante anos, o debate acerca das políticas de ação afirmativa e, paralelamente, “o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro”. (MUNANGA, 2004)

Nos últimos anos, os dados sobre a exclusão social da população negra não deixaram dúvidas: 125 anos após a abolição, a população negra está segregada nas periferias das grandes cidades, concentrada nos setores com pior índice de renda, emprego e escolaridade (THEODORO, 2008; SANTOS, SILVA, 2005; JACCOUD,

2009). Esse grave problema da exclusão da população negra, com raízes profundas em nossa tradição e em nosso passado escravocrata, exige um debate que integre todos os setores da sociedade na busca de uma igualdade de oportunidade e de condições para todas as etnias que constituem nosso país.

A educação, o currículo e a literatura infantil não ficam fora desse debate. E a despeito da literatura de Monteiro Lobato ter tido um papel fundamental na formação de várias gerações, ele não é intocável. O deboche, a acusação de “politicamente correto”, o estardalhaço e a acusação de censura não trarão resultados efetivos no combate ao racismo, e como afirma Feres júnior (2012) Monteiro Lobato era sim racista e eugenista, e sua obra precisa ser avaliada com atenção porque não é possível separar obra e autor.

A grande mídia se posicionou ideologicamente contrária e sem imparcialidade durante todo o episódio, mas é preciso destacar que apesar da reação dos setores da elite conservadora, e todo o poder hegemônico da grande mídia, o racismo em Lobato foi posto em discussão e sua obra perdeu o *status* de intocável.

É importante destacar ainda, a reação de grupos da elite dominante que buscam ridicularizar argumentos que questionam normas e padrões sociais que perpetuam padrões sexistas, homofóbicos, preconceituosos e racistas. João Feres Junior (2012) afirma que

É importante fazer a ressalva de que a constatação da existência de padrões linguísticos dominantes em uma sociedade não redundam em sua positividade moral do ponto de vista do observador externo. Ainda que para o público situado em dada sociedade em um determinado momento histórico necessariamente invista tais padrões dominantes de positividade moral, pois ela é a coleção do que é correto, observadores de outras épocas e de outras sociedades podem achar tais padrões opressivos ou imorais (FERES JÚNIOR, p. 90).

Podemos entender com esse argumento que os valores morais, políticos e sociais são construídos em cada contexto histórico. Dessa forma, apontar aspectos racistas na obra de Lobato mostra que a sociedade mudou e o que era “aceito”, passa a ser questionado porque reproduz relações raciais prejudiciais à população negra, historicamente discriminada.

Ainda de acordo com João Feres (2012), não há registro de sociedade histórica em que tais padrões não tenham se imposto pela força da cultura e das instituições. Os argumentos correlatos de que ele violaria o direito de livre expressão e de que seria derivado de uma posição autoritária são também espúrios. O Supremo Tribunal

Federal condenou, em 17 de dezembro de 2003, o editor gaúcho Siegfried Ellwanger por crime de racismo, por ter publicado material antissemita. Ora, proscreever expressões e ideologia antissemita é um exercício do politicamente correto. E a imposição do Estado, na figura do STF, não é um ato de autoritarismo, mas sim de exercício das instituições democráticas, tornando o que é moralmente condenável em interdito real. Os EUA, por exemplo, baniram do uso comum uma vasta série de termos pejorativos usados em um passado não muito remoto para designar italianos, judeus, negros, poloneses, hispano-americanos, homossexuais etc. Isso foi feito sem recurso ao autoritarismo ou atentado à liberdade de expressão. Fica claro aqui que a liberdade de expressão não pode ser tomada como um valor absoluto, que permita inclusive que crimes, como o racismo e a injúria racial, sejam praticados em seu nome. (FERES JÚNIOR, 2012, p. 91)

A mudança ocorrida no pensamento do cartunista Ziraldo, autor da charge, após leitura da carta aberta de Ana Maria Gonçalves sinaliza que ainda há muito que fazer no que diz respeito à educação das relações raciais em nosso país. Em entrevista, concedida ao jornal *O Globo*, ele afirma que:

Quando fiz a camiseta para o bloco *Que Merda é Essa*, não conhecia ainda as cartas e os textos para adulto que seriam publicados pela imprensa em seguida. Mudei de ideia, claro. A prova de que Monteiro Lobato era racista é exuberante e bem documentada. Ele era eugenista. Chega a dizer que o Brasil não atingiu o nível de civilização para ter uma Ku-Klux-Klan. Só não fiquei mais triste porque, na verdade, nunca fui realmente um fã. Sempre fui mais de Super-Homem e Fantasma. Agora, na obra infantil ele continua a ser o criador de alguns dos personagens mais emblemáticos da literatura. Emília, junto com Capitu, Rê Bordosa e, agora, Carminha, é das personagens femininas mais importantes. E Tia Nastácia é a mais simpática e a mais querida do “Sítio”. Não precisamos proibir livros. Precisamos é melhorar a capacidade dos professores para discernir. Num país que tem 90% de analfabetismo funcional o pessoal devia estar preocupado em fazer uma revolução em que nenhuma criança cresça sem aprender a ler, escrever, contar e interpretar.⁵¹

⁵¹ Entrevista concedida a *O Globo* intitulada “Ziraldo, um menino oitentão” publicada em 21 de outubro de 2012.

As palavras de Ziraldo revelam o desconhecimento dele a respeito do parecer do Conselho Nacional de Educação, pois o documento não quis proibir livro algum, pelo contrário, recomendou, como sugeriu o Ziraldo, a capacitação de professores e o uso da literatura infantil como incentivo à leitura e à escrita nas escolas.

É nesse sentido, que acadêmicos, entidades e movimentos sociais, como o movimento negro, vêm promovendo um amplo processo de discussão e formação de professores das redes públicas de ensino. O objetivo é apontar as práticas pedagógicas racistas e buscar desconstituí-las, para então fazer a construção de uma nova prática pedagógica que combata o racismo e promova a igualdade racial.

A ideologia racial brasileira é tão presente na identidade nacional brasileira e no pensamento da elite intelectual em nosso país, que a solicitação de uma “nota explicativa” na apresentação do livro “Caçadas de Pedrinho”, contextualizando o tratamento dispensado à Tia Nastácia, como exigida pelo Conselho Nacional de Educação gerou enorme repercussão. Há inúmeras notas de rodapé publicadas nos mais variados livros editados no país todos os anos. Porém, a solicitação de uma “simples” nota explicativa contextualizando uma questão racial no livro de Lobato chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF).

É por essas razões que, Kabengele Munanga diz que nosso racismo é um “crime perfeito”⁵², e como crimes perfeitos não deixam suspeitos, o racismo pôde desfilarmos livremente no carnaval.

⁵² Revista Forum publicada em 09 de fevereiro de 2012.

ANEXO 1



Monteiro Lobato abraça mulata e causa polêmica

Bloco Que Merda é Essa?! Faz sátira com veto do CNE a livro “Caçadas de Pedrinho” e é alvo de protestos

O bloco Que Merda é Essa?! ensaia neste sábado, em Ipanema, embalado pela polêmica. Não bastasse a letra do samba composto por Machado, Paulinho Bandolim, Renan Brandão, Deivid Domênico, Rodrigão, Fernando e Boca – que atira para todos os lados – a camiseta também está dando o que falar. Assinada por Ziraldo, ela mostra Monteiro Lobato abraçando uma mulata de biquíni. O desenho é uma sátira ao parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), que, ano passado, vetou a distribuição às escolas públicas do livro “Caçadas de Pedrinho”, de Monteiro Lobato, por considerar racistas algumas de suas passagens.

Um dos trechos em questão dizia: “E tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros (a cozinheira corria para fugir de onças que invadiam o sítio).”

O parecer acabou rejeitado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, mas causou o maior rebuliço entre os educadores. Muitos entenderam a decisão do CNE como uma forma de censura.

As peripécias do CNE acabaram rendendo samba. Em entrevista ao site do GLOBO, Ziraldo explicou porque decidira recorrer a Monteiro Lobato:

- Para acabar com a polêmica, coloquei o Monteiro Lobato sambando com uma mulata. Ele tem um conto sobre uma neguinha que é uma maravilha. Racismo tem ódio. Racismo sem ódio não é racismo. A ideia é acabar com essa brincadeira de achar que a gente é racista – disse o cartunista, aumentando mais a polêmica.

A escritora Ana Maria Gonçalves, autora de “Um defeito de cor”, não gostou nem um pouco da declaração de Ziraldo. E muito menos do tema escolhido pelo Que Merda é Essa?! para o carnaval desse ano. Em carta aberta ao cartunista, postada num blog, Ana Maria mostrou seu descontentamento com o tema:

“A gente quem, Ziraldo? Para quem você se (auto)justifica? Quem te disse que racismo sem ódio, mesmo aquele com o “humor negro” de unir uma mulata a quem grande ódio teve por ela e pelo que ela representava não é racismo? Monteiro Lobato, sempre que se referiu a negros e mulatos, foi com ódio, com desprezo, com a certeza absoluta da própria superioridade, fazendo uso do dom que lhe foi dado e pelo qual é admirado e defendido até hoje”, diz um dos trechos da carta.

O próprio tema do bloco, que promete sambar ao ritmo do “é proibido proibir”, recebe críticas da mesma autora:

- E o que torna tudo ainda mais apelativo é que o bloco aponta censura onde não existe e se submete, calado, ao pedido da prefeitura para que não use o próprio nome no desfile. Não foi assim? Você não teve que escrever “M*” porque a palavra merda foi censurada?

A inesperada polêmica num campo em que a irreverência costuma evoluir com desenvoltura já está deixando os componentes do Que Merda preocupados. Floriano Marques Torres, que se intitula ministro do bloco, diz que já ouviu boatos de que eles poderiam ser proibidos de desfilar ou que descontentes com o tema aproveitariam o ensaio, sábado, a partir das 14h, na Garcia D’Ávila, para panfletar contra a postura dos sambistas.

- Por enquanto, estamos ignorando. Não aceitaremos provocações. Carnaval é assim mesmo. Para falar a verdade, não cheguei nem a ler o tal livro do Monteiro Lobato, mas achamos que cada um interpreta da forma que quiser. O que não pode é proibir.

O Que Merda é Essa desfila domingo de carnaval, saindo às 14h da Rua Garcia D’Ávila, em Ipanema. (O GLOBO 24/02/2011)

ANEXO 2

Em meio à folia dos blocos, protesto antirracismo

Enquanto o Simpatia arrasta 70 mil, ativistas criticam o Que Merda é Essa?! por homenagear Monteiro Lobato

Uma semana antes da abertura oficial do carnaval, 40 blocos animaram os foliões e também criaram polêmica ontem. À tarde, enquanto o Simpatia É Quase Amor arrastava 70 mil pessoas pela Avenida Vieira Souto, em Ipanema, integrantes do movimento negro protestaram no ensaio do bloco Que Merda É Essa?!, na Rua Garcia D'Ávila, contra o enredo que reverencia o escritor Monteiro Lobato, considerado racista por eles.

- Ficamos indignados porque o enredo defende Monteiro Lobato. Viemos aqui para esclarecer à população que ele pregou o extermínio do negro – disse José Ricardo Almeida, que panfletava na porta do bar Paz e Amor, onde estavam os integrantes do Que Merda.

O protesto reuniu cerca de 20 pessoas, que distribuíram cópia do parecer do Conselho Nacional de Educação, emitido no ano passado, classificando o livro “Caçadas de Pedrinho” como racista. Em anexo, havia um folheto assinado pela escritora Ana Maria Gonçalves defendendo a posição dos conselheiros.

Para o diretor do bloco, trata-se de “mal-entendido”

Para o diretor do bloco, Paulo Costa, trata-se de uma “questão de ponto de vista”:

- Defendemos que as pessoas venham mostrar sua opinião. Somos contra o racismo e a homofobia. Foi um grande mal-entendido. Só creio que é uma seriedade não compatível com o clima de carnaval.

A assistente social Roseli Rocha, participante do protesto, sustentou que o grupo não tem vínculos com movimentos sociais ou partidos políticos. Outro integrante, porém, disse que havia entre eles um membro da secretaria de Gênero, Raça e Etnia do Sindisprevi-Rio.

Segundo Roseli, o movimento surgiu espontaneamente, articulado por redes sociais. Ela afirmou ainda que as pessoas presentes ao ensaio de ontem não pretendem repetir o protesto no desfile do bloco no próximo domingo. De acordo com a assistente social, porém, “ninguém pode garantir que outras pessoas não irão protestar”.

- A mobilização é por redes sociais. Outras pessoas podem decidir se manifestar, Monteiro Lobato era mesmo racista, e quisemos deixar claro isso – explicou Roseli.

O secretário municipal de Turismo, Antônio Pedro Figueira de Mello, considerou a manifestação “uma besteira”:

- O carnaval é um período marcado por alegria e irreverência. Não dá para, em pleno 2011, as pessoas buscarem conflito onde o espírito é apenas o da diversão – alegou o secretário.

Antônio Pedro disse não acreditar que seja necessário montar um esquema especial para o desfile do Que Merda é Essa?!. Segundo ele, a polícia já se planejou para dar segurança a todos os blocos.

A presidente da Sebastiana (Associação Independente dos blocos da Zona Sul, Santa Teresa e Centro), Rita Fernandes, defendeu o Que Merda é Essa?!. Segundo ela, os componentes em momento algum tiveram intenção racista ao propor enredo que aborda Monteiro Lobato:

- Mas, se alguém achar que tem que protestar, que proteste. O espaço público é democrático. Da mesma maneira que os blocos usam a rua para fazer críticas sociais, da política e dos costumes, o mesmo pode ser feito por quem critica Monteiro Lobato.

[...]

(O GLOBO 27/02/2011)

ANEXO 3

Protesto contra enredo fere espírito da folia

Para intelectuais, pesquisadores e profissionais ligados ao carnaval, censura é descabida

O protesto de um pequeno grupo ligado ao movimento negro contra o irreverente enredo do bloco Que Merda é Essa?!, que ironiza os exageros do “politicamente correto” e satiriza, entre outros temas, a tentativa de censura a um livro do Monteiro Lobato no ano passado, foi considerado por intelectuais, pesquisadores e profissionais ligados ao carnaval como uma atitude boba, insensata e mal humorada, que foge ao espírito libertário da folia. Anteontem, quando o bloco estava em Ipanema para o desfile do próximo domingo, pouco mais de 20 pessoas com camisetas e cartazes dizendo que “o racismo vai desfilar no carnaval”, panfletaram para os foliões cópias do parecer de 2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), já vetado pelo ministério, que classifica o livro “As Caçadas de Pedrinho” como racista.

Para as personalidades ouvidas, quem faz o protesto é desinformado sobre a figura do autor e sobre o espírito que rege a festa de Momo.

- Carnaval é festa do inusitado, momento da liberação. Não cabe ter conotação política nem ser censurado desta forma – disse Hiram Araújo, pesquisador e autor do livro “Carnaval: seis milênios de história”.

Para justificar sua posição, o pesquisador se vale do simbolismo que a festa tem desde a sua origem, nas Dionísias gregas e Saturnálias de Roma:

- Na época das festas que deram origem ao carnaval, os escravos tomavam o lugar, simbolicamente, de seus senhores e saíam pelas ruas atirando detritos nas pessoas. Era permitido a eles ter um privilégio que não tinham no resto do ano. A ideia de que tudo pode durante o carnaval vem daí.

O escritor e pesquisador Ricardo Cravo Albin engrossa o coro contra a manifestação e diz que ficou particularmente incomodado com a incapacidade de quem protesta de entender que a forma como Monteiro Lobato se refere aos seus personagens retrata o costume de uma época:

- Isso é patrulha ideológica. Cresci lendo Lobato e acho injusto dizer que ele era racista. Em seus livros, ele sempre tratou com dignidade e correção qualquer personagem. Se usa alguns termos em seus livros ou constrói seus personagens de um jeito ou de outro, é porque na época em que os escreveu era assim que a sociedade entendia aquelas figuras. É uma idiosincrasia mal humorada e extemporânea.

Segundo Albin, não faltam exemplos de antigas marchinhas que, se tivessem sido criadas hoje, poderiam ser igualmente perseguidas e consideradas politicamente incorretas:

- “Amélia”, de Mário Lago; “Samba do crioulo doido”, de Sérgio Porto; “O teu cabelo não nega mulata”, de Lamartine Babo foram feitas num determinado contexto. Imaginem se começam a persegui-las, como fica o carnaval sem elas? – exemplifica o pesquisador, que considerou a camiseta criada por Zivaldo para o bloco, que mostra Monteiro Lobato abraçando uma mulata de biquíni, uma imagem integradora. – Não é provocação. Foi uma forma de o Zivaldo expressar um sentimento fraterno.

Albin lembrou ainda que em outros carnavais também houve perseguições. Em 1969, por exemplo, o Império Serrano foi vítima de perseguição pelo governo militar pelo enredo “Heróis da liberdade”, de Mano Décio da Viola e Silas de Oliveira. A letra, que trazia o trecho “Esta brisa que a juventude afaga/ Esta chama que o ódio não apaga do Universo/ É a evolução em sua legítima razão” foi considerada uma ode à liberdade contra a tirania. Em 1989, a Beija-Flor de Joãosinho Trinta, entrou na Marquês de Sapucaí com o carro que trazia o Cristo Redentor vestido de mendigo, acabou desfilando coberto por exigência da Igreja Católica.

Para o escritor Ruy Castro, qualquer censura em desfile de carnaval é ignorância. Ele diz que o tipo de protesto feito contra o enredo do Que Merda é Essa?! é uma espécie de fundamentalismo de esquerda:

- É lamentável que a imprensa, a superficialidade e a ignorância contamine o carnaval. As pessoas que acusam Monteiro Lobato de racismo e de querer “extinguir a raça negra” certamente nunca leram uma linha do que ele escreveu. Trata-se de uma atitude “politicamente correta de galinheiro”, como diria Nelson Rodrigues. (O GLOBO 28/02/2011)

ANEXO 4***A Letra do Samba***

*Depois de oito anos no poder
O Bolsa-Escola vai servir pra alguma coisa
Tô precisando completar o meu primário
Tirei um livro empoeirado do armário
Mas a história mudou...
O Cravo e a Rosa não podem brigar
“Nunca na história desse país”
O saci foi proibido de fumar
Tia Nastácia, sai da cozinha! Vem sambar!
Pra ser destaque em Ipanema
A Dona Benta acende o fogo em seu lugar
Se eu disser...
Que o Bambi é veado, eu vou pra prisão!
A cara do boi ficou “negra”
Pirlimpimpim virou produto do Alemão
“Tô convencido” que estudar não leva a nada
O meu negócio é tomar uma gelada
Ô, Companheiro! Que merda é Essa?
É carnaval e ninguém vai me censurar
Vou atirar o pau no gato na folia
E esse ano vou voltar a estudar*

(Bloco Que Merda é Essa?! - Carnaval 2011)

APÊNDICE

Entrevista com José Ricardo de Almeida:

Qual a sua trajetória no debate antirracista no Brasil? Você tem ligações com o movimento negro?

Na universidade iniciei a partir das leituras acadêmicas e da minha participação no movimento estudantil dos anos 70, porém sem vinculações partidárias ou com movimentos/grupos clandestinos, mas interagindo com as ideias e algumas manifestações contra a ditadura militar e alimentado pela dinâmica cultural nesse ambiente, alguns posicionamentos que me aproximaram de outras iniciativas ou grupos que se formavam na cidade. Meu marco foi um evento acadêmico que promovi no IFCS/UFRJ no qual foi debatida a questão racial numa perspectiva ingênua em torno do mito das três raças. Ao longo dos anos 70, minha participação na vida cultural da cidade levou-me a aproximação com pessoas e grupos negros que resultaram na criação do IPCN e da SINBA e do grupo de discussão no centro de estudos afro-asiáticos da UCAM em Ipanema. Formamos a primeira geração do movimento negro pós-campanha pelos direitos civis nos EUA e no auge das lutas contra o colonialismo na África.

No subúrbio de Olaria participei da criação do grupo de danças “Abolição” entre outras atividades culturais e políticas tendo tido sempre uma atitude militante para o bem e para o mal (em prejuízo próprio ou das relações pessoais e familiares).

Como foi a experiência de protestar no dia do desfile do bloco Que Merda é Essa?! Houve apoio? Houve resistências? Hostilidades?

O protesto surgiu de uma reportagem feita pelo jornal O Globo que se opunha as iniciativas dos grupos antirracistas ao Monteiro Lobato e que o jornal publicizava como um ato de irreverência ao politicamente correto. A partir do facebook tomei a iniciativa de buscar apoios para uma manifestação no local de concentração do bloco. O artigo da Ana Maria Gonçalves foi fundamental para o panorama do racismo na obra de Lobato, até então restrito as iniciativas do grupo que atuava na esfera governamental na revisão da obra do autor. Um grupo de militantes de Niterói também atuou na mobilização no dia do desfile

do bloco. Vale a pena procurar no meu perfil e nas ligações o que me parece muito interessante para uma análise e que são as posições de um grupo (a maioria) dos que vociferavam contra o bloco carnavalesco, mas que na hora do “confronto” recuaram com argumentos covardes e terroristas, inclusive a própria Ana Maria Gonçalves. Alguma coisa ocorreu nos bastidores que levou essa gente a recuar.

O que você disse na entrevista ao jornal O Globo no dia dom protesto (26fev2011)? O jornal editou sua entrevista?

Não tenho como avaliar sobre isso porque foi uma entrevista na rua.

Qual a sua opinião sobre Monteiro Lobato, e sobre o livro Caçadas de Pedrinho?

Corroboro todas as críticas feitas.

Você conhecia a letra do samba do bloco Que Merda é Essa?! naquele carnaval de 2011?

Sim conseguimos na internet uma cópia.

O que você achou do desenho do Ziraldo?

Uma provocação aos que combatem o racismo. Algum tempo depois ele se retratou. Veja minhas postagens no meu blog Atabaqueblog.blogspot.com

De quem foi a ideia de colocar na camiseta dos manifestantes a frase: "o racismo vai desfilar no carnaval"?

Do grupo de Niterói. Eu apenas fiz os cartazes e levei o material para confeccioná-los. Uma cena que tenho na memória: depois da extensa convocação, além daqueles discursos indignados que rolaram, e dos recuos medrosos sob a alegação do risco de confronto foi a imagem em que eu estava sozinho no ponto de encontro sentado na Praça Nossa Senhora da Paz escrevendo os cartazes. Não acho por isso, que o movimento negro tenha falido, mas é uma evidência de postura da gente que se manifesta no virtual mas que no real não age, por comodismo ou covardia, também acho isso, normal na nossa cultura política desde os radicais de mesa de bar.

A camiseta foi produzida pelo grupo e me foi ofertada, assim como os cartazes que eles expuseram. Lembro que a jornalista nos "cobrou" uma atitude mais indignada! Para ela estávamos muito "light". E ainda, o grupo era bem familiar, alguns levaram seus filhos eram duas ou mais crianças e vestindo suas camisetas distribuíram seus folhetos, como haviam feito antes na orla, não lembro o texto, onde desfilaria o bloco. Chegando ao bar, nos encontramos. Eu já estava lá há algum pouco tempo antes e almoçaram.

Eu me limitei a indagar do dono, cheguei antes do início da concentração do bloco, se eles sabiam da repercussão sobre o enredo. Ele respondeu sem mais detalhes que sim, e com "aquela simpatia dos portugueses cariocas 'gente boa' donos de bar. Pedi então para colocar 'meus' cartazes, e ele disse: "tudo bem!" A partir daí relaxei total porque na cabeça do grupo, o que constatei depois circulando e fazendo algumas fotos, mas, sem procurar bater papo, que se trata de um bando de gente boba de classe média, negros e brancos (maioria), além dos músicos negros (maioria) que são de um bloco de favela próxima e perfil subemprego ou baixa qualificação. Jovens negros operários que continuam servindo aos jovens filhotes da classe média padrão Monteiro Lobato. O negro é um estereótipo, vide Bhabha.

É a classe média se divertindo com uma base na cultura e no corpo do negro, zombando das próprias conquistas do negro e das suas lutas. A camiseta é um outro símbolo disso.

Quem eram os demais integrantes do grupo que protestaram com você?

Os demais manifestantes fazem parte do movimento negro?

Não me lembro dos nomes, mas vou identificar alguém para mandar para você entrevistar. O engraçado é que depois não falamos mais na rede sobre o evento, não que eu não quisesse, mas não houve feedback, não sei porque! Aliás, isso é uma marca do movimento negro, não avaliar o que realiza e que sempre me incomodou e que sempre me manifestei nesse sentido. Sim são integrantes do movimento negro da cidade de Niterói, funcionários públicos e professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Coord.). Relações raciais nas escolas: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: Unesco, Inep, Observatório de Violência nas Escolas, 2006.

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1970/1992).

APPLE, M. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

AZEVEDO, Célia M. Marinho. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Anablume, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BANTON, Michael. A ideia de raça. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARBOSA, Márcio. (Org.). Frente Negra Brasileira: depoimentos/entrevistas e textos. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BENTO, Maria Aparecida Silva. "Branqueamento e branquitude no Brasil". In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.) Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERND, Zilá. O que é negritude. São Paulo: editora Brasiliense, 1984.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz e BRITO, Karim Siebeneicher (Orgs.) Gêneros textuais: reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). Mídia e Racismo. Petrópolis, RJ: DP&Aliv; Brasília, DF: ABPN, 2012.

_____. Sou feia, mas tô na moda. Tese de doutorado. UFF, 2007.

BRANDÃO, H. H. N. Introdução à Análise do Discurso. 2ª edição, Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1995.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2004.

BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2010.

BRASIL. Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF: SECAD, SEPPIR, 2009.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para prática pedagógica. In: CANDAU, V.M.; MOREIRA, A. F. (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008. p. 13 - 37.

CANEN, A; MOREIRA, A. F. B. Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. In: CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. Ênfases e omissões no currículo. Campinas – São Paulo: Papirus, 2001.p. 15-44.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O racismo na História do Brasil: mito e realidade. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASHMORE, Ellis. Dicionário de relações étnicas e raciais. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2002.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L; GAVAZZI, S. (Orgs.) Da língua ao discurso: reflexões para o ensino. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 11-30.

_____. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Para uma nova análise do discurso. In: Carneiro, Agostinho Dias (Org.) O discurso da mídia. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.

_____. O contrato de comunicação em sala de aula. Pratiques, nº especial, 1996b.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. Dicionário da análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo. Brasiliense, 2012.

_____. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Convite à filosofia. São Paulo: Editora Ática, 1999.

_____. Ideologia e educação. Revista Educação e Sociedade. Ano II – nº5, 1980. São Paulo: Editora Cortez, 1980.

COELHO, Wilma Baía. A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores – Pará 1970-1989. Belo Horizonte: Mazza/Belém: Editora Unama, 2006.

D´ADESKY, Jacques. Racismos e antirracismos no Brasil: pluralismo étnico e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

_____. Multiculturalismo e educação. Cadernos PENESB-EdUFF nº 4, 2002. p. 123 a 134

DIWAN, Pietra. Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

FARIA, Maria Alice; ZANCHETTA Jr., Juvenal. Para ler e fazer o jornal na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2007.

FERES JÚNIOR, João; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; EISENBERG, Zena Winona. Monteiro Lobato e o Politicamente correto. Revista DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, nº 1, 2013. p. 69-108.

FIORIN, J. L. Linguagem e ideologia. 2ª edição. São Paul (SP): Editora Ática, 1990.

FOLHA DE SÃO PAULO. Novo manual de redação. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ed. ver.. São Paulo: Global, 2006.

FRY,P.; MAGGIE, Y.; MAIO, M.C.; MONTEIRO, S.; SANTOS, R.V. (Orgs.). Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

GLOBO. Organizações. Princípios editoriais das organizações Globo. Rio de Janeiro, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade, cultural, currículo e questão racial. Desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Maria de Assunção e SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs.) Educação como prática da diferença. Campinas - SP: Armazém do Ipê, 2006. p. 21-40

GOMES, Nilma Lino et al. Identidades e Corporeidades Negras: Reflexões sobre uma experiência de formação de professores/as para a diversidade étnico-racial. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores (as): um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In: Educação e Pesquisa. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, v. 29, n. 1, 2003. p. 167-182.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento Negro e Educação. In: Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2005.

GOODSON, I. Currículo: teoria e história. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. In: Educação e Pesquisa. São Paulo, v.31, nº1, p. 77-89, jan/abr. 2005.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989 (1 ed. 1942)

GRIN, Mônica. “Raça” – debate público no Brasil (1997-2007). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 13, n. 2, nov. 2001.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Unesco, 2006.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1992.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 1990. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

_____. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HERNANDES, Nilton. A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2012.

KAMEL, Ali. Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LAJOLO, Marisa. A figura do negro em Monteiro Lobato. UNICAMP/IEL, Campinas, 1998.

LIMA, M.E.O.; PEREIRA, M.E. Estereótipos, preconceitos e discriminações: perspectivas teóricas e metodológicas. Salvador: EdUFBA, 2004.

LOBATO, Monteiro. Caçadas de Pedrinho. São Paulo: Editora Globo, 2009.

_____. Reinações de Narizinho. São Paulo: Editora Globo, 2009.

_____. Histórias de Tia Nastácia. São Paulo: Editora Globo, 2009.

_____. Urupês. São Paulo: Editora Globo, 2007.

_____. O presidente negro. São Paulo: Editora Globo, 2008..

_____. Negrinha. São Paulo: Editora Globo, 2008.

LOZZA, Carmen. Escritos sobre jornal e educação: olhares de longe e de perto. São Paulo: Global, 2009.

MACHADO, Ida Lúcia. Algumas reflexões sobre a Teoria Semiolingüística. In: Revista Letras & Letras, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 13-21, jul/dez, 2006.

_____. Teoria e discursos transgressivos. In: Revista Estudos de Linguagem, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 109-128, jan/jun, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em Análise do Discurso. Campinas: Editora Pontes/Unicamp, 1997.

_____. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Doze conceitos em análise do discurso. São Paulo: Parábola, 2010.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e utopia. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

McLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1997.

MONTEIRO, Elaine; SACRAMENTO, Mônica. Jongo na escola: limites e possibilidades da inclusão da temática racial nos espaços educativos. In:

COLETÂNIA O Jongo na escola. Niterói: Pontão de cultura do Jongo/Caxambu: UFF: IPHAN, 2009.

MOURA, Clóvis. História do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Vagner Aparecido de; MOURA, Cleide Aparecida. Mídia e racismo no Brasil. Cadernos do CNLF, Vol. XVI, Nº 04, t.1 – Anais do XVI CNLF, 2012. p. 860 a 877.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. As aparências enganam? Fotografia e Pesquisa. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: Faperj, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – Identidade Nacional versus Identidade Negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. Caderno Penesb 5, Niterói, EdUFF, 2004. p. 15-34.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Orgs.) Introdução à linguística: domínios e fronteiras. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 101-142.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O Sortilégio da Cor: Identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2000.

NOGUEIRA, Cláudio M. M. Considerações sobre o modelo de Análise do Discurso de Patrick Charaudeau. Revista Ensaio: Pesquisa em Educação e Ciências. Vol. 6, Nº 1, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto quanto branco: estudo das relações raciais. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1985. (1ª edição em 1955).

OLIVEIRA, Ieda. O contrato de comunicação da Literatura Infantil e Juvenil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

OLIVEIRA, Iolanda de. A formação de profissionais de educação para a diversidade étnico-racial. In: MULLER, Maria Lúcia Rodrigues; PAIXÃO, Léa

Pinheiro (Orgs.). Educação diferenças e desigualdades. Cuiabá: EdUFMT, 2006. p. 127-160.

OLIVEIRA, Iolanda de; SACRAMENTO, Mônica. Raça, currículo e práxis pedagógica: relações raciais e educação – o diálogo teoria/prática na formação de profissionais do magistério. In: Cadernos PENESB v. 12, p. 205-284.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Docência e novas leituras sobre África e os afrodescendentes dos textos oficiais às práticas de ensino. In: Anais do 15º Congresso de Leitura do Brasil. Campinas: ABL, 2005.

_____ Concepções docentes sobre as relações etnicorraciais em educação e a lei 10.639/03. In: Anais da 30ª Reunião da ANPEd. Caxambu: GT: Didática, 2007.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; LINS, Mônica Regina Ferreira. Memórias e Imagens Desestabilizadoras Para a (Re)educação das Relações Étnico-Raciais. In: Revista Teias. Rio de Janeiro: ProPed/UERJ, v. 9, 2008. p. 70-79.

ORLANDI, E. P.. Análise do Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Editora Pontes, 2010.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIVA, Ângela Randolpho (Org.). Entre dados e fatos: Ação Afirmativa nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas, 2010.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz Marcelo (Orgs.). Relatório Anual das desigualdades raciais no Brasil 2007-2008. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz Marcelo; SANTANA, Wânia. Desenvolvimento humano e população Afro-descendente no Brasil: uma questão de raça. In: Proposta. Rio de Janeiro: FASE, n. 73, 1997. p. 20-37.

PAULA, Cláudia Regina de. O Protagonismo Negro: O movimento negro na luta por uma educação antirracista. In: Acervo: Revista do Arquivo Nacional, v. 22, n. 2 (jul./dez. 2009) – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009).

PAULIUKONIS, M. A. L. GOUVÊA, L. H. M. Texto como discurso: uma visão semiolingüística. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. V. 8 – n. 1 – p. 49-70 – jan./jun. 2012.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 1988.

PEREIRA, Amílcar Araújo. O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

POLIAKOV, Leon. O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

PRIORE, Mary Del. Multiculturalismo ou de como viver junto. Texto apresentado para o programa Salto Para o Futuro da TV Escola, 2010.

RAMOS, Ana Maria Cocentino. Virando a página: o jornal na sala de aula. Natal: Editora da UFRN, 2006.

RAMOS, Sílvia (Org.). Mídia e racismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

RIBEIRO, Carlos A. Costa. Classe, raça, e mobilidade social no Brasil. In: Revista de Ciências Sociais. Fortaleza: UFC, v. 49, n. 4, 2006. P. 833-873.

ROUSSEAU, N; REESE, L. T. L. Branqueamento de uma nação para civilizá-la: fragmentando o mito da raça no Brasil. In: VIEIRA, V. R.; JOHNSON, J. (Orgs.). Retrato e espelho: raça e etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo: FEA/USP, 2009.

SANTOS, Gevanilda Gomes; SILVA, Maria Palmira da (Orgs.). Racismo no Brasil. Percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

_____. A colonização e a questão racial nos primórdios da República. In: APARECIDA, Maria; SALGUEIRO, Andrade (Orgs.) A República e a questão do negro no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2005. p. 27-46.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Muniz. Claros e Escuros – Identidade, Povo e Mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSSO, Camilla (Orgs.). Igualdade das relações étnico-raciais na escola. Possibilidades e desafios para a implantação da Lei 10.639/03. São Paulo: Ação Educativa/CEAFRO/CEERT, 2007.

SOUZA, Jessé de (Org.) Multiculturalismo e Racismo. Uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SOUZA, Maria Elena Viana (Org.). Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

_____. Ideologia Racial Brasileira na Educação Escolar. Cadernos PENESB, v. 7, p. 223-259, 2006.

SOUZA, Neuza S. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

TELLES, Edward. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

THEODORO, Mário (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade. Petrópolis: Vozes, 1998.

TODOROV, Tzvetan. Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo (Orgs.). Racismo cordial. A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática/Folha de São Paulo/Data Folha, 1995.

VAINER, Carlos B. Estado e raça no Brasil. Notas exploratórias. In: Cadernos Cândido Mendes. Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA. Rio de Janeiro: CEAA, n. 18, 1990. p. 103-118.